UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
REITORIA
SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO
PROJETO DE CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DE SUMÉ

CAMPINA GRANDE, 13 DE JUNHO DE 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
REITORIA
SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO
PROJETO DE CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DE SUMÉ

THOMPSON FERNANDES MARIZ
REITOR

MÁRCIO DE MATOS CANIELLO
SECRETÁRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

COMITÊ ASSESSOR

VÂNIA SUELY GUIMARÃES ROCHA
GILMAR TRINDADE DE ARAÚJO
CAMILO DE LÉLIS GONDIM MEDEIROS

CONSELHEIROS DA CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO

JOSÉ IVALDO BARBOSA DE BRITO
REGINALDO SEVERO DE MACEDO
ALANA CANDEIA DE MELO
MARCO AURÉLIO DE TEIXEIRA E LIMA
WILSON ROBERTO DA SILVA
ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA

COLABORADORES

DANIEL DUARTE PEREIRA
FERNANDA DE LOURDES ALMEIDA LEAL
VERA LÚCIA ANTUNES DE LIMA
AMURABI PEREIRA DE OLIVEIRA
SILVANA FERNANDES NETO

EQUIPE TÉCNICA DA SPE

FERNANDO DE OLIVEIRA PEREIRA
JOSAFÁ PAULINO DE LIMA
ROSENATO BARRETO
DIEGO GADELHA DE MENEZES
ELIONAI ARRUDA GOMES

CAMPINA GRANDE, 13 DE JUNHO DE 2008

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **4**
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO – CDSA **9**
OBJETIVO 9
META 9
MISSÃO 9
JUSTIFICATIVA 10
CONTEXTUALIZAÇÃO **13**
O SEMI-ÁRIDO 13
O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO 13
ASPECTOS AMBIENTAIS DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO 18
O TERRITÓRIO DO CARIRI PARAIBANO 20
Geografia *20*
Pré-História *22*
História Social *23*
História Econômica *26*
População e Demografia *30*
Economia *31*
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade *36*
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) *37*
Educação *38*
UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO **39**
ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO CDSA **42**
UMA *REDE* PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO 43
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC 43
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO – UATEC 47
Pólo de Ciência e Tecnologia em Bioprodução – POLOBIO *49*
Pólo de Desenvolvimento Tecnológico em Recursos Hídricos – POLOÁGUA *51*
Pólo de Informática – POLOINFO *53*
PROGRAMAÇÃO DE INÍCIO DOS CURSOS **57**
CRIAÇÃO DE VAGAS, CORPO DOCENTE E RELAÇÃO ALUNOS/PROFESSORES (RAP) **58**
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, CDS E FGS **59**
CONDIÇÕES **60**
INFRA-ESTRUTURA PARA A IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* 60
O Campus de Sumé *60*
O Pólo de Itaporanga *60*
O Pólo de Itabaiana *60*
FINANCIAMENTO 60
ORÇAMENTO **61**
ANEXOS 63

INTRODUÇÃO

A luta pela criação de um *campus* universitário no Cariri paraibano iniciou-se em 2003. Naquele ano, uma parceria entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Projeto Dom Helder Câmara (MDA/SDT) e Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), propiciou a fundação da Universidade Camponesa no Brasil (UNICAMPO) – projeto acalentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desde 2001 – por intermédio da instalação do *Campus Avançado* da UFCG na Escola Agrotécnica de Sumé (EAS).

Esta ação foi implementada a partir da constituição de um Conselho Deliberativo reunindo estas instituições com movimentos sociais e organizações da sociedade civil do "território" do Cariri paraibano, o qual viria a elaborar o projeto político-pedagógico do Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, desenvolvido entre os anos de 2003 e 2005 no *Campus Avançado* da UFCG em Sumé[1].

27/09/2003 – Inauguração do *campus avançado* de Sumé

Este projeto pedagógico resultou em três "processos" principais:

- A capacitação de jovens camponeses de 20 municípios do Cariri paraibano na elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos produtivos a partir da metodologia da "pesquisa-ação"[2];
- O *empoderamento* dos educandos junto à sociedade local e aos fóruns deliberativos de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento rural e territorial[3];
- A construção participativa de um anteprojeto acadêmico para um *campus* da UFCG sintonizado com a filosofia pedagógica da Universidade Camponesa[4] destinado a responder à demanda da população camponesa por educação superior.

---

[1] Cf. CANIELLO, Márcio *et all*. ***Projeto UniCampo: uma Universidade Camponesa para o Semi-Árido Brasileiro***. Campina Grande, UFCG/Projeto Unicampo, 2003; LEAL, Fernanda., CANIELLO, Márcio, TONNEAU, Jean-Philippe. "Projeto UniCampo: uma experiência de extensão no Cariri paraibano". In: CORRÊA, E. J., CUNHA, E. S. M. e CARVALHO, A. M. (Orgs.). ***(Re)conhecer diferenças, construir resultados***. 1ª ed. Brasília: UNESCO, 2004, pp. 209-217 (disponíveis em http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/textos.htm); ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. ***Construção de saberes e fazeres versus desastre desertificação: o caso da Universidade Camponesa***. Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola. Campina Grande, UFCG, 2006; ***Une Université Paysanne au Brésil*** (disponível em http://www.hcci.gouv.fr/participer/recherche/enseignement.html).

[2] Cf. os vídeos Projeto UniCampo: a construção da Universidade Camponesa no Brasil, Assentamentos do Cariri Paraibano e Riquezas de um Cariri Desconhecido, os quais relatam o processo pedagógico e dois dos projetos de pesquisa-ação desenvolvidos. Disponíveis em http://www.ufcg.edu.br/~spe/tv/midia/midia.html.

[3] Cf. DUQUÉ, Ghislaine, CANIELLO, Márcio e TONNEAU, Jean-Philippe. "Lideranças Camponesas da UniCampo: processo de empoderamento". In: ***Anais da VI Reunião de Antropólogos do Mercosul***. Montevidéu - Uruguai, 2005.

[4] Cf. CANIELLO, Márcio e TONNEAU, Jean-Philippe. "A pedagogia da Universidade Camponesa", *in* ***Caderno Multidisciplinar: Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro.*** Vol 1. Juazeiro (BA), Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro – RESAB, 2006, pp. 11-29.

Por seu turno, esses processos redundaram em três conseqüências:

- O reconhecimento da experiência pedagógica inovadora da UNICAMPO como elemento importante para o desenvolvimento sustentável das populações do campo, especialmente do semi-árido nordestino[5];
- A mobilização da sociedade civil e dos poderes públicos constituídos na região pela reivindicação da instalação de um *campus* da instituição no Cariri, delineado de acordo com o projeto acadêmico da UniCampo;
- O amadurecimento, pela Administração Superior da UFCG, da idéia de retomada do processo de interiorização da universidade através de um "Plano de Expansão Institucional" que viesse a promover a democratização do acesso à universidade dos milhares de jovens alijados do ensino superior no Estado da Paraíba.

Todo esse processo desenvolveu-se em concomitância com a gestação do Programa de Expansão das IFES do Governo Federal que, quando lançado, oportunizou a efetivação do plano. De fato, em 19 de julho de 2005, o Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP), depois de apreciado pelo Colegiado Pleno do Conselho Universitário, foi protocolado no MEC e apresentado ao Ministro da Educação Fernando Haddad em audiência pública com a participação do Governador do Estado, três Senadores, doze Deputados Federais, além de oito Deputados Estaduais e seis Prefeitos Municipais da Paraíba. A repercussão do evento foi tamanha, que o jornal de maior circulação no Estado deu a notícia em primeira página e o fato foi fartamente coberto pelas emissoras de rádio e televisão.

"A Paraíba conflagrada deu um exemplo de civilidade, ontem, em Brasília. Na audiência suprapartidária com o ministro Fernando Haddad, prefeitos, deputados, senadores e até o governador estiveram sob o mesmo teto, abdicando de suas divergências políticas, para reivindicar mais campi da UFCG no Estado.
Resta, agora, esperar que o Governo Federal tenha a necessária sensibilidade para atender à reivindicação que, como se vê, não é de uma ou outra facção política, mas de toda a Paraíba. A interiorização do ensino superior é uma realidade que se impõe em tempos de globalização. É a necessidade de levar educação aonde o povo está."

Helder Moura, "Encontro civilizado"
Correio da Paraíba, 20/07/2005

[5] Ver, por exemplo, "Unicampo apóia o desenvolvimento sustentável". Coluna "Histórias de Sucesso". ***Jornal da CONTAG.*** Ano III, nº 22, março/abril de 2006, p. 7.

Em setembro de 2005, o MEC divulga o Relatório do Programa de Expansão das IFES e autoriza a criação do *Campus* de Cuité da UFCG, o que provoca um grande júbilo no Estado da Paraíba, mas certa comoção no Cariri. Entretanto, o povo sofrido, mas combativo daquela região continua sua mobilização pelo *campus*, que é coroada num ato público sem precedentes, realizado em 10 de março de 2006, o "Grito do Cariri".

Na primeira fase do Programa de Expansão das IFES, a UFCG ainda seria agraciada com o *campus* de Pombal, mas a população do Cariri paraibano não abandonou o seu sonho de inclusão universitária. Com efeito, exatamente um dia após a posse do Presidente Lula no seu segundo mandato, a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano – AMCAP protocolou um ofício ao Magnífico Reitor da UFCG reivindicando a criação do *Campus* de Sumé**,** tendo por signatários 22 prefeitos.

29/03/2007 – Reitor Thompson Mariz protocola o PLANEXP II no MEC

Esta ação, combinada com outras manifestações em defesa do *campus*, bem como os movimentos de reivindicação das regiões polarizadas por Itaporanga e Itabaiana, motivaram a elaboração do PLANEXP II, na expectativa de que o Governo reeleito desse continuidade às políticas públicas de expansão do ensino superior, como ficou comprovado com o lançamento do PDE.

Em 8 de fevereiro de 2007, a segunda fase do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP II) foi apresentada à Câmara Superior de Ensino e, em 29 de março, foi entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad em audiência pública com ampla participação da classe política paraibana e da sociedade civil do Cariri. O Ministro recebeu um chapéu de couro dos alunos da Unicampo como símbolo da luta pela inclusão universitária.

29/03/2007 - Ministro Haddad ganha chapéu de couro dos Alunos da UNICAMPO

Embora o REUNI viesse a apontar para uma outra estratégia para a expansão que não a instalação de novos *campi*, a articulação entre a UFCG e o povo do Cariri permaneceu ativa, uma vez que o Plano de Expansão Institucional fora protocolado. Assim, nos meses de junho e julho duas plenárias foram realizadas na cidade de Sumé com o objetivo de discutir com a população sobre os cursos a serem criados, de maneira a subsidiar a elaboração deste Projeto, o qual foi aclamado por unanimidade pelo Colegiado Territorial do Cariri paraibano em Assembléia Ordinária realizada em dezembro de 2007.

Em linhas gerais, chegou-se à conclusão de que o *campus* de Sumé deveria ser focado no desenvolvimento sustentável do semi-árido, considerando, por um lado, suas potenciali-

dades econômico-produtivas e, por outro, suas vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Neste sentido, uma comissão formada por conselheiros da Câmara Superior de Ensino da UFCG, coordenada pelo Secretário de Projetos Estratégicos, passou a discutir o formato do *campus* durante o primeiro trimestre de 2008.

Com a aprovação da Emenda do Senador José Maranhão ao Plano Plurianual 2008-2011 prevendo a aplicação de R$ 60 milhões do Programa Brasil Universitário na expansão da UFCG com a criação dos *campi* de Sumé, Itabaiana e Itaporanga e do Colégio Agrícola de São João do Rio do Peixe, além da determinação do próprio Presidente Luís Inácio Lula da Silva quanto à autorização do MEC para a instalação do *campus* de Sumé, chegamos a este projeto que ora apresentamos ao Ministério da Educação.

A proposta é traçar, na parte sul da Paraíba, região do Estado mais carente de instituições públicas e privadas de ensino superior, o "diamante do desenvolvimento sustentável do semi-árido". Isto é, estabelecer uma **rede de ensino, pesquisa e extensão** composta pelos Centros da UFCG que já possuem *expertise* consolidada nessa área estratégica – os Centros de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN), de Humanidades (CH) e de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), *Campus* de Campina Grande e o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), *Campus* de Patos – com o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (CDSA), a ser instalado nas três arestas do "diamante", situadas em mesorregiões típicas do semi-árido paraibano: o Cariri, o Agreste seco e o Alto Sertão do Piancó, as duas primeiras no curso do Eixo Leste da Transposição do São Francisco e a última no epicentro do Complexo Coremas-Mãe D'Água, a maior bacia hídrica da Paraíba, com 1,83 bilhões de metros cúbicos de capacidade.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO – CDSA

Objetivo

Para ampliar e democratizar o acesso da população aos produtos e processos da Instituição, e de maneira a contribuir para a consecução das metas consignadas no Plano Nacional de Educação, a Universidade Federal de Campina Grande pretende atuar em áreas localizadas no semi-árido da Paraíba que se pode denominar de **zonas de exclusão universitária**, notadamente no Cariri, Vale do Piancó e Vale do Paraíba.

O objetivo da Instituição, ao propor a criação do *campus* de Sumé e dos pólos de Itabaiana e Itaporanga, para ali fazer funcionar o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, é expandir o escopo de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, com a oferta de vagas para o ingresso em quinze novos cursos.

Além do objetivo imediato de possibilitar a inúmeros jovens o direito a uma formação profissional de nível superior, a inserção da Universidade Federal de Campina Grande nessas regiões tem como objetivo, a médio prazo, contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semi-árido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo.

Meta

Criação de 3.650 novas vagas no ensino superior em 5 anos

Missão

Destinado a oferecer educação superior pública prioritariamente à população residente no semi-árido brasileiro – a que apresenta os menores IDH e IDEB do país – e especialmente aos povos do campo, o CDSA/UFCG irá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas do conhecimento científico fundamentais para o desenvolvimento sustentável destas populações:

- A **tecnologia** voltada para o desenvolvimento e revitalização das potencialidades econômicas do semi-árido brasileiro, considerando suas vulnerabilidades naturais – o que supõe um compromisso de responsabilidade ambiental –, seus processos produtivos – o que determina um desenvolvimento de Ciência e Tecnologia sobretudo inovador – e suas dramáticas contradições socioeconômicas – o que impõe a perspectiva de um projeto produtivo renovador e socialmente justo.
- A própria **educação**, que é a base do desenvolvimento humano em qualquer circunstância e que para os povos do campo e do semi-árido do Brasil é dramaticamente precária, seja em termos numéricos, seja em termos de qualidade, seja em termos de adequação pedagógica. Neste sentido o CDSA deverá atuar em duas frentes: a formação de professores para a educação do campo e a capacitação de profissionais para o desenvolvimento e gestão de projetos no âmbito das políticas públicas.

Justificativa

O Semi-Árido Brasileiro possui características próprias, com peculiaridades e vulnerabilidades há muito tempo conhecidas. Os estudiosos da temática demonstram claramente que o perfil ambiental da região, associado às históricas contradições econômicas, políticas e sociais que a caracterizam, produzem as dramáticas dificuldades vivenciadas secularmente pelos seus habitantes, mas também ressaltam que o Bioma Caatinga é repleto de recursos naturais, podendo abrigar atividades produtivas rentáveis e sustentáveis.

Para tanto, é necessário que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semi-árido, baseado, por um lado, em políticas públicas eficientes e permanentes voltadas para a "convivência" com a seca e, por outro, em uma verdadeira revolução científica e educacional que produza e difunda em seu meio as chamadas "tecnologias apropriadas" para este Bioma exclusivo do Nordeste brasileiro.

Desde 2003, o Governo Federal empreende um grande esforço para viabilizar esta agenda, o que tem, paulatinamente, mudado a face da Região. Uma destas iniciativas é o Plano de Expansão das IFES, que veio a implantar 19 novos *campi* e duas novas Universidades no Nordeste, "repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região"[6]. Já engajada nesse processo, por meio da criação dos *campi* de Cuité e Pombal, a UFCG entende ser necessária a criação do CDSA para colaborar com a consolidação dessa verdadeira "revolução" em curso no Nordeste do Brasil, incluindo as regiões do Cariri, Sertão do Piancó e Vale do Paraíba, diversas entre si mas típicas das três mesorregiões do semi-árido paraibano em suas potencialidades e vulnerabilidades. Neste sentido, tomaremos o Parecer Técnico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde como "mote" da proposta da Universidade Federal de Campina Grande para o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido:

> "Segundo Barbosa, existe uma diferença entre o **fenômeno natural seca** e o **desastre seca**. A seca, que se caracteriza pela falta de umidade, é simplesmente um fenômeno climático periódico, que se intercala com períodos mais úmidos de chuvas. O período da seca climática começa, quando não mais temos chuvas e ele termina quando as chuvas voltam. Por influência de eventos climáticos globais, como o ENOS, estas secas climáticas podem ser prolongadas, e durar até mais de um ano. O desastre seca é contínuo, pois é regido por padrões sociais, econômicos, políticos e tecnológicos, que resulta em níveis elevados de degradação ambiental e finalmente na desertificação. A seca climática neste contexto do desastre seca funciona como um catalisador no agravamento das condições dos padrões do desastre seca.
>
> A diferença entre o desastre seca e a seca climática está no fato de que, quando a seca climática termina e começa o período úmido, as questões sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que afetam diretamente a população pobre rural não terminam, eles continuam. Podem ser minimizados pelas chuvas, mas não diminui a vulnerabilidade dos indivíduos, ao

[6] BRASIL. ***Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade!*** Brasília, MEC, 2006.

> contrário, elas podem até piorar, porque nem sempre a estação das chuvas traz lucro, em termos de colheita, ao homem do campo. As vulnerabilidades sociais, econômicas e tecnológicas do homem rural e os processos de degradação ambiental e desertificação vêm se agravando ao longo dos anos.
>
> Os programas emergenciais dos governos Federal e Estaduais do Nordeste não conseguiram mudar substancialmente este quadro. Dessa maneira, em especial, o homem rural do semi-árido tem convivido com este cenário de desastre há muito tempo.
>
> O desastre seca é um desastre extremo, de desenvolvimento lento, contínuo, progressivo e duradouro, que como um câncer, corrói a vida e o meio ambiente. A seca climática não tem como ser combatida, mas o desastre seca sim.
>
> Também sobre essa questão, João Suassuna diz que "Já é mais do que sabido que as secas do Nordeste são periódicas e, enquanto fenômeno natural, não há como combatê-las. Todavia, os seus efeitos podem ser enfrentados com tecnologias apropriadas, tornando possível a convivência do homem com o meio árido"[7].

Ora, o espaço rural é um local desafiador para o ensino universitário. Por um lado, é um espaço no qual a universidade encontra dificuldades para se inserir e, por outro lado, abriga populações fortemente marginalizadas. No âmbito da realidade nordestina, especialmente para a massa de camponeses que habitam sua extensa região semi-árida, esse duplo dilema atinge seu paroxismo: os jovens rurícolas têm dificuldades de toda ordem para chegarem às universidades implantadas nos grandes centros urbanos, as quais, malgrado o processo de pesquisa sobre o desenvolvimento que implementam, também encontram muitos entraves para difundi-lo para os principais interessados.

De fato, ainda que atualmente haja pesquisas técnico-científicas, políticas públicas e ações de organizações civis voltadas para o fomento da agricultura familiar no Brasil, a disseminação dessas iniciativas entre os principais interessados é limitada em decorrência, fundamentalmente, da falta de um espaço de intercâmbio de experiências entre os agricultores familiares e suas lideranças com cientistas, professores, técnicos, organizações, instituições e demais agentes devotados à reflexão, à elaboração e à implementação de políticas e ações para o desenvolvimento rural sustentável. O que torna essa realidade ainda mais dramática é que a falta de um espaço desse tipo aprofunda o lapso educacional dos jovens rurícolas que optam por assumir a administração do estabelecimento familiar, base da economia camponesa e condição para a reprodução de sua identidade cultural, sustentáculos fundamentais de um modo de vida cuja preservação e fomento são estratégicos para o desenvolvimento sustentável das populações do semi-árido.

Note-se, além do mais, que as tentativas de desenvolvimento experimentadas no semi-árido brasileiro fundamentaram-se historicamente em premissas de exploração que ignoravam os limites da sustentação sócio-ambiental da região. Essas tentativas padeceram e têm padecido das mais diversas frustrações. Sua incapacidade em promover a construção

---

[7] http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/parecer_tecnico_seca.pdf (acessado em 23/05/2008).

de eqüidade social, buscando reduzir as enormes diferenças entre os ricos e os pobres, sejam elas no acesso a renda, moradia, educação, saúde, etc fracassaram. As explorações inadequadas desempenharam papel significativo na destruição dos recursos naturais e a supervalorização dos produtos e serviços oriundos de outras culturas e sua negligência frente à desvalorização e a perda do prestígio da cultura local.

Assim, torna-se primordial o cultivo do "capital cultural" dos atores sociais vinculados à agricultura familiar no semi-árido – contingente populacional predominante na região –, de maneira que eles possam se constituir em sujeitos do desenvolvimento local sustentável. Faz-se então necessária a implementação de ações pedagógicas no sentido de formar e capacitar esses atores para transformá-los em agentes multiplicadores das experiências construídas, tendo como pano de fundo a elaboração e implantação de projetos produtivos que visem a sustentabilidade regional.

É para colaborar na efetivação desse intento que a UFCG propõe a implantação do *Campus* de Sumé, tendo como compromisso primordial contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo uma agricultura familiar autônoma através do resgate e do cultivo do *ethos camponês* entendido como base da identidade, fonte da auto-estima e vetor da autodeterminação dos agricultores familiares, e, por outro lado, uma formação voltada para as necessidades e interesses desses atores sociais. Este processo deve ser construído por intermédio da difusão e crítica da informação sobre a produção técnico-científica, as políticas públicas e as ações devotadas ao fomento da agricultura familiar e por meio do debate sobre processos produtivos, de gestão e organização social apropriados às suas peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais.

O desafio, portanto, é construir um espaço permanente que contribua para a elaboração e implementação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar nordestina, contemplando as políticas públicas para o setor, baseando-o na interação entre as perspectivas, interesses e projetos dos agricultores familiares e de suas organizações com o referencial teórico, analítico e prático das disciplinas universitárias.

Por outro lado, também se tenciona propagar o conhecimento e as experiências produzidos em seu âmbito, verticalizando o processo pedagógico por intermédio da formação de pesquisadores e educadores capazes de articular o novo conhecimento adquirido ao saber e à prática dos camponeses e difundi-lo em seu meio social.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Semi-Árido

Considera-se como região semi-árida aquela que possibilita o desenvolvimento de uma cobertura vegetal mais ou menos contínua, como a caatinga, a savana ou a estepe, mas que não permite o cultivo de plantas anuais de maneira regular e com boa produtividade, em decorrência da baixa pluviosidade e da má distribuição das chuvas. Outras características apresentadas são a necessidade de irrigação complementar para as culturas anuais, a ocorrência de secas periódicas, vegetação xerófila, solos pobres em matéria orgânica e geralmente ricos em cálcio e potássio, porém, no geral, com desequilíbrio iônico para os demais elementos essenciais além de numerosas e extensas manchas salinizadas[8]. As regiões semi-áridas podem ser quentes ou frias conforme sejam tropicais ou temperadas.

Em suma, diz-se que uma região é semi-árida quando a precipitação pluviométrica fica abaixo dos 800 mm/ano, apresentando freqüente ocorrência de secas, solos pobres em matéria orgânica e tendência a salinização e rios intermitentes[9].

O Semi-Árido Brasileiro

O Semi-Árido Brasileiro localiza-se predominantemente no interior do Nordeste, atingindo a costa no litoral setentrional do Rio Grande do Norte e no litoral cearense. Compreende uma imensa área, que corresponde a 54% da Região Nordeste (quando se computa a área do Estado do Maranhão, localizado na zona de transição entre o cerrado e a Amazônia) ou 74% (excetuando-se o Maranhão), e cerca de 10% da superfície brasileira, ocorrendo em 08 dos 09 estados nordestinos e uma pequena parte do norte de Minas Gerais, localizado na região Sudeste brasileira[10].

Em 10 de março de 2005, o Ministério da Integração Nacional instituiu uma nova delimitação do Semi-Árido Brasileiro, tomando-se por base três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milíme-

[8] MENDES, B. V. "O Semi-árido Brasileiro". ***Anais 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas***. V. 4. p 394-399. São Paulo, 1992.

[9] MENDES, B. V. Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido. Fortaleza: SEMACE. 108 p. 1997.

[10] MENDES, B. V. "O Semi-árido Brasileiro". ***Anais 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas***. V. 4. p 394-399. São Paulo, 1992; SCHENKEL, C.S.; MATALLO Junior, H. ***Desertificação***. Brasília, UNESCO, 1999, 88p.

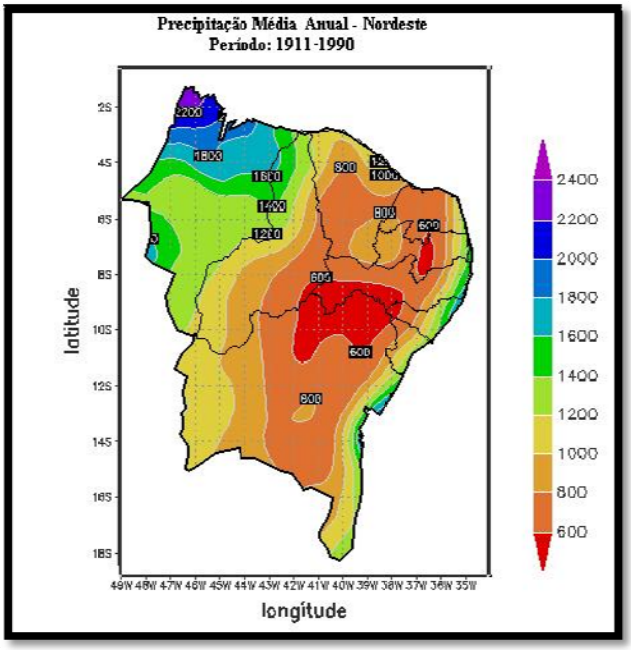
tros; índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.[11]

Com essa atualização, a área do Semi-Árido Brasileiro aumentou de 892.309 km² para 969.589 km², sendo composta por 1.133 municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais, totalizando uma população de 20.858.264 milhões de pessoas, 44% destas residindo na zona rural.

É uma região muito vasta, com elevado grau de pobreza, possuindo área e população maiores do que as de muitos países e é considerada o espaço semi-árido mais populoso do Mundo. Diferencia-se das outras regiões pobres do Brasil por possuir sérias limitações de clima e solo, com ocorrência de secas e relativa escassez de recursos naturais, fatores que determinam os principais problemas da região, que atingem principalmente os trabalhadores sem terra e os minifúndios de autoconsumo, provocando problemas socioeconômicos graves com conseqüente expulsão de parte significativa da população para outras regiões do País. Ecologicamente, é uma área muito devastada, devido à luta secular que o colonizador enfrenta com a natureza na tentativa de sobrevivência.

Para o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga (CNRBC), o Nordeste Semi-Árido, o Polígono das Secas, a Região Semi-Árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Bioma Caatinga são categorias com idêntica sinonímia, por tratarem de problemas com raízes semelhantes: as secas e a fragilidade econômica e ambiental dos espaços submetidos à escassez e à distribuição irregular das chuvas em amplas porções do território do Nordeste. Embora pequenas, são consideráveis as diferenças entre essas categorias, como ocorre com a ênfase concedida ao manejo controlado dos recursos naturais[12].

O semi-árido apresenta a maior abrangência físico-territorial de que outros espaços naturais que conformam o Nordeste brasileiro. No entanto, encontra-se quase todo no embasamento cristalino e sob forte irregularidade climática. Constata-se também que o clima e a qualidade das terras apresentam limitações muito fortes para o desenvolvimento de atividades de cunho agropecuário que possam competir com os produtos oriundos de outras regiões. A não ser em algumas áreas específicas, e contando com significativos investimentos em tecnologia, a produtividade agrícola é baixa e a produção incerta.



http://www.dca.ufcg.edu.br/clima/mapas/neanop.jpg

[11] BRASIL. ***Nova delimitação do Semi-Árido Brasileiro***. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

[12] CNRBC. ***Cenários para o Bioma Caatinga***. Recife, SECTMA. 283 p il. 2004.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a maior parte do Semi-Árido tem características fisico-ambientais que limitam seu potencial produtivo, como a evapotranspiração elevada, ocorrência de secas, solos de pouca profundidade, alta salinidade, baixa fertilidade e capacidade de retenção de água reduzida. Nesta região se encontram os indicadores sociais mais alarmantes do Brasil. Como já foi ressaltado, o clima é o seu elemento mais marcante, com um regime pluviométrico variando de 400 a 800 mm/ano, com distribuição espacial e temporal muito irregular (coeficiente de variação = 30%), apresentando algumas áreas com média de 250 mm e outras com médias superiores a 1.000 mm. A pluviosidade é considerada não muito baixa (500 mm em média), no entanto o balanço hídrico é considerado deficitário devido à elevada evaporação, que chega a ser até quatro vezes superior à precipitação. As chuvas geralmente são torrenciais e irregulares no tempo e no espaço com ausências prolongadas ocasionando o fenômeno da seca climática.

Ocorrem duas estações bem distintas: uma curta estação chuvosa de 3 a 5 meses no primeiro semestre do ano, ou "inverno", e uma longa estação seca de 7 a 9 meses, podendo-se alongar por 18 meses ou mais, ou "verão". As temperaturas médias anuais são elevadas (23° a 27°C) e apresentam amplitudes térmicas diárias de 10°C, mensais de 5 a 10°C e anuais de 1° a 50°C. A insolação apresenta média anual de 2.800 horas/ano; a umidade relativa média anual é de 50% e a evaporação média anual é de 2.000 mm/ano.

Quanto aos aspectos hidrogeológicos, a região está basicamente caracterizada por dois substratos: terrenos cristalinos, praticamente impermeáveis, ocupando 50% da área, e terrenos sedimentares bastante dissecados, que influem decisivamente nos volumes de água economicamente exploráveis. Os solos são predominantemente pouco desenvolvidos, rasos e pedregosos, em relevo variando de suave a acentuadamente ondulado, com baixa capacidade de armazenamento de água.

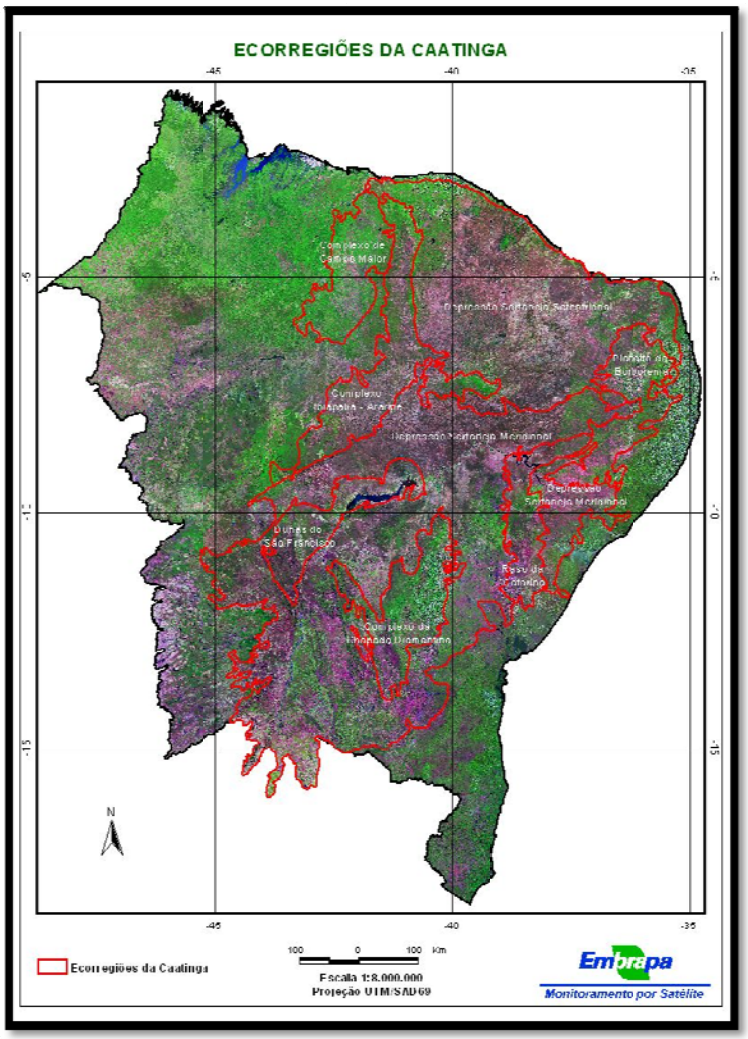
A cobertura vegetal, embora de predominância xerófila, é extremamente diversificada, identificando-se para o Semi-Árido a formação predominante conhecida como Caatinga. Segundo a diversidade de fatores ecológicos localizados, encontram-se outras comunidades, tais como Cerrados, Matas Secas e Matas Ciliares. A fauna local é dominantemente formada por animais de pequeno porte e de hábitos notívagos. Sua diversidade, enquanto restrita pela adversidade climática, é estimulada pela heterogeneidade de micro habitantes existentes na região. Atualmente, além das já extintas, muitas espécies se encontram ameaçadas de extinção, fruto da caça predatória e de subsistência, dos desmatamentos e queimadas que destroem suas áreas de nidificação e alimentação, alterando profundamente seu nicho ecológico.

Para G. Duque, "a ecologia do xerofilismo, típico dessa caatinga, explica a falta dos capins, porque esses são menos resistentes à seca do que os arbustos e demonstra a sobrevivência das plantas lenhosas com as reservas de nutrientes e da água nas raízes e nos caules, cujo exemplo clássico e o imbuzeiro. Perdendo as folhas no verão para economizar a água das seivas, a vegetação fornece ao gado, no chão, o feno natural das folhas secas, ricas de proteínas e de sais minerais. No verão, o panorama é cinzento-escuro, oferecendo uma natureza morta. Com as primeiras chuvas, há mobilização das reservas, formação de folhas; o ambiente torna-se verde e, numa semana, completa-se a ressurreição"[13].

---

[13] DUQUE, J. Guimarães. ***O Nordeste e as lavouras xerófilas***. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2004 [1949], p. 124.

Segundo o Programa de Ação Nacional de Combate à tificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN Brasil), as secas conferem uma homogeneidade apenas aparente ao Semi-Árido, mas as diferenças físicas, climáticas e ambientais da região são mostradas pelas fácies ecológicas das regiões naturais que o integram e respondem por sua diversidade. Lado a lado, ou integrando conjuntos variados, convivem na área de ocorrência oficial das secas as regiões naturais da Caatinga, do Carrasco, do Sertão, do Seridó, do Curimataú, e dos Cariris Velhos, as quatro últimas ocorrendo no estado da Paraíba.



O mapa ao lado mostra os nove complexos ecológicos que caracterizam o chamado *Nordeste Seco*. Na porção mais oriental, o Planalto da Borborema, onde se situa o Cariri paraibano.

Em termos de produtividade, como regra geral, a atividade agrícola não alcança grandes desempenhos a não ser em terras de aluvião, ou em alguns núcleos de solos desenvolvidos de rochas calcárias ou rochas básicas. As restrições para essa baixa produtividade recaem especialmente na baixa fertilidade natural e em situações particularizadas de manejo inadequado, em topografia acidentada e na falta de sistemas de drenagem[14].

Schenkel & Matallo Júnior, citando Barreto (1994), informam que na maioria dos casos os solos são bastante susceptíveis à degradação quando desprotegidos de sua vegetação natural. Para vários tipos de solos as perdas são muito pequenas e em alguns casos tendem a zero, quando sob vegetação natural. No entanto, a degradação ambiental não se manifesta somente pela sensibilidade do solo à erosão, mas, sobretudo, pelos usos a ele impostos. Segundo os mesmos autores, os dados disponíveis mostram que as áreas mais devastadas são exatamente aquelas de solos mais férteis e que por isso mesmo estão submetidas a maiores níveis de exploração.[15]

A Região é marcada pelo ruralismo tradicional, com pouco ou nenhum acesso ao mercado, extrema dificuldade de absorção de novas tecnologias, hábitos de vida fixados através

[14] SCHENKEL & MATALLO JR, *Op. Cit.*

[15] SCHENKEL & MATALLO JR, *Op. Cit.*

de gerações e com uma relação extremamente paternalista com o Estado. Isto resulta em práticas sociais e políticas ambíguas, se comparadas com aquelas relativas às populações urbanas modernizadas pelo mercado e pelo acesso livre às informações[16].

De um lado, essa ambigüidade reflete-se numa constante busca por "proteção" junto ao aparelho estatal e a seus representantes e, de outro, por uma recorrente dificuldade em absorver as informações técnicas disponíveis e geradas pelo próprio aparelho estatal (Universidades, Centros de Pesquisa, etc.), para a solução dos seus problemas. Soma-se a isto um relativo crescimento dos setores rurais ligados à grande produção de exportação ou ligados a setores urbanos que pressionam pelo estabelecimento de políticas que, quase sempre, são contrárias aos interesses dos setores tradicionais.

As oscilações climáticas no semi-árido geram, além dos desajustes na economia, graves problemas sociais e redução da qualidade de vida da população. De fato, a expectativa de vida, embora incrementada, permanece em 51 anos. O êxodo rural foi muito alto na década de 70/80, com cerca de 4,6 milhões de pessoas deixando o campo e indo para as cidades, fazendo com que a distribuição da população rural/urbana apresentasse, pela primeira vez, um predomínio urbano. Dados dos censos de 1990 e 2000 apontam para taxas alarmantes de movimentos migratórios, pois a população rural nordestina decresceu de 39% para 30%, o que representa um êxodo rural de cerca de 2 milhões de pessoas.

As dificuldades em implementar as melhores opções de convivência com a seca e a ausência, até 2003, de políticas públicas permanentes com enfoque social e de ações duradouras também são fatores que contribuem para o agravamento da realidade do Semi-Árido. Atualmente são muitas as informações sobre a degradação da Caatinga, mas pouco se sabe sobre o aproveitamento econômico da biodiversidade existente nessa vegetação, como, por exemplo, as espécies que poderiam ter valor no mercado e os impactos ocasionados pela desertificação para as grandes cidades. A falta desses conhecimentos ofusca as riquezas existentes, que poderiam ser exploradas para conquistar o seu desenvolvimento sustentável, respeitando suas limitações naturais.

Assim, a questão ambiental no *Nordeste Seco*, é antes de tudo uma questão socioeconômica com soluções estritamente dependentes de decisões políticas. E, por isso mesmo, é também fundamental para o sucesso que as discussões e as propostas encaminhadas envolvam todos os níveis de decisão da sociedade. Nesse sentido, a disseminação do conhecimento é necessária, pois permite que toda a sociedade participe mais efetivamente nos processos de tomada de decisão para assegurar uma proposta justa de desenvolvimento. Nas condições de semi-aridez e com a forma tradicional de relacionamento com o ambiente existente, qualquer tentativa de desenvolvimento estará subjugada aos mecanismos de regulação natural. É necessário romper essa dominação climática por meio de uma C & T "apropriada", e é preciso conhecer mais as relações estabelecidas entre os sistemas sócio-culturais e os fatores ecológicos da aridez. Isto facilitará e sustentará as alternativas propostas de manejo de recursos naturais junto aos valores culturais locais.

É para contribuir com esse processo, que a UFCG propõe a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (CDSA) na forma deste Projeto.

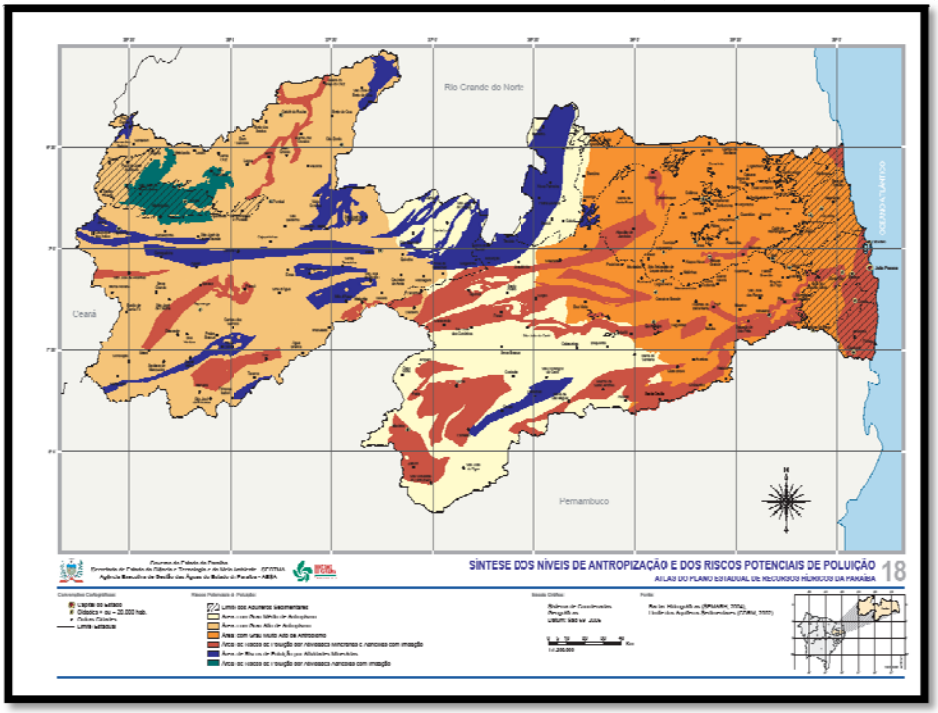
---

[16] LIMA, J.R. de; RODRIGUES, W. ***Estratégia de combate à desertificação***. Módulo 18 do Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido Brasileiro. Campina Grande, UFCG/ABEAS, 2005, 55p.

Aspectos Ambientais do Semi-Árido Paraibano

O Relatório "Mudanças de Clima, Mudanças de Vida", elaborado pelo *Greenpeace*, revela que a Paraíba é o Estado do Nordeste mais atingido pelo processo de desertificação do tipo muito grave, afetando diretamente mais de 653 mil habitantes. De acordo com a ONG, em 70% do território da Paraíba ocorre o processo de desertificação, atingindo municípios que abrigam um total de 1,66 milhões de pessoas. Destacou que, na Paraíba, a sub-bacia hidrográfica do rio Taperoá, no Cariri Paraibano, apresenta um processo significativo de desertificação no município de São João do Cariri. Já o município de Cabaceiras também apresenta áreas comprometidas. De acordo com o Relatório, "há perda da biodiversidade e êxodo rural. Em função da severidade climática e do desmatamento para uso agropecuário, vem aumentando a área de caatinga baixa e rala na região". Esse tipo de vegetação degradada ocupava 2.730 hectares em Cabaceiras no ano de 1967, mas, em 1996, essa área havia aumentado para 42.634 hectares[17].

O processo da desertificação é causado, principalmente, pela ação do homem, que provoca agressões ao meio ambiente, a exemplo de desmatamento e queimadas. A desertificação do solo paraibano se intensificou devido a fatores como introdução e expansão da pecuária (grande número de animais em um pequeno pedaço de terra), além do crescimento das lavouras, incluindo o plantio de algaroba e capim buffel. As localidades consideradas mais secas do Estado são as que mais sofrem com a ameaça constante da desertificação do solo, a saber: o Cariri**,** o Seridó e o Curimataú. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente da Paraíba, o nível de degradação geral por tipo de solo para o Estado foi considerado severo para os solos Bruno Não Cálcico (Luvissolos), de relevo suave ondulado a ondulado e de forte sensibilidade à erosão. Estes solos ocupariam cerca de 13% da Região Semi-Árida e 7,15% da Região Nordeste[18].



http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/mapas.html

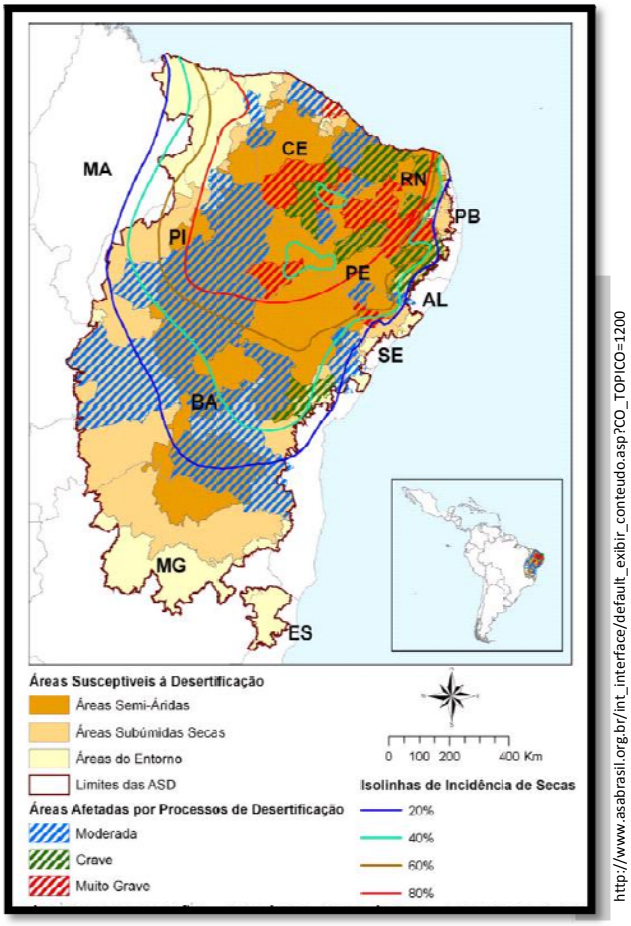
[17] www.taperoa.com/index *apud* PEREIRA, Daniel Duarte. ***Cariris Paraibanos: do Sesmarialismo aos Assentamentos da Reforma Agrária. Raízes da Desertificação?*** Tese de Doutoramento. PPGRN/CTRN/UFCG. Campina Grande, 2008.

[18] SUDEMA/SEBRAE. ***Política estadual de controle da desertificação***. João Pessoa, 2002. Vol. 1, 28p.

Na Paraíba, a área degradada seria de 2.106.100 hectares. Para os solos Litólicos (Neossolos) o nível de degradação seria acentuado para os relevos ondulado, forte ondulado e montanhoso e de sensibilidade à erosão muito forte. Esses solos ocupariam cerca de 10% da Região Semi-Árida e 2% do Nordeste. Esta degradação ocorreria com maior intensidade na Depressão do Alto Piranhas, Cariri, Agreste da Borborema, Curimataú e Alto Sertão.

Na elaboração da Política Estadual de Controle da Desertificação a SUDEMA identificou como problemas de ordem fundiária: diferenças econômicas entre pequenos, grandes e médios proprietários, ausência de capacitação, sensibilização e associativismo, relação mínima entre parceiros, meeiros, arrendatários e proprietários e aumento da agriculturização e pecuarização. Como problemas de ordem social/cultural foram citados baixa qualidade de vida, difíceis condições de sobrevivência; aposentadoria, analfabetismo, posse da terra vs. demanda na moderna agroecologia e hábitos arraigados de uso da terra[19].

Para o Estado, foi encontrado um **grau de risco ou vulnerabilidade muito alta em áreas totais de municípios**, em 2 Mesorregiões (Borborema e Sertão), envolvendo sete Microrregiões (Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Cariri Ocidental, Teixeira, Catolé do Rocha, Sousa e Patos) e 34 municípios para uma área de 10.362 km² e uma população de 301.589 habitantes.



http://www.asabrasil.org.br/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=1200

Já para uma **susceptibilidade alta em área total de municípios**, foram envolvidas 3 Mesorregiões (Borborema, Sertão e Agreste), onze Microrregiões (Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Teixeira, Catolé do Rocha, Sousa, Patos, Piancó, Cajazeiras, Curimataú Ocidental e Campina Grande), envolvendo 74 municípios, numa área total de 22.798,3 km² onde vivem 544.878 pessoas.

Na categoria de **risco ou vulnerabilidade alta**, **área parcial de municípios**, foram envolvidas 2 Mesorregiões (Sertão e Agreste), oito Microrregiões (Teixeira, Piancó, Cajazeiras, Itaporanga, Curimataú Ocidental, Campina Grande, Esperança e Umbuzeiro), totalizando 13 municípios, 5.322,6 km² e 548.0823 habitantes.

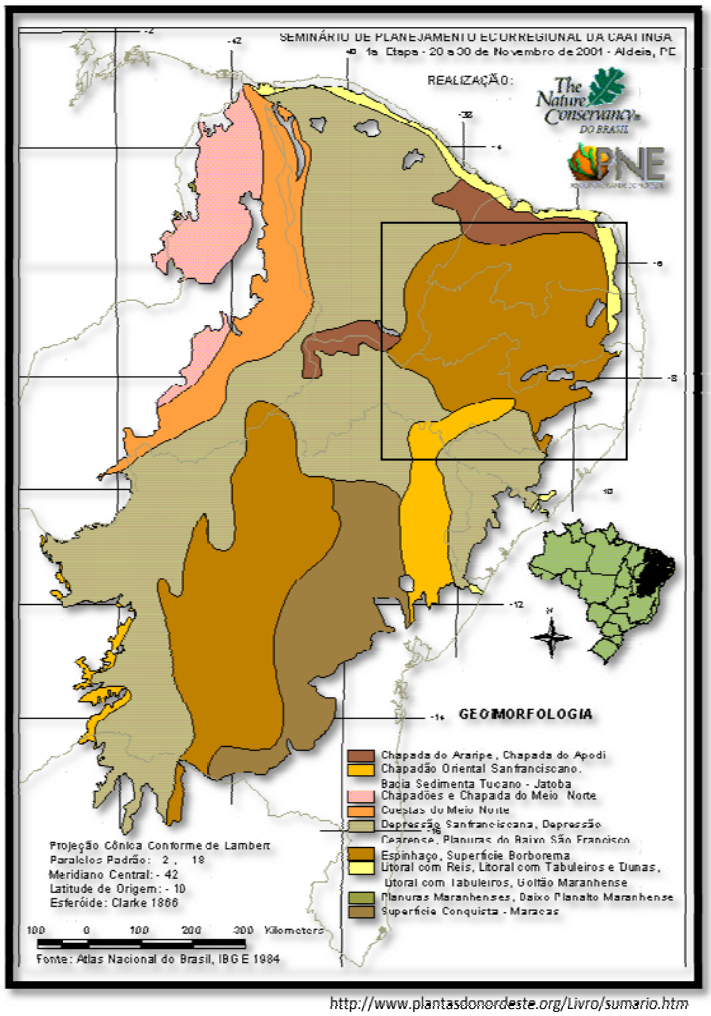
Em suma, mais da metade dos municípios da Paraíba (121, no total) estão situados em zonas bastante vulneráveis à desertificação, totalizando uma área de 38.483,8 km² (68,01% do Estado), com 1.395.290 habitantes (41,60% do estado). Estimou-se que em 32.109 km² (57,06% do Estado) a situação é **grave** e em 8.320,0 km² (14,76% do Estado) a situação é **muito grave**, perfazendo um total de 40.429 km² ou 71,82% do Estado.

[19] SUDEMA/SEBRAE. *Op. Cit.*

O Território do Cariri Paraibano

Geografia

O Cariri é uma microrregião do Estado da Paraíba localizada na franja ocidental do planalto da Borborema, "a porção central, referente ao estado da Paraíba, da mais notável unidade geomorfológica do Nordeste"[20], assim descrito pelo IBGE:



http://www.plantasdonordeste.org/Livro/sumario.htm

"O Planalto da Borborema compreende um conjunto estrutural que se estende do estado de Alagoas ao Rio Grande do Norte, onde as diferenciações geomorfológicas revelam diferentes estágios de evolução de relevo, decorrentes das interferências tectônicas combinadas as modificações climáticas sub-atuais e atuais. As altimetrias desta área variam de 200 a 300 m., ultrapassando pouco mais de 1.000 metros em alguns locais. As áreas mais elevadas correspondem às cristas simétricas e assimétricas, linhas de cumeadas e blocos serranos. As altitudes intermediárias, em torno de 500-600 metros, são encontradas, sobretudo, em compartimentos aplainados, geralmente limitados por escarpamentos e nível mais baixo, dissecado em formas convexas e aguçadas, além de relevos residuais. As feições são formadas por rochas pré-cambrianas e paleozóicas representadas por granitos, filitos e quartizitos entre outras. A rede de drenagem de caráter intermitente apresenta um padrão radial centrífugo, adaptado à tectônica dominante, ressaltando os rios Ipojuca, Una, Jacuípe e Paraíba, dirigidos para o Atlântico e os Ipanema e Moxotó, que correm em direção ao São Francisco, e outros que se dirigem para o norte, compondo as bacias dos rios Paraíba e Capibaribe".

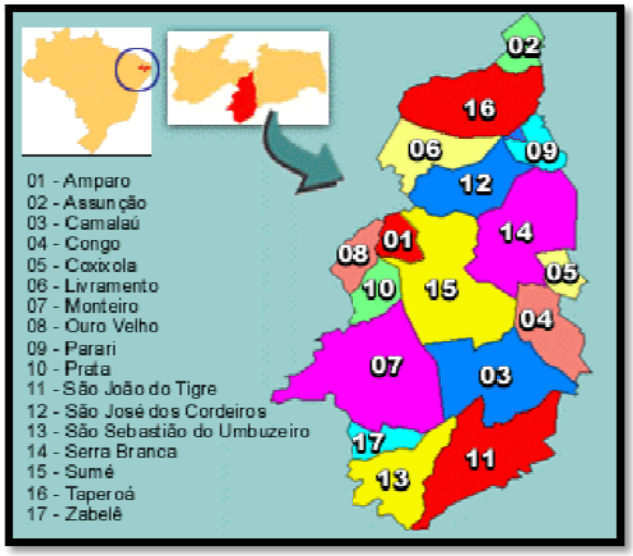
Com relação à cobertura vegetal, a área explorável na Mesorregião da Borborema (Paraíba) foi estimada em cerca de 840.755 hectares, identificando-se cerca de 26.830 hectares de Preservação Permanente. O estoque médio é de cerca de 88,27 st[21]/ha e o estoque total para mais de 75.827.172 st, o suficiente para 105 anos, estimando-se um consumo

[20] MOREIRA, E. de R. F.(org.). Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

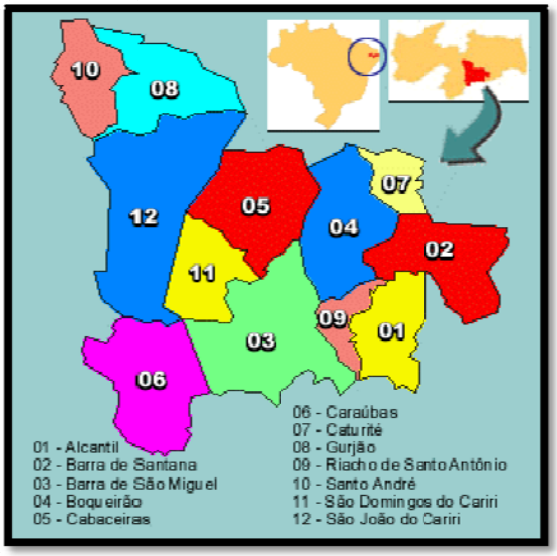
[21] st = significa a lenha empilhada nas dimensões de 1m x 1m x 1m.

anual de 721.422 st/ano. Para o **Cariri Ocidental** a área explorável encontrada foi de 375.410 hectares e a produção sustentável de 828.822 st/ano. No balanço anual, se encontrou para essa Microrregião uma produção anual de 15.571 st/ano onde 98,7 % são exportados. Estimando-se um estoque de 36.059.551 st, a disponibilidade de recursos seria de 120 anos para o Cariri Ocidental[22].

Composta, segundo o IBGE, por 29 municípios, o Cariri (que é dividido em duas microrregiões: Cariri Ocidental e Cariri Oriental) ocupa uma área de 11.233 km² e, segundo o censo de 2000, possui uma população de 173.323 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 habitantes por km². Localizada em plena "diagonal seca", onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro, com médias anuais históricas inferiores a 400 mm, seu clima regional (Bsh) caracteriza-se por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 26°C), fracas amplitudes térmicas anuais e chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares.



Cariri Ocidental



Cariri Oriental

No Cariri Paraibano, a natureza edáfica é de "solos salinos, em alguns casos rasos e pedregosos que refletem sobre a atividade agrícola e a ocupação do espaço, que mesmo sendo de povoamento aproximado de 350 anos, apresenta baixos índices de densidade populacional. A base da produção mineral é ao norte e a agropecuária, de fraco rendimento. Já se destacaram cultivos industriais como o sisal e o algodão arbóreo, além de ciclos de irrigação em Sumé, Boqueirão, Congo e Camalaú, com ênfase para as culturas do tomate e pimentão. O crescimento da pecuária extensiva, resultante principalmente da extinção destas e de outras culturas, propiciou a expansão de culturas de suporte (ao sudeste), tipo palma forrageira e capim buffel"[23].

A composição florística dos Cariris é heterogênea[24] e uma das características da área é a grande densidade de cactáceas e bromeliáceas que se intercalam a árvores típicas, algumas das quais se repetem com freqüência, como as Juremas (*Mimosa* SP), o Pereiro (*As-*

---

[22] PNUD/FAO/IBAMA/GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. ***Diagnóstico do Setor Florestal do Estado da Paraíba***. João Pessoa, 1994.

[23] MOREIRA, *Op. Cit.*

[24] Cf. CABRAL, Elisa Maria (org.): ***Os Cariris Velhos da Paraíba***. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB / A União Editora, 1997.

pidosperma pyrifolium Mart.) e a Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.). Algumas árvores apresentam uma distribuição mais esparsa, como a Favela (*Cnidosculus quercifolius*), o Umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.), o Mulungu (*Erythrina velutina* Wild.) e o Juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.). Já a vegetação de ervas e arbustos rasteiros ocorre com maior intensidade no período chuvoso com a ocorrência de espécies tais como Malva (*Sida galheirensis* Ulbr.); Mela–Bode (*Herissanta tiubae* K. Schum. Brizick); Ervanço (*Alternanthera tenella* Colla) e Marmeleiros e Velames (*Croton* sp.). Dentre as espécies arbóreo-arbustivas que preservam as folhas o ano inteiro, destaca-se o Juazeiro.

Como ressalta Guimarães Duque, "Ecologicamente os Cariris são uma caatinga alta, de altitude de 400 a 600m, composta de espécies espinhentas, de pequeno porte, de caules duros (exceto as cactáceas), unidas, densas ou fechadas, onde o chão é coberto de macambiras, de coroás e *tillandsia*, entremeadas de arbustos lenhosos e retorcidos e das árvores típicas do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), cardeiro *Cereus peruvianus, HAw*), Catingueira (*Caesalpinia bracteosa Tul*), Quixabeira (*Bumelia sarturum*) e outras. É a zona de predileção das cactáceas devido à umidade do ar noturno"[25].

Pré-História

Região de ocupação humana imemorial, o Cariri apresenta inúmeros sítios arqueológicos[26] com lajedos pintados com inscrições da "Tradição Agreste" (sub-tradição Cariris Velhos), de início provável há 5.000 anos antes do presente[27], e furnas com cemitérios indígenas apresentando muitos esqueletos, alguns envolvidos com esteiras de caroá[28]. O material lítico também é abundante, predominando machados de mão de pedra polida.

Quando da chegada dos europeus à América Tropical, o território era dominado pelos índios Cariris, povos caçadores-coletores falantes de uma língua do tronco Macro-Jê, cuja origem remonta, provavelmente, a 5 ou 6 mil anos antes do presente[29]. Até meados do século XVII, a região permaneceu praticamente intocada pelos colonizadores, mas, em 1665 uma sesmaria medindo "30 léguas de terras, que começam a correr pelo rio da Paraíba acima, onde acaba a data do Governador André Vidal de Negreiros, e 12 léguas de largo para o sul e 10 para o norte" foi concedida à família Oliveira Ledo[30]. Entre 1668 e 1691, Domingos Jorge Velho e seus terços de campanha correram os sertões das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte após terem desbaratado o Quilombo de Palmares, empenhando-se na chamada "guerra dos bárbaros"[31], "a cruenta campanha contra os tapuais brabos"[32] que viria a prefigurar uma das duas rotas da frente de expan-

---

[25] DUQUE, *Op. Cit.,* p.124.

[26] Cf. ALMEIDA, Ruth Trindade de: ***A arte rupestre nos Cariris Velhos***. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 1978; CABRAL, Elisa Maria (org.): ***Os Cariris Velhos da Paraíba***. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB / A União Editora, 1997.

[27] Cf. MARTIN, Gabriela: ***Pré-História do Nordeste do Brasil***. 3ª edição atualizada. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.

[28] Cf. RIETVELD, Pe. João Jorge: Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa, Imprell, 1999, p. 37.

[29] Cf. URBAN, Greg. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas", *in* CUNHA, Manoela Carneiro da (org.), ***Historia dos índios no Brasil***. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 90.

[30] Cf. JOFFILY, Irenêo: ***Notas sobre a Paraíba***. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Apresentação e observações de Geraldo Irenêo Joffily. Brasília, Thesaurus Editora, 1977, p. 346.

[31] PUNTONI, Pedro: A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, Hucitec / EdUSP / Fapesp, 2002.

[32] JOFFILY, *Op. Cit,* p. 347.

são pecuária que devassaram os sertões nordestinos[33].

História Social

No último quartel do século XVII, os Oliveira Ledo – assim como os potentados da Casa da Torre – iniciariam o processo de ocupação dos "sertões de fora" movimentando numerosas boiadas a partir da margem esquerda do São Francisco e chegando a corrente povoadora, segundo Basílio de Magalhães, até o sul do Ceará e do Maranhão em 1690[34]. O processo foi de tal maneira cruento que D. Filipe III chegou a dirigir uma carta régia ao Capitão mor da Paraíba em 16 de setembro de 1699, solicitando-lhe advertir o fundador de Campina Grande por "estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou em sua guerra"[35].

Segundo Capistrano de Abreu, entretanto, malgrado a violência empregada na colonização sertaneja, o tipo de exploração econômica – "a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância" –, a configuração do espaço – "abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar" – e as características da povoação – "os primeiros ocupadores do sertão não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos" – ensejou a possibilidade de sobrevivência dos habitantes ancestrais: "muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram"[36].

Não há estatísticas confiáveis sobre o destino das populações ancestrais arrostadas pela frente de expansão pecuária, mas sabe-se que, além daqueles que resistiram fixando-se em recantos pouco acessíveis ou desfavoráveis à criação de gado – como, por exemplo, os Atikum da Serra do Umã, os Pancararu e os Xucuru dos sertões do Pajeú – muitos índios incorporar-se-iam ao processo produtivo, seja como vaqueiros, seja como pequenos cultivadores de alimentos. Estes, juntamente com posseiros e foreiros que "estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de 'sítio'"[37] e, também, escravos quilombolas que se refugiaram na região, viriam a constituir as raízes do campesinato no Cariri paraibano em plena "civilização do couro"[38]. De fato, o sistema de pagamento do vaqueiro "não só permitiu o acesso à exploração, mas também à propriedade da terra aos homens pobres livres"[39], uma vez que "depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias, cabia-lhe uma; podia-se assim fundar fazenda por sua conta"[40].

Tal como os "grupos de agricultores pobres autônomos", numerosos no Nordeste oriental[41], também os *rústicos* sertanejos mantiveram-se "imersos e ocultos nos subterrâneos

---

[33] ABREU, João Capistrano de: ***Capítulos de história colonial (1500-1800)***. 7ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1988, p. 166.

[34] HOLANDA, Sérgio Buarque de: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I – A Época Colonial. 2º Volume: Administração, Economia, Sociedade. 7ª edição. São Paulo, Bertrand Brasil, 1993, p. 221.

[35] JOFFILY, *Op. Cit,* p. 349.

[36] ABREU, *Op. Cit,* p. 168.

[37] ANDRADE, Manuel Correia de : A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª edição. São Paulo, Atlas, 1986, p. 148.

[38] Cf. ABREU, *Op. Cit,* p. 170.

[39] MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. ***Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba***. João Pessoa, Editora da UFPB, 1997, p. 72.

[40] ABREU, *Op. Cit,* p. 170.

[41] Cf. PALACIOS, Guillermo: Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-

mais recônditos da história colonial"[42], mas, a partir do final do século XVIII, com a emergência da cultura do algodão (*Gossypium hirsutum* var. *marie galante*), viriam a ocupar uma posição fundamental na economia revigorada pelo "ouro branco". De fato, a cotonicultura requer grandes contingentes de mão-de-obra e, ao contrário de outras culturas de exportação, não é incompatível com a economia camponesa, pois o algodão pode ser cultivado em associação com as culturas de subsistência e "pelo fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período mais seco do ano, transformou-se numa atividade complementar da pecuária"[43]. Em virtude disso, o algodão "foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que detinham a posse legal da terra como foreiros e parceiros" e, desta maneira, "a combinação gado-algodão-policultura, [estabeleceu-se] como o trinômio marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX"[44].

Uma decorrência importante do ciclo do algodão foi a consolidação do campesinato na região, pois "do mesmo modo que no litoral, a pequena produção no sertão desenvolveu-se inicialmente no interior do latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento"[45]. Entretanto, com o colapso da cotonicultura durante a segunda metade do século XX, também entrariam em crise os sistemas de parceria tradicionais – o que redundaria na "expulsão" dos moradores – e se verificaria um acentuado empobrecimento dos pequenos cultivadores.

De fato, em conseqüência dessas circunstâncias e, evidentemente, das secas freqüentes, a região entrou num longo período de depressão econômica caracterizado, por um lado, pela restauração do latifúndio agropecuário extensivo e, por outro, por um êxodo rural pronunciado, uma vez que "a crescente pecuarização promove sistematicamente a expulsão disfarçada dos moradores, na medida em que a cultura do algodão – sua principal razão de ser na fazenda tradicional – e a agricultura de subsistência têm que ceder espaço às plantas forrageiras"[46].

Durante as décadas de 70 e 80, enquanto minguava o cultivo do algodão, o empreendimento patronal mantinha-se economicamente viável em função, fundamentalmente, dos "financiamentos a fundo perdido" da SUDENE – como, por exemplo, a introdução da algaroba (*Prosopis sp*) para produção de forragem, um dos mais desastrosos projetos produtivos desenvolvidos no semi-árido brasileiro – enquanto os camponeses pobres que insistiam em permanecer na região sobreviviam à míngua, sob o domínio inconteste dos potentados locais e sob a legislação draconiana do regime de exceção.

É neste contexto que os trabalhadores rurais do Cariri paraibano começam a se organizar. Em fins de 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, sob a liderança de Luiz Silva e, durante os anos 80, a Comissão Pastoral da Terra – CPT tem atuação sistemática na região. Ao passo em que, lutando contra todas as adversidades políticas, os trabalhadores, apoiados pela CPT, avançavam na luta pelos direitos tra-

---

1817). Brasília, Editora da UnB, 2004.

[42] PALACIOS, *Op. Cit,* p. 26.

[43] MOREIRA e TARGINO, *Op. Cit,* p. 77.

[44] MOREIRA e TARGINO, *Op. Cit,* p. 77.

[45] MOREIRA e TARGINO, *Op. Cit,* p. 78.

[46] DUQUÉ, Ghislaine: "Estrutura fundiária e pequena produção: um estudo de caso no Cariri paraibano". ***Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas****, v. 3, nº 4-5*, jan. 1984 / dez. 1985, p. 172.

balhistas, as lideranças consolidavam o sindicato, processo que culminaria com sua filiação à CUT em 1985.

Durante a década de 90, em virtude da consolidação do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, do avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e da crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da SUDENE, os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela reforma agrária. Em dezembro de 1993 ocorre a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, que viria a se tornar o primeiro Assentamento da Reforma Agrária do Cariri paraibano. Em outubro de 1997, como resultado direto da mobilização promovida pelo STR de São Sebastião do Umbuzeiro, a Fazenda Estrela D'Alva, localizada naquele município, também é desapropriada. No mesmo ano, marcando a entrada do Movimento Sem Terra na região, ocorre a luta bem sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú e, em 1999, com a desapropriação da Fazenda Feijão, no município de Sumé, o MST consolida sua ação no Cariri paraibano. Atualmente, segundo o INCRA, há dezessete Projetos de Assentamento no Cariri paraibano, ocupando cerca de 38.000 hectares, onde vivem mais de 1.000 famílias[47].

Segundo se pôde verificar na pesquisa-ação "O Mundo Social dos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano", realizada por educadores e educando do Projeto UniCampo em 2004[48], a criação dos assentamentos da reforma agrária no Cariri paraibano tem promovido um verdadeiro movimento de retorno dos camponeses às suas terras, processo que é sentido e verbalizado pelos assentados como algo extremamente positivo, na medida em que se reconquista a autonomia perdida, componente básico do *ethos* camponês, como disse "seu" João Evangelista, do Assentamento Novo Mundo:

> "Como cheguei no assentamento? Pensando numa liberdade. Porque quando eu vim para o acampamento, eu vim com a esperança da moradia. E hoje eu tenho a morada, e hoje eu tenho a minha liberdade. Aí a vida melhorou. Quem é um diarista alugado é o maior cativo da vida. Quando amanhece o dia, é obrigado. Até a noite chegar, muitas vezes na noite quando acorda, (está) pensando no que vai tomar conta amanhã... E hoje, eu não penso em nada disso. Eu vivo feliz porque não tenho nada de ninguém pra mim tomar conta amanhã"[49]

Entretanto, segundo afirmam dois pesquisadores sobre a Reforma Agrária na Paraíba, "do ponto de vista dos trabalhadores rurais já assentados, a conquista da terra é apenas o início da luta pela reforma agrária"[50], pois, de fato, uma vez na terra, os assentados ainda têm numerosos desafios para enfrentar, como lutar pela garantia de um acesso republicano às políticas públicas, especialmente à saúde e à educação, e ter a seu alcance um conjunto de conhecimentos e habilidades que o capacitem a construir um projeto de vida dig-

---

[47] http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf

[48] Cf. ***Assentamentos do Cariri Paraibano***, vídeo sobre a pesquisa-ação. (http://www.ufcg.edu.br/~spe/tv/midia/midia.html).

[49] CANIELLO, Márcio e DUQUÉ, Ghislaine, "Agrovila ou Casa no Lote: a questão da moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano", *in* ***Revista Econômica do Nordeste***, Volume 37, nº 4, out-dez, 2006, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, p. 634. (http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2006_v37_n4_a10.pdf).

[50] IENO NETO, G.; BAMAT, T. (Coord.). ***Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba***. João Pessoa: INCRA, 1998.

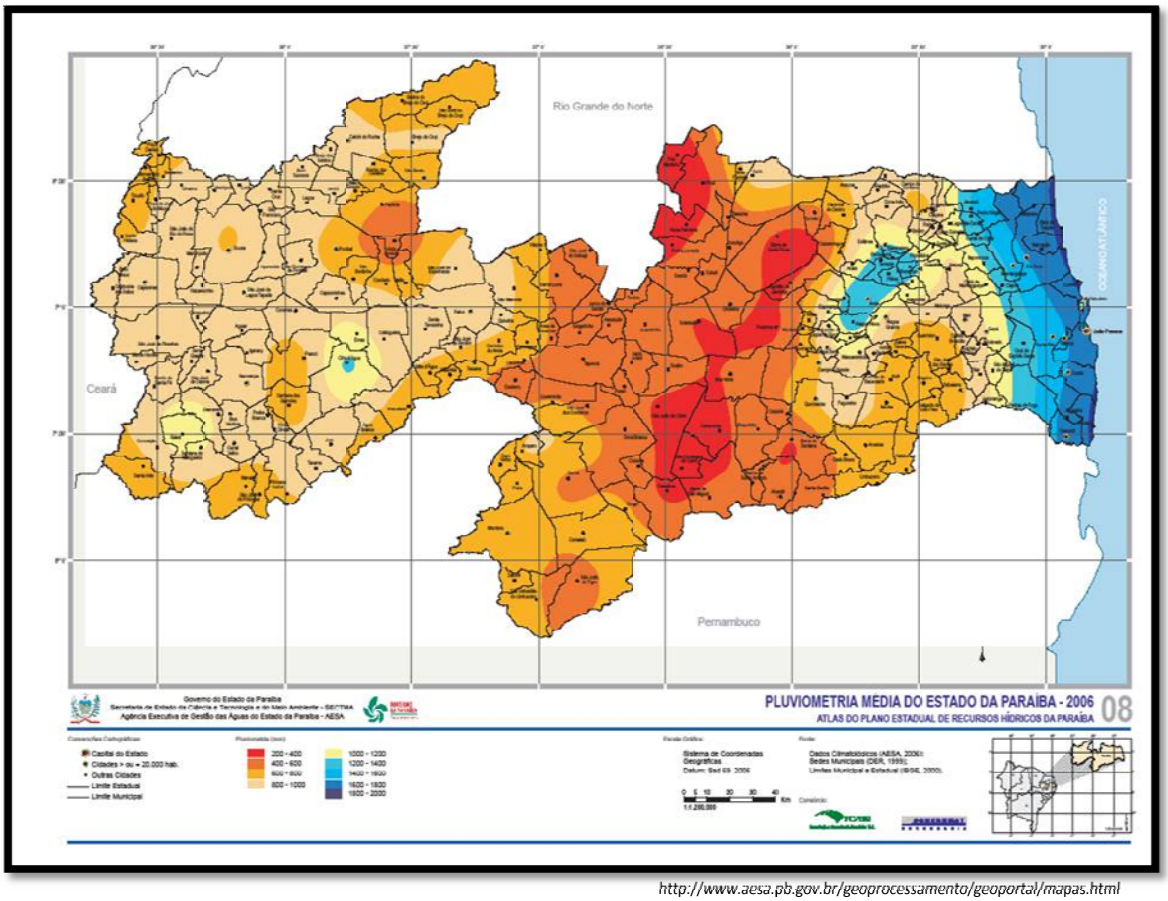
na para si e sua família, evitando a imposição de "pacotes" tecnológicos impróprios, seja para as condições ambientais do semi-árido, seja para as aspirações e qualidade de vida dos assentados.

Os assentados da reforma agrária no Cariri, portanto, são camponeses outrora expulsos de suas terras, no que se convencionou chamar de "êxodo rural". Esse estrato da população, entretanto, é apenas parte do povo do campo estabelecida na região, uma vez que, além das 1.000 famílias assentadas, há 12.500 estabelecimentos rurais de agricultura familiar[51].

É para esse público, que se insere num universo social de mais de 4.500.000 famílias nordestinas, que é destinado o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.

História Econômica

O Cariri paraibano é a região mais seca do Brasil. Aliada aos fatores naturais como a rarefação e irregularidade de chuvas e a temperatura elevada, a ação antrópica – com a exploração da pecuária extensiva, da agricultura e o corte seletivo de árvores para lenha e carvão – tem contribuído para uma degradação acelerada desse ecossistema. De acordo com um estudo interdisciplinar recente, "o uso inadequado do solo e os modelos de desenvolvimento regionais que visam à obtenção de resultados imediatos são as causas principais do aumento das áreas desertificadas na região"[52].



http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/mapas.html

[51] Cf. MDA, ***Atlas Territórios Rurais, 2004***, p. 28 (http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/b_Perfil_Socio-Economico_I.pdf acessado em 30/03/2008).

[52] CABRAL, *Op. Cit.*

Este fenômeno estaria, então, contribuindo diretamente para o crescimento da miséria e da migração de milhares de pessoas para os centros urbanos, surgindo daí a necessidade de encontrar alternativas para o desenvolvimento dos Cariris e a preservação dos seus recursos naturais.

A região dos Cariris Paraibanos é notadamente a de antropização mais antiga no que se refere ao processo de interiorização da então Capitania Real da Parahyba do Norte. Os primeiros contatos com a região por parte dos colonizadores parecem ter sido realizados a partir das nascentes do Rio Sucurú, localizadas no município de Ouro Velho, quando o pioneiro Antonio de Oliveira Lêdo, vindo da Capitania da Bahia, e atravessando a Capitania de Pernambuco, subindo o Rio São Francisco e acompanhando os seus afluentes, subiu o Rio Pajeú, encontrando as serras que dividiam as duas capitanias.

Entretanto, destacou-se no Cariri Paraibano o Ciclo da Pecuária, denotado pela necessidade de criação dos "gados", necessária para o empreendimento colonial, especialmente para fazer face às necessidades das populações urbanas e dos latifúndios monocultores situados na Zona da Mata Nordestina. Transcorridos 345 anos, perdura, ainda, a atividade pecuária na região com mudança gradual da pecuária bovina para a pecuária caprina e ovina.

A região também presenciou vários processos de antropização, localizados ou generalizados, de curto espaço de tempo ou presentes até os dias atuais e muitas vezes denominados "ciclos", tais como o do algodão, do sisal, do caroá e da irrigação[53]. Segundo Pereira, nos dias atuais podem ser identificados outros "ciclos", como o da palma forrageira, o dendroenergético (lenha e carvão) e o da Reforma Agrária[54].

Nesta ocupação houve sempre um paradoxo: a pecuarização e a agriculturização devoravam centenas e centenas de hectares de caatinga, modificando adversamente a paisagem, enquanto das matas remanescentes advinham os recursos da vida humana e animal. Não só recursos da vida, como também de fontes de renda expressivas, através do extrativismo[55].

Localizada em áreas tida como de alto risco ou vulnerável e alta ocorrência do processo social da desertificação, a região do Cariri Paraibano além de sofrer a ação dos fenômenos naturais, passa por níveis intensos de antropização no que se refere aos processos de agriculturização e pecuarização. Dentre estes, o desflorestamento intensivo para ampliação de áreas agrícolas e de pastagem; o uso intensivo do solo; o desrespeito à capacidade de suporte animal nas pastagens nativas e artificiais; a presença acentuada de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água e mananciais e o surgimento de áreas afetadas por sais ou salinizadas. Devido às constantes estiagens, tem se verificado a redução expressiva de disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas (oriundas do Cristalino), sem que a população existente na área seja sensibilizada. Esta despreocupação passa pelos componentes florestal e edáfico, onde se observam as mais diversas ações impac-

---

[53] Depois de produções extremante compensadoras inúmeras áreas encontram-se hoje em processo de salinização pelo mau uso do solo e da água.

[54] PEREIRA, *Op. Cit.*

[55] PEREIRA, D. D. O ***Caroá Neoglaziovia variegata Mez. no Cariri Paraibano: ocorrência, antropização e possibilidades de manejo no assentamento Estrela D'Alva***. Dissertação de Mestrado. PRODEMA/UFPB/UEPB. João Pessoa, 2003.

tantes.

Todas essas formas de ocupação do solo, e conseqüentemente de delineamento do espaço agropecuário, tiveram e têm ainda implicações fortíssimas com a sustentabilidade ambiental da região. A antropização, conferida pelas pecuarização e agriculturização parece não ter ainda preocupado as diferentes instituições inseridas no planejamento local. Por exemplo, com relação ao fortalecimento da caprinocultura, alguns municípios tiveram o seu efetivo aumentado[56] sem que a este aumento populacional, estivesse atrelado a um estudo de capacidade de suporte das áreas antropizadas (pastagens plantadas, bancos de forragem e de proteínas, capoeiras, capoeirões) e das áreas naturais (matas nativas). Pode ou não haver forragem suficiente para suportar este substancial aumento de animais por unidade de área, a não ser que se desenvolva um novo modelo de produção baseado no confinamento e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais para o cultivo de forragem nativa e adaptada, além de uma agroindústria de ração apropriada para as condições do semi-árido[57].

Na grande maioria das propriedades do Cariri Paraibano, independente do tamanho das mesmas, dificilmente se encontra mata ciliar nos moldes primitivos. Os poucos fragmentos ainda existentes apresentam reduzida diversidade florística e em alguns casos são totalmente representados pela algaroba *Prosopis* sp, essência florestal exótica, que introduzida de forma intensiva na região nas décadas de 70-80, invadiu as áreas de várzea e as margens dos cursos d'água e reservatórios não permitindo, devido ao seu efeito alelopático[58], que espécies nativas típicas destes ecossistemas possam ocupar a áreas antes dominadas pela agricultura e ou pecuária.

Mesmo assim, o manejo tecnificado dessas áreas invadidas permitiu, por exemplo, no município de Camalaú, no Cariri Paraibano, se obter de um algarobal de 15-20 anos cerca 569 ind./ha com 63,64% de plantas ramificadas de diâmetros de até 0.13 m. A Produção por hectare encontrada foi de cerca de 30.837 varas; 1.522 estacas; 112 mourões e 96,9 estéreos de lenha. A atividade desenvolvida em cerca de 100 ha de algarobal invasor gerou ainda cerca de 16 empregos diretos e 207 empregos indiretos. Verificou-se que 1,0 ha de algaroba invasor equivale a 1,0 ha de mata nativa em termos de volume de estacas e mourões e 5,0 ha de mata nativa em termos de produção de lenha e carvão[59].

Em um inventário florestal e florístico na divisa do estados de Pernambuco e Paraíba, municípios de Igaracy e Monteiro verificou-se que a diversidade florística da área estudada foi representada por 07 famílias botânicas, 15 gêneros e 18 espécies. Destacaram-se a Família *Leguminosae* com 07 gêneros e 09 espécies e a Euphorbiaceae com 03 gêneros e 04 espécies. Da diversidade florística encontrada, cerca de 47% foi atribuída à Família *Leguminosae*, que mostrou-se também com maior agregação de valor por produto florestal. Verificou ainda que em 1,0 ha podem ser obtidos 2.453 exemplares de essências florestais viáveis, sendo 45,33% de marmeleiro, 23,76% de catingueira, 14,43% de jurema de

---

[56] Segundo dados do IBGE, em apenas três anos, o rebanho de caprinos e ovinos aumentou 26% no Cariri paraibano, o que representou um acréscimo de cerca de 100.000 cabeças entre 2000 e 2003.

[57] Cf. PEREIRA, *Op. Cit.*, 2008.

[58] Propriedade que determinadas espécies vegetais apresentam no sentido de evitar a presença de outras espécies ou a mesma espécie junto a ela no que se refere a competição por água, nutrientes, luminosidade, etc. O fenômeno é geralmente de ordem química.

[59] CHAVES, 2002 *apud* PEREIRA, *Op. Cit.*, 2008.

embira e 4,60% de jurema preta, entre outras espécies[60].

Objetivando estudar a vegetação remanescente de caatinga dentro das suas diversas fases de sucessão ecológica no que se refere à diversidade e distribuição de plantas por unidade de área e o grau de sombreamento que estas espécies oferecem, subsidiando assim a modalidade de manejo a ser preconizada, foi realizado um inventário florestal e um levantamento florístico no assentamento Mandacaru, no município de Sumé, no estado da Paraíba. Os dados obtidos permitiram indicar que a diversidade florística da área estudada foi representada por 08 famílias botânicas, 16 gêneros e 18 espécies. Destacando-se as famílias *Leguminosae* e *Euphorbiaceae*[61].

Estudando uma vegetação sucessória de caatinga, um pesquisador realizou um inventário florestal em uma parcela de 800m² no assentamento Serrote Agudo, no município de Sumé, no estado da Paraíba. A diversidade florística da área estudada foi representada por 10 famílias botânicas, 15 gêneros e 19 espécies. Destacaram- se a família Leguminosae e Malvaceae. Dentre as espécies com maior número de plantas destacou-se o marmeleiro. As únicas espécies com valor comercial foram o marmeleiro e a catingueira. Com relação ao sombreamento verificou-se que este variou de 43,3% a 107,94% na parcela como um todo, indicando que se deve intervir na área utilizando-se desde o raleamento até o rebaixamento da caatinga[62].

Com o objetivo de conhecer a diversidade florística e avaliar preliminarmente a fitomassa de uma área de caatinga em fase de sucessão, bem como verificar a adequação de metodologia, foi realizada uma pesquisa na Fazenda Rancho Alegre no município de Monteiro, Cariri Ocidental da Paraíba, onde foram instaladas parcelas de amostragem em área de vegetação nativa e numa área de cultivo de palma, para efeito de se verificar a antropização da área. Os resultados obtidos indicaram que tanto na área nativa como na antropizada existe uma diversidade florística considerável e que a densidade das plantas existentes foi muito variável independente do tamanho e número de parcelas utilizadas[63].

Esta variabilidade se manteve para os pesos verdes por espécime e por espécie. No entanto foi reduzida acentuadamente para as espécies herbáceas nas duas áreas estudadas. Do ponto de vista de potencial de forrageamento, a maioria das espécies encontradas é utilizada principalmente pelos caprinos variando o consumo de acordo com a época do ano ou a abundância ou ausência de uma ou mais espécie. Quanto às alterações observadas com relação ao solo os teores de Mg, Na, K, Al, CO, MO, N e P aumentaram quando a área foi submetida ao processo de antropização/pecuarização pelo plantio de palma forrageira. Foram elevados também os valores do pH e da condutividade elétrica.

---

[60] COSTA, S. D. da. ***Subsídios para inventários florestais e classificação qualitativa regional de produtos e subprodutos florestais nas condições do Semi-Árido.*** Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia). UFPB/CCA. Areia (PB), 2004.

[61] LOPES, M. M. ***Subsídios para aplicação de modalidades de manejo da caatinga em projetos de assentamento no Cariri Paraibano: o caso do assentamento Mandacaru.-Sumé/PB***. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia). UFPB/CCA. Areia (PB), 2004.

[62] DANTAS, F. K. de O***. Subsídios para aplicação de modalidades de manejo da caatinga em projetos de assentamento no Cariri Paraibano: o caso do assentamento Serrote Agudo - Sumé/PB***. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia). UFPB/CCA. Areia (PB), 2004.

[63] SOUZA, A. M. de. ***Estimativa do potencial de produção de fitomassa e florística de uma área de caatinga no município de Monteiro, Cariri Ocidental da Paraíba***. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia). UFPB/CCA. Areia (PB), 2003.

População e Demografia

Embora o IBGE inclua apenas 29 municípios na microrregião do Cariri paraibano, a UFCG adotará a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que classificou 31 municípios na homologação do Território do Cariri paraibano, pois essa classificação reflete melhor a área de influência do chamado "Cariri histórico", que ainda tem relações de proximidade e intercâmbio com as microrregiões do Vale do Pajeú, Vale do Ipojuca e do Sertão do Moxotó, em Pernambuco. Assim, os dados agregados referem-se aos seguintes municípios, oriundos de quatro microrregiões, a saber:

- ***Cariri Ocidental*** - Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê;
- ***Cariri Oriental*** - Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri;
- ***Campina Grande*** - Boa Vista;
- ***Curimataú Ocidental*** - Soledade.

Os municípios que compõem essa base territorial foram instalados a partir da segunda metade do século XX, nos anos 50 e 60, com exceção de São João do Cariri, núcleo do chamado "Cariri histórico", fundado em 1800, além de Taperoá (1847), Monteiro (1872) e Soledade (1885). Em 1997 houve o último processo de emancipação de vilas e distritos, o que resultou na instalação de 12 novos municípios: Alcantil, Amparo, Assunção, Barra de Santana, Caraúbas, Caturité, Coxixola, Parari, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e Zabelê.
No conjunto, todos os municípios somam uma área de 12.768 km². A densidade demográfica varia entre 8 hab/km² a 40 hab/km², dependendo do município. Com uma população de 205.240 habitantes, os municípios desse território representam 5,95% da população total do Estado, sendo 108.947 (52,3%) localizadas na zona urbana e 96.252 (47,6%) na zona rural. A mediana é igual a 4.385,5 habitantes. No ano de 2000, o território apresentava densidade demográfica de 16,1 hab/km², sendo 7,64 hab/km² no meio rural.

Tabela 1 – População do Cariri paraibano (2001)

	Cariri	**Paraíba**	**Nordeste**	**Brasil**
Número de Habitantes (mil)	205.240	3.443,8	47.741,7	169.799,2
População Urbana (%)	52,61	71,06	69,07	81,25
Mortalidade Infantil (nr. de óbitos p/ mil hab.)	52,93	51,49	0,00	30,57
Esperança de vida ao nascer (anos)	62,31	63,16	0,00	68,61
Razão de Dependência (%)	68,94	63,06	63,46	54,93
Taxa de Fecundidade (número médio de filhos)	2,94	2,54	0,00	2,37

Fonte: IBGE, ***Censo populacional brasileiro 2000***

A taxa de crescimento da população, entre 1991 e 2000, foi, no conjunto, positiva, de 0,35% (na Paraíba foi de 0,82%). Porém, em 13 dos 32 municípios, houve uma taxa de

crescimento negativa. Neste decênio, os municípios que mais cresceram foram Camalaú (2,70%) e Alcantil (2,36%) e os que tiveram a maior taxa de crescimento negativo foram Gurjão (-3,91%) e Parari (-3,81%).

Embora a taxa de urbanização tenha passado de 45,40% em 1991 para 52,61 % em 2000 e que a alteração tenha sido verificada em todos os municípios isoladamente, a microrregião apresenta uma taxa de urbanização menor que a da Paraíba, com o escore de 71,06%. Por outro lado, o Cariri apresenta índices de mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, razão de dependência e taxa de fecundidade piores do que os da Paraíba, que estão bem abaixo da média nacional, como se pode observar na tabela 1.

Sem embargo, a tabela 2 demonstra que a microrregião evoluiu muito nesses aspectos, comparando-se os dados dos censos de 1991 e 2000, pois, de fato, em uma década a mortalidade infantil e a taxa de fecundidade foram reduzidas em cerca de 1/3 e a esperança de vida ao nascer aumentou em nada menos do que 8,12 anos.

Tabela 2 – População do Cariri paraibano (1990-2001)

	1991	**2000**	**%**
Número de Habitantes (mil)	199.437	205.240	2,90
População Urbana (%)	45,40	52,61	15,90
Mortalidade Infantil (nr. de óbitos p/ mil hab.)	79,92	52,93	-33,77
Esperança de vida ao nascer (anos)	57,64	62,31	8,12
Razão de Dependência (%)	85,88	68,94	-19,72
Taxa de Fecundidade (número médio de filhos)	4,35	2,94	-32,36

Fonte: IBGE, ***Censo populacional brasileiro 1991 e 2000***

Economia

Segundo o MDA, o Cariri paraibano é um "território rural", o que fica comprovado pelo perfil econômico da região, pois "os produtores agropecuários ainda representam os principais atores econômicos do Cariri, apesar da crise do setor", congregando 70% da população economicamente ativa, com forte presença de agricultores familiares[64].

Setor Agropecuário

O Cariri apresenta uma produção agrícola anual rende R$ 8.520.000,00, numa área plantada de 47.000 ha., dando um rendimento médio de R$ 182,00 por hectare[65]. Como se verifica na Tabela 3, entre os principais produtos agrícolas destacam-se a produção de tomate (31,78 %), de hortaliças (30,44 %) e do binômio milho-feijão (23,47 %). Quando se considera a área plantada, esse binômio, característico da economia camponesa nordestina, ocupa 55.126 hectares, o que representa 96% do total da área plantada.

---

[64] BAZIN, Frédéric. ***Plano de desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano***. Campinas, MDA/FAO, 2003, p. 19.

[65] Cf. MDA, ***Atlas Territórios Rurais, 2004***, p. 195 (http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/h_Perfil_da_Producao_Agropecuaria_II.pdf acessado em 30/03/2008).

Tabela 3 – Principais produtos agrícolas

Produto/Unidade	Quant. Prod.	Valor (R$1.000)	Área Plantada (ha.)	Área Colhida (ha)	Rend. Médio (p/ha)	% Valr_Prod
Tomate (ton.)	8.007	5.950	240	228	35,12	31,78
Hortaliças (ton.) (1996)	19.508	5.700	0	0	0,00	30,44
Feijão (em grão) (ton.)	2.346	2.911	27.438	21.704	0,11	15,55
Milho (em grão) (ton.)	3.339	1.483	27.688	21.009	0,16	7,92
Banana (Mil cachos)	1.502	803	107	107	14,04	4,29
Côco-da-baía (Mil frut.)	2.284	655	159	159	14,36	3,50
Alg. Arbór. (car.) (ton.)	483	488	917	964	0,50	0,12
Batata-doce (ton.)	817	268	140	105	7,78	0,10
Fava (em grão) (ton.)	193	245	735	605	0,32	0,07
Goiaba (Mil frutos)	835	221	97	97	8,61	0,03
Total	**39.314**	**18.724**	**57.521**	**44.978**	**81**	**93,81**

Fonte: PAM - IBGE (2003); hortaliças (Censo Agropecuário 1995/1996 - valores atualizados pelo IPC de Ago/2003)

Se a agricultura tem um papel importante na dinâmica econômica do Cariri paraibano, a pecuária, em especial a criação de pequenos animais, é a grande força dinamizadora da cadeia produtiva local. Com efeito, a caprinovinocultura é considerada hoje como uma atividade econômica estratégica para o desenvolvimento sustentável da microrregião, em particular para o desenvolvimento rural de base familiar, figurando como a principal diretriz de programas de fomento, como os do Banco do Nordeste e o "Pacto Novo Cariri" promovido pelo SEBRAE, por exemplo. Assim, embora o rebanho paraibano de médio porte represente apenas 6,8% do total da região Nordeste[66], ele está fortemente concentrado no Cariri, onde se observa a mais alta densidade de cabeças no estado[67], o que confirma "a sua especialização na produção de caprinos e ovinos"[68].

Tabela 4 – Principais Rebanhos

	2000	2001	2002	2003	Evolução 2000/2003
Bovino	115.498	118.871	121.589	132.435	14,66 %
Caprino	272.437	316.177	327.345	352.560	29,41 %
Ovino	122.565	135.528	137.042	143.921	17,42 %
Galos, Frangas(os) e Pintos	283.766	441.400	466.475	483.460	70,37 %
Suíno	15.677	16.095	17.178	17.383	10,88 %
Galinhas	104.067	107.149	112.842	115.249	10,75 %
Asinino	10.232	10.318	11.183	11.314	10,57 %
Eqüino	8.650	8.622	8.524	8.307	-3,97 %
Muar	2.830	2.827	2.775	2.674	-5,51 %
Total	**937.722**	**1.158.988**	**1.206.975**	**1.269.306**	**154,58**

Fonte: PPM - IBGE (2003)

De acordo com a Tabela 4, entre os principais rebanhos da microrregião, destaca-se o de pequenos ruminantes, com um total de cerca de 500.000 cabeças, contra 132.435 cabe-

[66] Cf. ***Correio da Paraíba***, 23/02/2003.

[67] RODRIGUEZ, 2000, p. 73.

[68] MOREIRA e TARGINO, *Op. Cit,* p. 139.

ças do efetivo bovino. É importante observar, por outro lado, que entre 2.000 e 2.003 houve um aumento de 29,41% no efetivo caprino e 17,42% no efetivo ovino, ao passo em que a criação de gado bovino cresceu apenas 14,66%[69].

Ora, a criação de ovinos e caprinos é uma atividade tradicional no Cariri porque esses animais são bastante resistentes e bem adaptados às condições do ambiente, especialmente no que tange ao suporte forrageiro, pois é inegável a potencialidade das espécies nativas e climatizadas para a sua nutrição, sejam elas utilizadas *in natura*, sejam elas processadas através de fenação ou mucilagem. Neste particular, destacam-se a palma forrageira, o mandacaru, o xique-xique, a macambira, a maniçoba, a catingueira, o agave, a algaroba, a leucena, a cunhã, o capim buffel e o avelós (que é também um eficiente anti-helmíntico), dentre outras. Além disso, a boa disponibilidade de água do lençol freático, trazida à superfície por vários poços profundos instalados na zona rural de toda microrregião[70], embora seja inadequada para o consumo humano em função da salinidade é boa para os animais, inclusive porque lhes fornece alguns sais minerais de que necessitam.

Ademais, é importante ressaltar que a caprinovionocultura é uma atividade historicamente desenvolvida pelos pequenos produtores, uma vez que os grandes proprietários da região se dedicam, quase exclusivamente, à pecuária bovina. Ademais, a criação de caprinos e ovinos sempre foi considerada como uma espécie de "reserva estratégica" para os momentos de dificuldade do produtor familiar, especialmente nos períodos de seca, quando um ou mais animais são vendidos para garantir a renda da família ou são abatidos para o consumo.

Se as condições mesológicas, extremamente adversas para outras atividades agropecuárias, não são um empecilho para o desenvolvimento da caprinovinocultura na região, inclusive porque essa é "uma atividade de baixo impacto ambiental"[71], as suas potencialidades mercadológicas são um grande estímulo para o empreendimento.

A carne se destaca por sua qualidade nutritiva em virtude dos baixos teores de colesterol, calorias e gorduras de cobertura e intramuscular, pelo seu sabor característico, maciez e suculência, e, quando processada adequadamente, em cortes especiais resfriados e congelados, pelo seu forte apelo gastronômico. Além disso, a carne caprina é a *peça de resistência* do cardápio local e desempenha um papel importante no contexto do turismo, uma atividade chave na "pluriatividade" que deve caracterizar o desenvolvimento local sustentável do semi-árido[72].

O leite, por seu turno, tem "grande digestibilidade e alto valor biológico"[73], pois, se por

---

[69] Também merece destaque a evolução da criação de galos, frangos, frangas e pintos, que passou de 283.766 cabeças em 2.000, para 483.460 cabeças em 2.003, o que representa um crescimento de mais de 70%. Por outro lado, a criação de animais prioritariamente para o auto-consumo, chamada popularmente de "miunça" (galinhas e porcos), também teve um crescimento em torno de 10%. Um fato interessante a se notar na evolução do rebanho no Cariri paraibano é a queda, em torno de 5%, do contingente eqüino e muar, animais tradicionalmente usados na tração e no transporte, o que pode ser explicado pelo crescimento do uso de motocicletas, facilmente verificado *in loco*.

[70] No município de Monteiro, por exemplo, há cerca de 360 poços profundos instalados (Cf. SUDENE/PNUD, ***Monteiro/PB: Análise participativa da realidade (versão preliminar)***. Recife, agosto de 2001).

[71] GUIMARÃES FILHO, Clóvis & HOLANDA JR., Evandro V.: "A caprinocultura como alternativa de uso sustentado dos recursos do semi-árido: proposições para o desenvolvimento integrado da zona caprinícola do semi-árido baiano". Trabalho apresentado no ***Seminário Internacional Sociedades e Territórios no Semi-Árido Brasileiro: em busca da sustentabilidade***. Campina Grande, UFCG, dezembro de 2002, *dat.*

[72] Cf. CANTALICE, Luciana. ***Turismo e Desenvolvimento Sustentável nos Assentamentos da Reforma Agrária do Cariri Paraibano***. Monografia de Especialização. Campina Grande, UFCG/NEPE, 2006.

[73] ALVES, Francisco Selmo Fernandes: "O leite de cabra é tão nutritivo quanto os leites de vaca e materno?", ***Revista Ciência Hoje***, vol.

um lado, é alcalino como o leite humano, por outro, contém açúcares, proteínas, gorduras e vitaminas em teores semelhantes aos do leite de vaca; ademais, é um excelente substituto deste na nutrição de crianças alérgicas. O queijo – isto é um fato notório – é um alimento sofisticado e apreciado pelos melhores paladares, o que lhe confere altos índices de valor agregado quando processado segundo padrões rigorosos de qualidade, assim como outros produtos da indústria de laticínios, como o doce e o iogurte, que já são produzidos na região, juntamente com um delicioso licor.

O couro também é um produto importante, pois, curtido, transforma-se em pelica, matéria-prima de alto valor na indústria coureiro-calçadista, uma das grandes aptidões econômicas da região semi-árida brasileira e um setor estratégico para a economia paraibana, uma vez que entre 1998 e 2001 o setor cresceu 26,45% no estado, trazendo como conseqüência um aumento de 40,22% no número de trabalhadores empregados[74]. Além disso, o uso da casca do Angico – árvore nativa do semi-árido brasileiro – como tanante torna livre de resíduos danosos a atividade dos curtumes, extremamente poluente quando exercida com tanantes químicos[75].

Assim, o "desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura" é uma alternativa de desenvolvimento sustentável bastante adequada para o Cariri paraibano[76], pois tudo indica que ela se harmoniza com as cinco condições da sustentabilidade sugeridas por Ignacy Sachs[77]: em primeiro lugar, a caprinovinocultura tem uma *dimensão social*, pois é uma atividade característica de pequenos produtores familiares pobres e o seu fomento através de programas de micro-crédito, como o PRONAF, favoreceria a geração de renda promovendo uma maior eqüidade social; em segundo lugar, ela demonstra *eficiência econômica*, por um lado porque os seus produtos têm grande apelo mercadológico e, por outro, porque o fluxo de comercialização deles envolve uma gama enorme de agentes microeconômicos redundando em ganhos macro-sociais evidentes; em terceiro lugar, ela tem uma *dimensão ecológica*, pois é uma atividade produtiva bastante adequada e pouco impactante em relação ao adverso meio ambiente do semi-árido; em quarto lugar, a caprinovinocultura é parte da *cultura local* e desempenha um papel importante na identidade do povo; em quinto lugar, no que tange à sua *dimensão espacial*, o desenvolvimento caprinovinocultura pode levar a uma configuração rural-urbana mais equilibrada, na medida em que a exploração da atividade favorece a fixação do produtor familiar no campo ao melhorar-lhe as condições de vida[78].

De fato, conforme a Tabela 5, o principal produto pecuário do território é o leite, com 22.000 litros produzidos em 2003, representando uma evolução de quase 50% em quatro anos, o que pode ser explicado pela implementação, a partir de 1999, do "Programa do Leite" no âmbito do "Pacto Novo Cariri"[79], o qual fomenta a produção de leite através da

---

32, nº 189, dezembro de 2002.

[74] AQUINO, Delma do Socorro Pessoa B. (coord.): ***Cadastro industrial do setor coureiro-calçadista e afins do estado da Paraíba***. Campina Grande, COMPET/CNPq, 2001.

[75] Essa tecnologia é utilizada por um curtume localizado no município Cabaceiras.

[76] Cf. SEBRAE: ***PROCARIRI: Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano – síntese***. João Pessoa, 2001.

[77] SACHS, Ignacy: ***Estratégias de transição para o século XXI: para pensar o desenvolvimento sustentável.*** São Paulo, Brasiliense, 1994

[78] Entretanto, uma série de fatores tem dificultado a sustentabilidade desta atividade no Cariri paraibano (Cf. CANIELLO, Márcio. "Quando a sustentabilidade falha: o caso do programa da caprinovinocultura no Cariri paraibano", *in* WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.), ***Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro***. SP, Polis, 2004).

[79] Cf. CANIELLO, *Op. Cit.*, pp. 108-115.

compra governamental da produção e seu beneficiamento para distribuição na merenda escolar e em programas de distribuição com famílias carentes[80]. Merece destaque também a produção de mel, atividade altamente adequada para o semi-árido, que mais do que dobrou em quatro anos e cuja produção, em 2003, chegou aos 1.218 quilogramas.

Tabela 5 – Principais produtos pecuários

Produto/unidade	2000	2001	2002	2003	Evolução 2000/2003
Leite (Mil litros)	14.780	16.095	18.466	22.000	48,85 %
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	597	628	659	667	11,73 %
Mel de Abelha (Quilograma)	572	1.608	1.415	1.218	112,94 %
Total	**17.949**	**20.332**	**22.542**	**25.888**	**173,52 %**

Fonte: PPM - IBGE (2003)

Estrutura Fundiária e Formas de Organização Produtiva

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, há 12.813 estabelecimentos da agricultura familiar no Cariri paraibano ocupando uma área de 411.927 km² e gerando uma produção anual de R$ 28.119.000,00, ao passo em que há 1.254 estabelecimentos de agricultura patronal ocupando um total de 497.232 km² e gerando uma produção anula de R$ 15.740.000,00[81]. Assim, embora com grande concentração fundiária, já que o índice de Gini atinge a cifra de 0,71 no território[82], a renda gerada pela agricultura familiar é quase o dobro da renda gerada pela agricultura patronal, o que demonstra a capilaridade dessa atividade econômica e sua importância para a dinâmica econômica do Cariri.

Tabela 6 - Distribuição da terra por faixa de área e estabelecimento (condição legal)

Faixas (Área ha.)	Nº Estab.	% Território	Pos. da (UF)%	Área Tot. Estab.	% Território
Menos de 10	6.954	45,59	69,58	25.917	2,81
De 10 a menos de 50	5.279	34,61	20,52	113.477	12,29
De 50 a menos de 100	1.197	7,85	4,43	77.887	8,44
De 100 a menos de 500	1.446	9,48	4,62	293.737	31,81
De 500 a mais	376	2,47	0,86	412.301	44,65
Total	**15.252**	**100,00**	**100,00**	**923.319**	**100,00**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Como se verifica na Tabela 6, 45,59% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 ha. e 11,95% dos estabelecimentos apresentam área superior a 100 ha., os quais, entretanto correspondem a 76,47% da área total. As Tabelas 7 e 8 detalham o perfil fundiário da microrregião:

---

[80] Atualmente, o Governo Federal apóia iniciativas desta natureza no âmbito do Programa Fome Zero e, na Paraíba, é parceiro do Governo do Estado no "Programa Leite da Paraíba", com 3.115 produtores de leite de vaca e cabra cadastrados, 23 usinas e uma produção diária de 120 mil litros (http://portal.paraiba.pb.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5104 acessado em 31/03/2008).

[81] Cf. MDA, ***Atlas Territórios Rurais, 2004***, p. 164 (http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/h_Perfil_da_Producao_Agropecuaria_I.pdf acessado em 30/03/2008).

[82] Cf. MDA, ***Atlas Territórios Rurais, 2004***, p. 164 (http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/h_Perfil_da_Producao_Agropecuaria_I.pdf acessado em 30/03/2008).

Tabela 7 - Condição do produtor por estabelecimento e área (condição do produtor)

Território de Área (ha.)	Nº Estabe-lecimento	% (Nº Estab.)	Pos. UF (% Nº Estab.)	Área Total (ha.)	% Área Total
Proprietário	11.243	94,77	66,17	828.783	89,76
Arrendatário	139	1,17	5,16	1.706	0,18
Parceiro	241	2,03	5,73	9.419	1,02
Ocupante	241	2,03	22,94	83.410	9,03
Total	**1.864**	**100,00**	**100,00**	**923.319**	**100**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Tabela 8 - Utilização das Terras (por Condições do Produtor)

Utilização das Terras	Área (ha.)	%	% UF	% NE	% BR
Lavouras permanentes	2.006	0,22	2,31	3,38	2,13
Lavouras temporárias	80.753	8,75	13,29	9,83	9,69
Lavouras temp. em descanso	27.578	2,99	5,96	5,22	2,35
Pastagens naturais	428.688	46,43	40,37	25,51	28,18
Pastagens plantadas	28.834	3,12	4,69	15,45	22,07
Matas e florestas naturais	226.207	24,50	16,47	24,77	25,14
Matas e florestas artificiais	3.724	0,40	0,37	0,50	1,53
Terras produt. não utilizadas	75.181	8,14	10,14	11,02	4,63
Terras inaproveitáveis	50.348	5,45	6,41	4,31	4,29
Total	**923.319**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Indústria, Comércio e Serviços

Mais da metade do PIB do território do Cariri advém do setor de serviços (55%), que emprega 64% da mão de obra ocupada. O setor industrial detém 7% do PIB, com 20% dos empregos, seguido pelo comércio, com 1% do PIB e 15% da mão de obra empregada[83].

Em 2000, segundo dados do IBGE, a população economicamente ativa do território era de 81.324 pessoas, estando 84,61% delas ocupadas. Na época, havia 193 estabelecimentos comerciais (45,73%), 158 de serviços (37,44%) e 71 indústrias (16,82%). Nada menos do que 74,4% dos empregados não tinham carteira de trabalho assinada.

Atualmente, 52.407 famílias são atendidas com transferências de benefícios, o que gera um valor mensal de R$ 10.145.000,00[84].

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade

A proporção de pessoas pobres neste território chega a 64,50% (na Paraíba, 44,48%). Sendo que em municípios como São João do Tigre, Taperoá, Alcantil, Barra de Santana e Livramento, esse número chega a ultrapassar os 70%. A renda *per capita* média é, no conjunto, de R$ 87,37, bastante defasada em relação à Paraíba, que é de R$ 183,76, e do Brasil que é de R$ 297,23. Entretanto, houve um crescimento de 50,7% nesta renda entre

[83] Cf. MDA, ***Atlas Territórios Rurais, 2004***, p. 113 (http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/e_Perfil_Socio-Economico_IV.pdf acessado em 31/03/2008).

[84] Idem.

1991 e 2000.

A pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Este indicador diminuiu em 20%, passando de 80,7%, em 1991, para 64,5%, em 2000, entretanto, a desigualdade, medida pelo Índice de Gini cresceu 5,4%, passando de 0,496 para 0,523, no período. O Índice de Gini médio no território pesquisado é de 0,52 (na Paraíba é de 0,58, sendo 0,59 na zona urbana e 0,40 na zona rural).

Tabela 9 – Renda (Indicadores de Pobreza e Desigualdade)

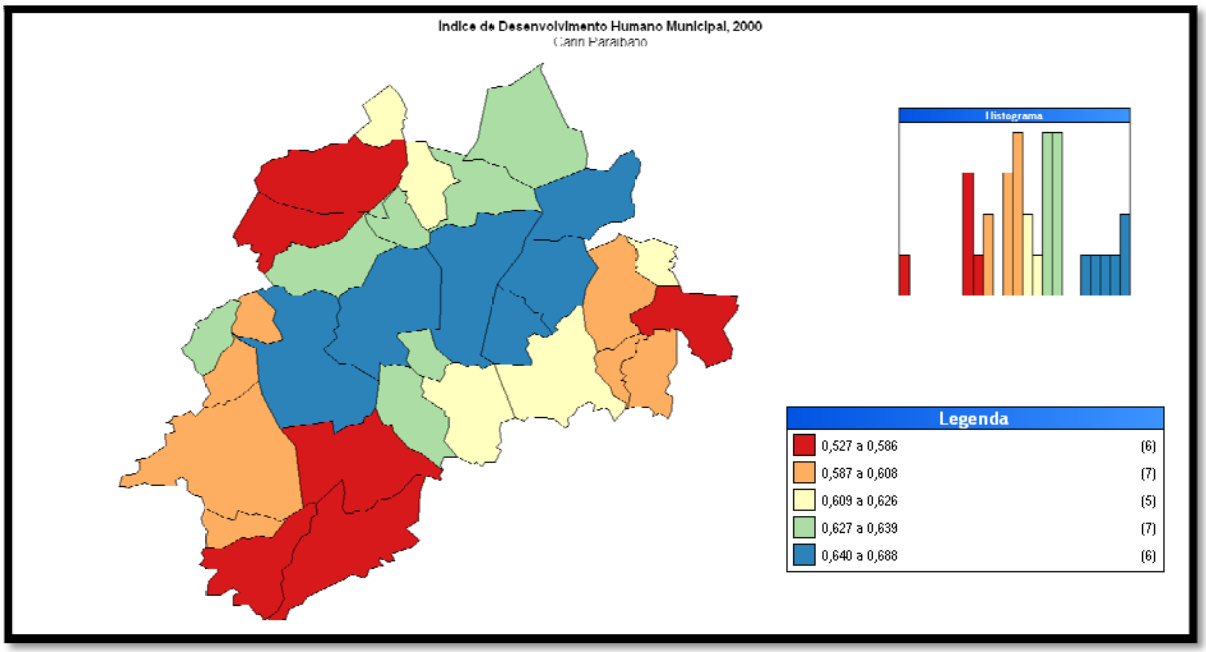
Indicadores	Média dos Municípios			Posição Regional		
	1991	2000	Evolução	PB	NE	BR
Renda *per capita* (média R$)	57,96	87,37	50,73 %	150,22	0,00	297,23
Proporção de Pobres (%)	80,67	64,50	-20,04 %	55,26	0,00	32,75
Proporção de Indigentes (%)	51,98	35,30	-32,10 %	30,06	0,00	16,32
Índice de Gini	0,50	0,52	5,41 %	0,65	0,00	0,65

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

Para se ter uma idéia da concentração de renda no território, basta dizer que os 20% mais ricos se apropriam de 54,38% da renda, sendo que os 20, 40, 60 e 80% mais pobres se apropriam de, respectivamente, 2,85; 10,81; 24,09 e 45,63% da renda.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Houve um crescimento desigual no IDH dos municípios pesquisados, que variou de 0,514 (1991) para 0,618 (2000). Os fatores de educação cresceram e passaram de 0,553 para 0,716; os fatores de longevidade foram de 0,543 para 0,622 e os fatores de renda passaram de 0,447 para 0,517.



Fonte: *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000*

Tabela 10 – Desenvolvimento Humano (IDH)

IDH	Território* (média dos municípios)			Posição Regional (2000)		
	1991	2000	% Evolução	UF	NE	BR
IDH Municipal	0,515	0,618	20,12	0,661	0	0,766
IDHM-Educação	0,553	0,716	29,48	0,737	0	0,849
IDHM-Longevidade	0,544	0,622	14,33	0,636	0	0,727
IDHM-Renda	0,447	0,517	15,63	0,609	0	0,723

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

No período de 1991 a 2000, o quesito Educação foi o que mais cresceu, com 29,5%, contribuindo 49,6% para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A Longevidade foi a dimensão que menos evoluiu, 14,3%. Como principal indicador de desenvolvimento, podemos citar o IDH (PNUD/IBGE/Censo 2000) variando de 0,688, em Boa Vista (6º lugar no ranking da Unidade da Federação), a 0,527, em São João do Tigre, estando este último em 210º lugar, considerando os 223 municípios do Estado.

Educação

No Cariri paraibano, a taxa de analfabetismo é alta, a começar pela população de 15 a 17 anos, que possui uma média de 7,17%, passando para 15% entre os moradores de 18 a 24 anos e chegando a 37% na população com 25 anos ou mais.

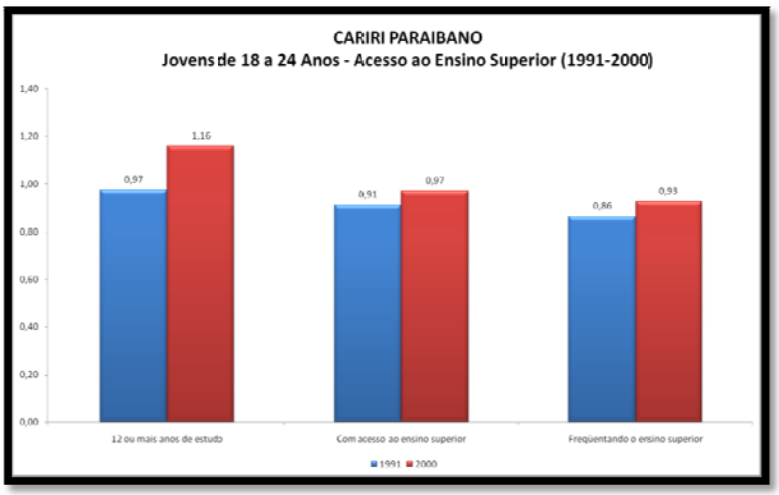
Quanto à taxa de alfabetização, a média dos municípios do território, em 2000, era de 68,29%, sendo Cabaceiras o município de melhor índice (80,30%) e o de pior, a cidade de São João do Tigre, com 53,23%.

Tabela 11– Educação

	1991	2000	Evolução
Alfabetizados (15 anos ou mais de idade)(%)	55,38	68,29	23,31%
Média de anos de estudo (25 anos ou mais de idade) (%)	2,08	3,04	46,12%
Resp. p/ domicílios c/ mais de 1 ano de instrução (%)		37,98	

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000)

Os Jovens de 18 a 24 anos



Nesta faixa etária, considerando o conjunto dos municípios do Cariri, é de 15% o percentual de analfabetos e de 35% o de jovens que têm menos de 4 anos estudo, situação que atinge nada menos do que 62% da população de 25 anos ou mais. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 72% têm menos de oito anos de estudo – isto é, não concluíram o ensino fundamental – situação que atinge a cifra de 87% dos jovens de 25 anos ou mais. Nos municípios pesquisados, em 2000, apenas 0,93% dos jovens de 18 a 24 anos estavam freqüentando algum curso superior e apenas 0,97% têm acesso a alguma universidade.

UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO

Na ocupação do Semi-Árido brasileiro, sempre houve o "confronto" entre o conhecimento local da população e os planejamentos concebidos por diversas instituições, governamentais ou não, que passaram ao largo da sustentabilidade ambiental, denotado pelos sucessivos ciclos econômicos. Assim, essa grande região, caracterizada por ser altamente susceptível ao processo social da desertificação, necessita de um projeto de desenvolvimento que leve em conta os recursos ambientais, o contingente populacional e os indicadores sócio-econômicos, resultando numa proposta verdadeiramente sustentável, renovadora e socialmente justa.

É nessa perspectiva que devem ser centradas as ações de educação e de investimentos financeiros. Numa tarefa hercúlea, continuada e exaustiva, os habitantes da Região Semi-Árida e das áreas afetadas pelo processo da desertificação devem ser "reeducados" e resgatados na sua identidade, de modo que possam entender todo o processo de vivência dos ancestrais que trabalharam, militaram, criaram, educaram e constituíram patrimônio mesmo quando a desertificação já se acentuava em épocas remotas.

Ora, a degradação do Semi-Árido resulta principalmente da não equalização da "energia potencial" dos seus recursos ambientais com a "energia exportada" cotidianamente pelas inúmeras atividades econômicas desenvolvidas. Os estabelecimentos rurais têm se constituído, potencialmente, em núcleos avançados de degradação ambiental em razão das inúmeras adversidades surgidas nos períodos anteriores e posteriores à sua criação e pelo fato das "políticas públicas" canalizadas para os mesmos, e mesmo os atuais gestores e instituições envolvidas, se preocuparem, quase exclusivamente, com critérios produtivistas, sendo esquecido o princípio da sustentabilidade.

É possível, dentro do quadro ambiental existente, mudar a forma de apropriação e uso dos recursos ambientais, e mesmo, promover a recuperação ou reabilitação de alguns, desde que seja entendido o cosmopolitismo da região, as suas tipologias e a capacidade de resposta da população em face das inovações tecnológicas que possam mitigar, minimizar, ou mesmo, eliminar processos negativos de antropização.

Neste sentido, há que se evocar uma nova "estratégia" de desenvolvimento para essa região, uma espécie "Programa" que regerá a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (CDSA/UFCG), que passamos a descrever em linhas gerais.

Até bem recentemente, o Brasil adotava uma estratégia de desenvolvimento rural voltada quase exclusivamente para o fomento da agropecuária empresarial, tendo como meta principal a maximização da produtividade nesse setor. Embora tenha apresentado resultados importantes, como o significativo aumento da produção agropecuária nacional e sua influência decisiva nos superávits da balança comercial nos últimos anos, essa estratégia resultou praticamente inócua no que se refere à solução dos problemas sociais que caracterizam o meio rural brasileiro, particularmente a concentração fundiária e a falta de emprego e renda que expulsam o trabalhador do campo e deixam sem perspectiva de futuro os milhares de jovens camponeses de cuja "opção de ficar" na terra natal depende, realmente, a continuidade e o futuro da unidade produtiva familiar. Por isso, essa estratégia foi batizada de **modernização conservadora**.

Os dilemas sociais, econômicos e ecológicos da modernização conservadora há muito têm sido denunciados no debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro, discussão que se intensificou com a emergência dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil no Brasil após o fim do regime militar. Esse debate levou a pelo menos um consenso entre estudiosos, atores sociais e governo: a importância crucial da chamada **agricultura familiar** para o desenvolvimento rural, especialmente em virtude do seu extraordinário potencial na geração e manutenção de emprego e renda no campo, o que confere a ela um papel estratégico no contexto da região semi-árida nordestina. Como aponta uma das mais respeitadas especialistas na questão, professora aposentada da UFCG,

> "A importância da agricultura familiar no Brasil como no mundo não precisa ser aqui lembrada. O que interessa às políticas públicas é de saber como garantir a viabilidade dessa forma de agricultura que já demonstrou sua capacidade de produzir alimentos de qualidade para mercados diversificados, proporcionar um meio de vida a um número significativo de trabalhadores que sem essa fonte de renda estariam aumentando o número de desempregados, e além disso assumir funções múltiplas de natureza social, cultural e ambiental. No Nordeste, 70% das propriedades são de pequenos produtores, cuja área corresponde a minifúndios de menos de 10 hectares. A área total que eles detêm é de apenas 5,4% dos 91,9 milhões de ha. de terra disponíveis para a agricultura na região" [85]

Em face disso, a partir de 1993, o governo brasileiro optou pelo desenvolvimento de uma política dual: por um lado, o Ministério da Agricultura mantém como seu objetivo principal fomentar a competitividade do setor comercial da atividade, notadamente das empresas e, por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário torna-se oficialmente encarregado pela promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar.

O reconhecimento da agricultura familiar foi um passo muito importante no quadro do desenvolvimento rural brasileiro, principalmente porque levou à criação de políticas públicas específicas voltadas para ela, cujo alcance, aliás, teve um crescimento exponencial no atual Governo, como se pode verificar, por exemplo, na evolução dos valores do Plano Safra da Agricultura Familiar, que em 2007/2008, recebeu R$ 12 bilhões do Orçamento da União, o maior valor já destinado na história do programa. Desde 2002, o volume de recursos cresceu cerca de 620% (de R$ 2,3 bilhões em 2002/2003 para R$ 12 bilhões em 2007/2008) e incluiu mais de um milhão de novas famílias ao sistema de crédito[86].

Entretanto, verifica-se que muitos produtores familiares não conseguem acessar esses recursos por falta de informações e conhecimentos, dificultando sua capacidade de interferir no processo de definição e implementação de políticas públicas, ainda que o aspecto participativo na gestão de políticas públicas para o campo evoluiu muito no atual Gover-

---

[85] DUQUÉ, Ghislaine (org.). Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2002.

[86] Cf. http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry_id=83324

no, haja vista a implantação, por exemplo, dos Colegiados Territoriais em todo o país. Além do mais, há grandes dificuldades em se desenvolver novas tecnologias e analisar e difundir as muitas experiências bem sucedidas de desenvolvimento promovidas pelos movimentos sociais e organizações civis da região, pois as instituições públicas, como as universidades e os institutos de pesquisa, mantêm-se distantes da população. Isso acaba por dificultar a interação que deveria ocorrer entre a comunidade técnico-científica e a população rural, o que promoveria uma importante troca de práticas e conhecimentos na construção de estratégias realmente sustentáveis para o desenvolvimento local.

Este processo deve ser desenvolvido por intermédio do desenvolvimento, difusão e crítica da informação sobre a produção técnico-científica, as políticas públicas e as ações devotadas ao fomento da agricultura familiar no semi-árido e por meio do debate sobre processos produtivos, de gestão e organização social apropriados às suas peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais. Três princípios básicos fundamentam essa construção:

- O fomento de um modelo de desenvolvimento baseado nos preceitos da sustentabilidade (Brüseke, 1995; Romeiro, 1998), isto é, uma estratégia para a promoção da melhoria de vida das populações atuais pautada pela reflexão sobre as gerações futuras, em que estão concatenados desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e responsabilidade ambiental (Almeida & Navarro, 1996; Paschoal, 1995; Tonneau, 2004).
- A consideração dos camponeses como portadores de uma identidade cultural e de uma ética próprias associadas a um modo de vida não capitalista (Chayanov, 1966; Wolf, 1970; Mendras, 1978; Woortman, 1990) que, embora pressionadas por um sistema econômico cuja hegemonia pontua para a maximização do lucro, a ampliação do consumo e a mercantilização da terra e do trabalho (Lênin, 1982; Kautsky, 1980; Abramovay, 1992), "reitera suas particularidades" mesmo na modernidade (Wanderley, 1999 e 2000). Assim, é necessário oferecer a esses sujeitos sociais elementos para o resgate de sua identidade cultural como uma estratégia para desenvolver a auto-estima e autodeterminação necessárias para que eles, preservando seu *ethos*, possam manter relações mais positivas com o sistema econômico hegemônico.
- A implementação de um modelo produtivo adequado ao modo de vida desses agricultores, ao território que eles habitam e às necessidades impostas pelo sistema econômico inclusivo. É um modelo "pluriativo" que privilegia o trabalho e sua remuneração e que se adapta aos fatores naturais, biológicos e meteorológicos, isto é, um modelo que respeita os produtores, os consumidores e a natureza num projeto social renovado. É um modelo que propõe uma agricultura com baixo consumo de insumos comerciais e alto investimento em trabalho e em tecnologias apropriadas, capaz de manter um nível de emprego rural elevado e assim evitar o crescimento dos desequilíbrios territoriais e sociais ligados à forte urbanização. Dessa forma, ela pode ser competitiva economicamente e mais justa socialmente, pois concorre, por um lado, para a segurança alimentar das populações rurais através do autoconsumo, e também das populações carentes das cidades através da venda de excedentes.

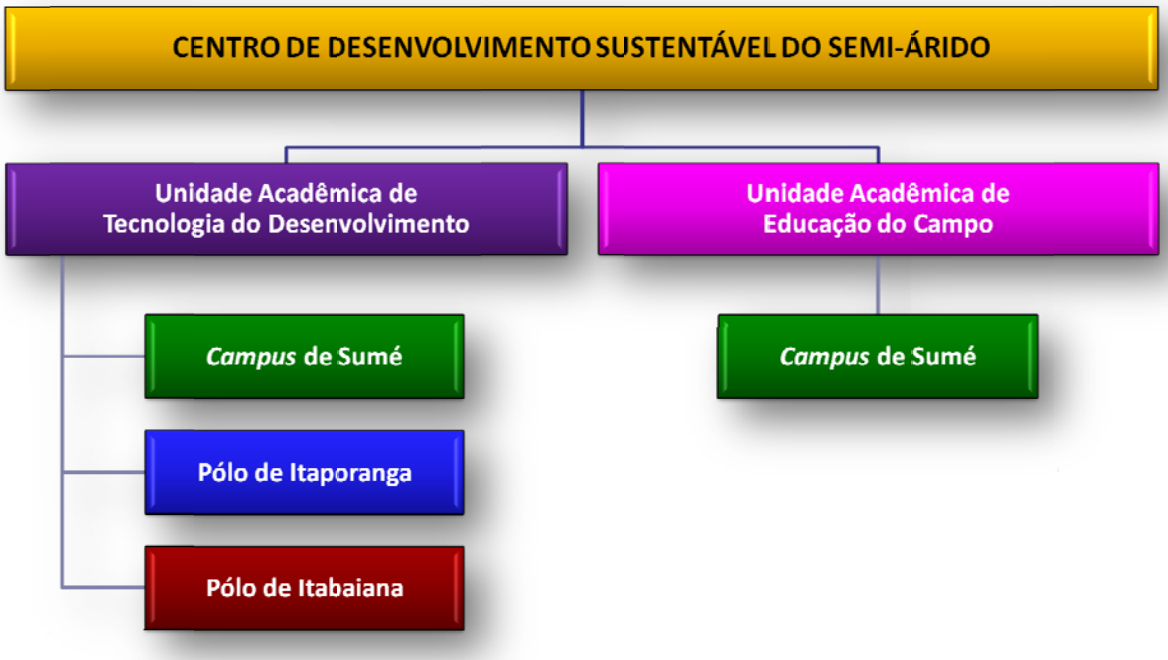
ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO CDSA

De maneira a coalescer este "Programa" com as metas consignadas no Plano de Expansão Institucional da UFCG e o orçamento previsto pela Emenda José Maranhão ao PPA 2008-2011 aos limites do MEC quanto à disponibilidade de vagas docentes, de servidores técnico-administrativos e de cargos de direção e funções gratificadas, este Projeto propõe uma estrutura acadêmico-administrativa inovadora baseada na otimização dos recursos humanos disponíveis.

Neste sentido, a proposta é instalar no *Campus* de Sumé a sede do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, que atuará como "instância executiva, deliberativa, normativa e de gestão contábil e financeira no seu âmbito", conforme estabelece o Art. 27 do Regimento Geral da UFCG, criando pólos acadêmicos descentralizados nas cidades de Itabaiana e Itaporanga.

A principal justificativa para a criação dos pólos é que os recursos previstos no PPA 2008-2011 – aliados aos terrenos e edificações que estão sendo doados à UFCG pelas Prefeituras de Sumé, Itabaiana e Itaporanga – serão mais do que suficientes para instalar e equipar a sede do *campus* e as duas unidades acadêmicas descentralizadas, o que vem ao encontro do principal objetivo do PLANEXP: "Expandir o escopo das ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Campina Grande de maneira a ampliar e democratizar o acesso da população aos produtos e processos da universidade, contribuindo assim para a consecução das metas consignadas na Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, do *Plano Nacional de Educação*".

É importante ressaltar, neste sentido, que Sumé, Itaporanga e Itabaiana são cidades que polarizam três microrregiões compostas por um total de 84 municípios, onde residem cerca de 760.000 habitantes, segundo o Censo de 2000 do IBGE. Essa população mantém-se permanentemente mobilizada na luta pelos *campi* e o anúncio da aprovação da Emenda José Maranhão veio a reacender a esperança por inclusão universitária nas três regiões, as mais carentes em Instituições de Ensino Superior no Estado da Paraíba, apresentando, respectivamente, sofríveis taxas de 0,93%, 1,24% e 0,69% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior.



Uma *Rede* para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido

A construção de novos itinerários formativos para os cursos do CDSA será a tônica do projeto pedagógico do "diamante do desenvolvimento sustentável do semi-árido". Neste sentido, será constituída uma **rede de intercâmbio** entre os Centros de Referência da UFCG na temática, agregando CTRN, CH e CEEI (*Campus* de Campina Grande), CSTR (*Campus* de Patos) e o próprio CDSA (*Campus* de Sumé e Pólos de Itaporanga e Itabaiana), de maneira a promover a circulação de informações, professores e estudantes entre os *campi*. A rede será configurada sobre três estruturas básicas:

- Uma *infovia* que será implantada no biênio 2008-2009 pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo do Estado, a qual irá interligar, através de *backbone ótico*, todos os *campi* das três universidades públicas – UFPB, UFCG e UEPB – propiciando a comunicação de voz, vídeo e dados;
- A TV UFCG, que está sendo construída com o suporte da REDEIFES; e
- Um sistema de salas de teleconferência a serem implantadas em todas as Unidades Acadêmicas da UFCG.

Essa rede propiciará, sobretudo, a aplicação das tecnologias da informação em favor de sistemas educacionais mais flexíveis e massivos, como a Educação a Distância, cursos semipresenciais, em alternância etc., os quais propiciarão a otimização dos recursos humanos, a racionalização do uso da capacidade instalada e a democratização dos produtos e processos da Universidade. De fato, por intermédio de programas interativos, os professores poderão gerar conteúdos a partir de sua Unidade Acadêmica pela *infovia* ou mesmo via satélite através da TV UFCG, o que possibilitará, por exemplo, que todas as disciplinas possam ter 20% do seu conteúdo ministrado a distância, como garante a Lei.

Além do intercâmbio "virtual", a circulação de professores e estudantes entre os *campi* será fomentada. O currículo dos cursos será estruturado de maneira que os estudantes possam cursar disciplinas em outras Unidades Acadêmicas e os professores serão estimulados, através do *Programa Charles Beylier de Bolsas de Ensino e Extensão*, a oferecerem cursos nos diversos *campi* e pólos, que contarão com estruturas de hospedagem e uma frota de veículos para este fim.

Essa estratégia otimizará em mais de 20% a relação alunos/professores (RAP) recomendada pelo REUNI, pois a taxa anual evoluirá de 18,3 alunos por professor a 24,3/1 em 5 anos (Ver Quadro à página 58). Por outro lado, a rede permitirá uma economia significativa em ligações telefônicas e a própria racionalização de procedimentos administrativos e decisões colegiadas através de encaminhamentos via teleconferência, em tempo real.

Unidade Acadêmica de Educação do Campo – UAEDUC

Segundo dados do IBGE, em 2006 existiam cerca de 31 milhões de pessoas vivendo no campo no Brasil. No que se refere à escolaridade, enquanto na zona urbana a população

de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos. Sabe-se que, apesar do aumento do número de estabelecimentos que oferecem o nível médio nas comunidades rurais verificado pelos censos escolares realizados pelo INEP/MEC nos últimos anos (de 679 em 2000 para 1.533 em 2006), sua oferta se encontra ainda longe da universalização, assim como a oferta dos anos finais do ensino fundamental. Esta situação requer, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem essas etapas da educação básica no campo, a correspondente oferta de trabalho docente com formação adequada.[87]

Sabe-se que a grande maioria dos professores da área rural enfrentam sobrecarga de trabalho, alta rotatividade, dificuldades de acesso, salários inferiores e baixa qualificação em relação aos professores da zona urbana. No que se refere ao grau de formação dos professores da educação básica na zona urbana e na zona rural, os dados do censo escolar 2006 apontam que, na zona urbana, 10,4% das funções que atuam nos anos finais do ensino fundamental possuem formação apenas em nível médio, enquanto na zona rural este percentual corresponde a 42,5%. No ensino médio, o número de funções docentes com formação no mesmo nível em que atuam corresponde, na zona urbana, a 4,3% e, na zona rural, a 12,8%. Em termos absolutos, são 48.945 funções docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do campo sem formação superior.[88]

Além do mais, considerando-se a evolução das funções docentes com formação superior, mas sem Licenciatura, nos estabelecimentos de ensino básico rurais, percebe-se que o seu número vem aumentando no decorrer dos anos, o que aponta para a necessidade premente da formação de professores licenciados com formação específica para atender aos povos do campo:

Funções Docentes com formação superior completa e sem Licenciatura - Localização Rural

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	47.118	50.611	58.282	69.419	88.525	106.896	132.201
Nordeste	9.717	11.095	16.366	22.613	33.107	42.162	53.177
Paraíba	842	880	1.234	1.899	2.809	3.171	4.734

Fonte: INEP

Segundo André Lázaro, secretário da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, que recentemente lançou um edital no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), "as universidades públicas devem ajudar a formar professores que estejam prontos para a realidade do campo"[89].

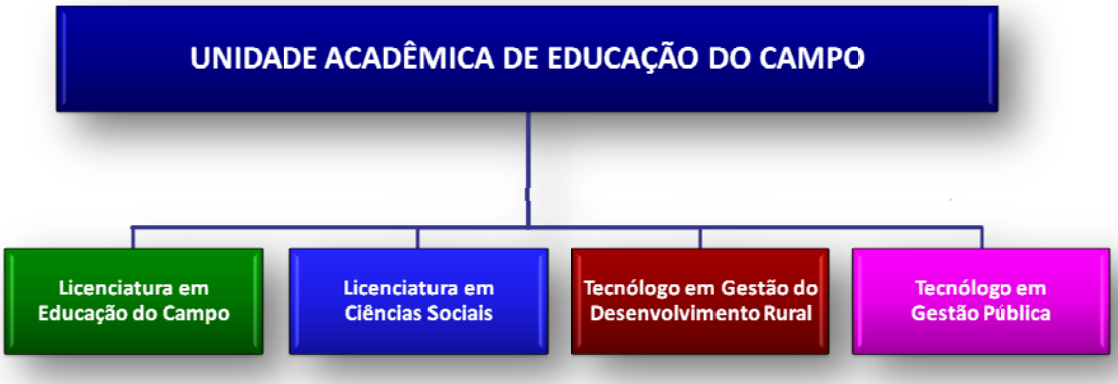
É para enfrentar este desafio que a UFCG – que tem uma comissão formada sob a coordenação da Secretaria de Projetos Estratégicos para atender ao Edital PROCAMPO – se propõe a criar a Unidade Acadêmica de Educação do Campo no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, com a seguinte configuração:

---

[87] http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/procampo.pdf (acessado em 28/03/2008).

[88] http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/procampo.pdf (acessado em 28/03/2008).

[89] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10402 (acessado em 22/05/2008).



- **Curso de Licenciatura em Educação do Campo**

  O Curso de Licenciatura em Educação do Campo terá 2.800 horas, com a duração de 9 semestres, e será voltado especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais, tendo regime de "formação em serviço" e será oferecido no período noturno, com duração de oito semestres letivos.

  Serão abertas 60 vagas anuais, mas o curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado, como ocorre, por exemplo, na Universidade Federal de Minas Gerais, ou através de convênios de formação com Secretarias municipais e estaduais de Educação, como ocorre com a própria UFCG com o PEC-RP (Programa Estudante Convênio-Rede Pública), o que pode potencializar a demanda, aumentando o contingente de alunos/ano.

- **Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – ênfase em Sociologia Rural**

  Com a promulgação da Lei que tornou obrigatório o ensino de Sociologia no Ensino Médio, o mercado para profissionais nesta área ampliou-se significativamente. Considerando a necessidade de formar professores de Sociologia habilitados a aprofundar as questões sociais específicas do espaço rural brasileiro, especialmente para atuarem nas escolas do campo, a UFCG propõe a criação deste curso, valendo-se do acúmulo pedagógico e da excelência acadêmica que possui nesta área, uma vez que a instituição mantém o Curso de Ciências Sociais desde 1962 e, há exatos 30 anos, funciona o Curso de Mestrado em Sociologia Rural, atualmente incorporado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com cursos de Mestrado e Doutorado[90].

  O curso de Licenciatura em Ciências Sociais terá 2.800 horas e será oferecido no período noturno, com duração de 9 semestres letivos e 30 vagas anuais.

- **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

  O Tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal,

---

[90] Cf. CANIELLO, M. "Os 25 anos da pós-graduação em Sociologia no Centro de Humanidades", ***Revista Raízes***, Vol. 22, nº 1, jan-jun, 2003. Campina Grande, UFCG/PPGS. http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_120.pdf

estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, esse profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a esse tecnólogo[91].

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública terá 1.600 horas, com duração de 6 semestres letivos e, inicialmente, será aberta uma turma anual com 50 vagas no período noturno. O curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado através de convênios de formação com órgãos governamentais, prefeituras, por exemplo, o que pode potencializar a demanda, aumentando o contingente de alunos/ano.

- **Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Desenvolvimento Rural**

  Com a duração de dois anos, o Curso tem como objetivo formar profissionais para atuarem na elaboração, desenvolvimento e gestão de projetos produtivos sustentáveis no âmbito dos arranjos produtivos locais, dando condições aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e trabalhadores rurais em geral a acessarem e gerirem autonomamente as oportunidades disponibilizadas pelas políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial, assim como aquelas oriundas de instituições, organizações e agências de fomento[92].

  O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Desenvolvimento Rural terá 1.600 horas, com duração de 5 semestres letivos e, inicialmente, terá uma turma anual no período diurno com 50 vagas. O curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado através de convênios de formação com movimentos sociais do campo, organizações de trabalhadores rurais, sindicatos, federações e confederações sindicais rurais etc., o que pode potencializar a demanda, aumentando o contingente de alunos/ano.

- **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS**

  A UFCG mantém um Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem por objetivo formar agentes para atuarem nas dinâmicas organizacionais dos Territórios Rurais por intermédio do aprofundamento dos aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento rural sustentável e das metodologias participativas para a gestão dos territórios com vistas à promoção do desenvolvimento humano das populações do campo[93].

  Este convênio propiciou a realização do Curso de Especialização em Desenvolvi-

---

[91] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

[92] O Ante-Projeto Pedagógico do Curso foi construído por educadores e educandos do ***Projeto UniCampo***, uma parceria entre a UFCG, MDA/SDT/Projeto Dom Hélder Câmara, CIRAD, Prefeitura Municipal de Sumé, Escola Agrotécnica de Sumé e Associação dos Alunos da Universidade Camponesa durante e após o processo pedagógico empreendido no Cariri paraibano entre 2003 e 2005, propondo uma formação multidisciplinar e holística em 4 eixos: ciências ambientais, ciências agrárias, ciências humanas e ciências instrumentais (teóricas, metodológicas e práticas). http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/

[93] ***Projeto Acadêmico do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS***. Campina Grande, UFCG/Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2005.

mento Rural Sustentável – CEDRUS entre os anos de 2005 e 2007 reunindo 35 estudantes oriundos de 30 territórios rurais homologados pela SDT nos 9 estados do Nordeste[94]. Em virtude do sucesso do curso no aspecto acadêmico e, principalmente, pelas suas repercussões práticas positivas nas dinâmicas dos territórios em que os alunos atuam, o Convênio está em vias de ser renovado. Nas conversações mantidas recentemente com a Gerência de Desenvolvimento Humano da SDT com vistas ao oferecimento do segundo Curso de Especialização CEDRUS no biênio 2008/2009, chegou-se a um consenso quanto ao seu desenvolvimento no CDSA.

Desta maneira, contando com o financiamento do MDA/SDT, teremos condições de, ao oferecer o curso no *Campus* de Sumé, lançar as bases para a criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, que terá uma estrutura multidisciplinar, agregando as duas Unidades Acadêmicas do CDSA. Futuramente, serão criados cursos de Mestrado e Doutorado tanto na área de educação, quanto na área de ciência e tecnologia.

Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento – UATEC

Caracterizado em grande parte por áreas tidas como de alto risco ou vulnerável e alta ocorrência do processo social da desertificação, o semi-árido brasileiro além de sofrer a ação dos fenômenos naturais, passa por níveis intensos de antropização no que se refere aos processos de agriculturização e pecuarização. Dentre estes, o desflorestamento intensivo para ampliação de áreas agrícolas e de pastagem; o uso intensivo do solo; o desrespeito à capacidade de suporte animal nas pastagens nativas e artificiais; a presença acentuada de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água e mananciais e o surgimento de áreas afetadas por sais ou salinizadas. Devido às constantes estiagens, tem se verificado a redução expressiva de disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas oriundas do Cristalino.

O uso inadequado do solo e os modelos de desenvolvimento regionais que visam à obtenção de resultados imediatos são as causas principais do aumento das áreas desertificadas na região. Este fenômeno estaria, então, contribuindo diretamente para o crescimento da miséria e da migração de milhares de pessoas para os centros urbanos, surgindo daí a necessidade de encontrar alternativas para o desenvolvimento do semi-árido e a preservação dos seus recursos naturais e de estudos que venham a contribuir para a recuperação do solo, da biodiversidade e da capacidade produtiva da região.

Segundo Pereira, "é preciso entender que uma das grandes vocações da Região Semi-Árida é a agro-florestal (silvo-agrícola, agrossilvopastoril e silvopastoril) com já foi evidenciada pela criação extensiva, mas não tecnificada, dos rebanhos dentro da caatinga, e pelos diversos ciclos extrativistas já experienciados"[95]. Por outro lado, alguns pesquisadores têm enfatizado que a produtividade agropecuária da região apresenta uma tendência de queda, sobretudo quando comparada com as áreas mais dinâmicas do Brasil e que a população na faixa etária intermediária tende a abandonar o Semi-Árido permanecendo

---

[94] Para detalhes, http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/

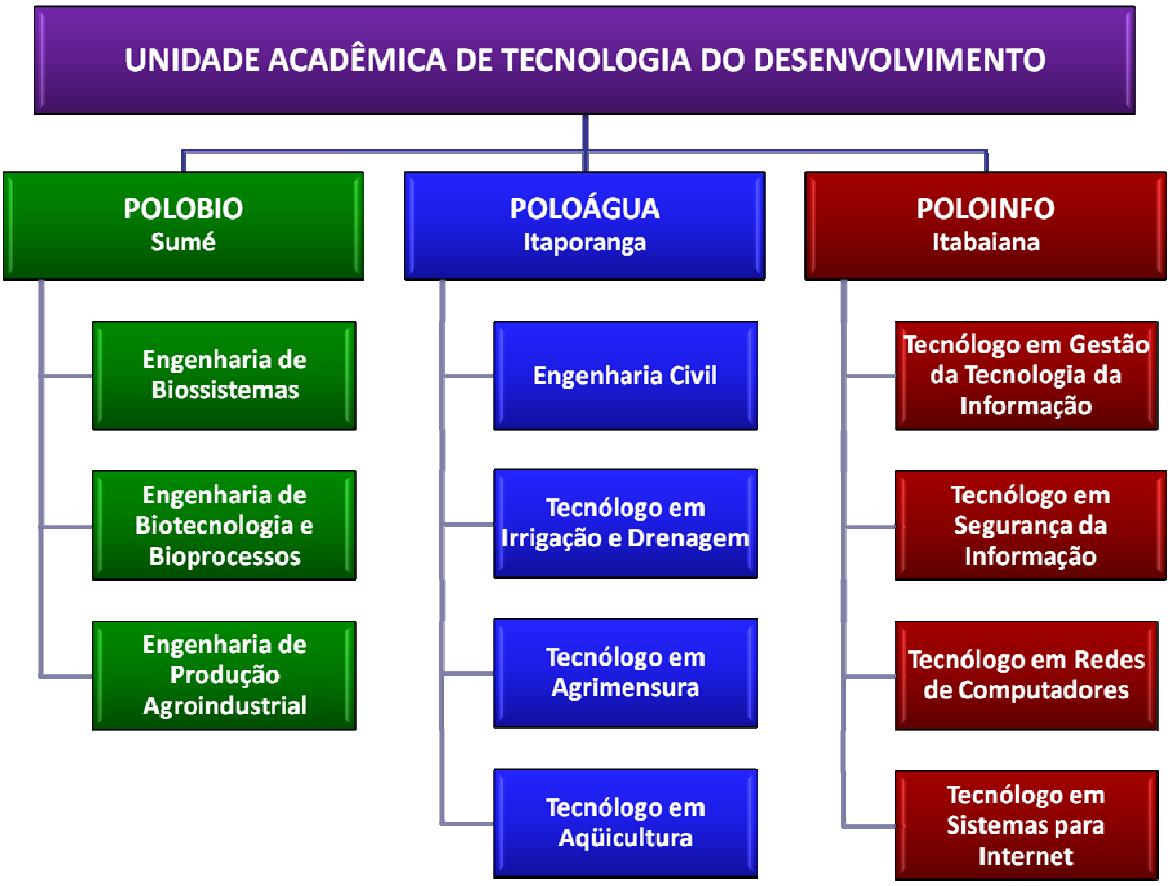
[95] PEREIRA, *Op. Cit*., 2008.

no local apenas os mais novos e idosos, boa parte deles aposentados. Um reflexo desse quadro de redução da atividade econômica é a importância crescente que as transferências governamentais (aposentadoria, bolsas, FPM etc.) passam a ter na circulação da renda na região semi-árida.

Segundo dois importantes pesquisadores do assunto, não há respostas adequadas para os questionamentos e discussões acerca das potencialidades dos ecossistemas do Bioma Caatinga, entretanto, é unanimidade que, mais do que nunca, é preciso desenvolver um trabalho sistemático de incentivo e de valorização deste Bioma, e o primeiro passo para se iniciar essa ação é começar a valorizar o seu potencial econômico[96].

A criação da Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento visa atingir esse objetivo: considerando as potencialidades e vulnerabilidades do semi-árido e o extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de **bioprodução**, **gestão de recursos hídricos** e **informática**, formar profissionais capacitados a desenvolverem e difundirem **tecnologias apropriadas** para o seu manejo, de maneira à promover a exploração econômica sustentável do Bioma Caatinga, reduzindo a pobreza e a exclusão social na região semi-árida mais populosa do Mundo.

A UATEC terá a seguinte configuração:



[96] Cf. TEUCHER, H.; LOPES, A S. de (orgs.). ***Quanto Vale a Caatinga?*** Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, 2002, 258 p. il.

Pólo de Ciência e Tecnologia em Bioprodução – POLOBIO

O POLOBIO (UATEC/*Campus* de Sumé) pretende formar um profissional com forte base em matemática, física, biologia e química e nos fundamentos das engenharias. Sua formação profissional abordará temas aplicados à produção animal e vegetal, relacionados às tecnologias de automação, da informação e de apoio à produção, tendo como referência o paradigma agroecológico.

- **Curso de Bacharelado em Engenharia de Biossistemas**

  A **Engenharia de Biossistemas** é uma nova área do conhecimento que surgiu em virtude da evolução tecnológica dos processos de produção agrossilvopastoril, pois, na atualidade, a especialização nos sistemas produtivos agrícola, pecuário e florestal está determinada não somente pelo potencial natural de uma determinada região, mas, sobretudo, pela agregação de tecnologia na produção.

  O **mercado de trabalho** para o engenheiro de biossistemas tem grande potencial no Brasil, especialmente no semi-árido, pois a maior parte da tecnologia nos processos para agricultura, zootecnia e manejo florestal ainda é importada, apesar da posição do país como grande produtor e exportador de alimentos e produtos florestais.

  O **engenheiro de biossistemas** terá como competência projetar sistemas que favoreçam a produção sustentável, mediante o uso de tecnologias inovadoras na cadeia produtiva agrossilvopastoril do semi-árido brasileiro. Trata-se de um profissional com conhecimentos nas áreas de produção agrícola e animal, com habilidades para desenvolver, instalar e gerenciar equipamentos e sistemas de apoio à agropecuária para produção de alimentos, forragem, materiais e energia.

  O curso de Engenharia de Biossistemas terá 3.600 horas e será oferecido em período integral, com duração de nove semestres letivos e um semestre de estágio supervisionado curricular.

- **Curso de Bacharelado em Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos**

  A **Biotecnologia** manipula seres vivos para a produção racionalizada de biomoléculas e substâncias visando à geração de produtos comercializáveis a partir da rica biodiversidade brasileira. A Biotecnologia moderna busca manipular a vida pelos genes, desenvolver novas características em animais, plantas ou microorganismos, por meio de processos que a natureza levaria milhares de anos para realizar. Num sentido mais amplo, a Biotecnologia vem sendo aplicada pela humanidade desde cerca de 2000 anos antes de Cristo, quando se usava fermentações de leveduras para a fabricação de vinho, cerveja, queijo e pão.

  O **campo da Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos** envolve a criação de novos medicamentos, a produção de órgãos semi-sintéticos para transplantes, a produção de super microorganismos capazes de degradar resíduos tóxicos que poluem o meio ambiente, o desenvolvimento de novos alimentos, a produção de insumos biológicos para os biossistemas produtivos, bioinseticidas naturais para agricultura, entre outros.

  O curso irá formar profissionais para conceber, projetar, construir e operar equi-

pamentos e plantas destinadas a reproduzir em escala industrial e econômica os processos de transformação orgânica, envolvendo células vivas de natureza microbiana, vegetal ou animal. O biotecnologista também atua na concepção de projetos de equipamentos e materiais necessários a práticas médicas ou ligadas à indústria farmacêutica, de cosméticos, agroalimentar, meio ambiente, química fina e agrícola.

A Biotecnologia é uma área profissional em franca expansão nos países desenvolvidos e tem sido considerada como a ciência do milênio. A cada ano surgem novas indústrias de biotecnologia. Cabe ao profissional desenvolver os processos que permitem agregar valores aos recursos naturais existentes, com vistas à geração de produtos e serviços às indústrias de alimentos, de fermentações, de cosméticos, de química fina, farmacêutica, agricultura, agropecuária, florestal, produtos marinhos, entre outros.

O curso de Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos terá 3.600 horas e será oferecido em período integral, com duração de nove semestres letivos e um semestre de estágio supervisionado curricular.

- **Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Agroindustrial**

Segundo o *International Institute of Industrial Engineering* – IIIE e a Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO, "compete à Engenharia de Produção o projeto, a implantação, a operação, a melhoria e a manutenção de sistemas produtivos integrados de bens e serviços, envolvendo homens, materiais, tecnologia, informação e energia. Compete ainda especificar, prever e avaliar os resultados obtidos destes sistemas para a sociedade e o meio ambiente, recorrendo a conhecimentos especializados da matemática, física, ciências humanas e sociais, conjuntamente com os princípios e métodos de análises e projeto da engenharia"[97].

O Engenheiro de Produção, com sua visão sistêmica, é o profissional adequado para fazer o elo de ligação entre as diversas etapas constituintes da cadeia agroindustrial. Usando o ferramental da área, o Engenheiro de Produção Agroindustrial pode fazer algo como:

- Diminuição das altas taxas de desperdício nas cadeias agroindustriais com o uso, por exemplo, das técnicas de Controle de Qualidade ao longo das diferentes etapas de cada uma delas;
- Solucionar problemas logísticos, envolvendo armazenagem, distribuição e balanceamento de insumos usando técnicas da Pesquisa Operacional. Além disso, problemas de dimensionamento de estoques podem ser tratados através de técnicas de Planejamento e Controle da Produção e de aplicações de Engenharia Econômica;
- Solucionar problemas de colocação de produtos no mercado com uso de técnicas estratégias de *marketing* e de projeto de produto;

[97] http://www.pgie.ufrgs.br/portalead/producao/wwwproducao/engenharia.htm (acessado em 22/05/2008).

- Outros exemplos envolvem aplicações em áreas diversas como recursos humanos; análise de processos e de relações de trabalho; automação e manutenção industrial; organização e métodos; projetos de empresas; instalações industriais etc.

De acordo com a Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO, "Considerando-se a situação atual de retração do mercado de engenharia no Brasil, o mercado de engenharia de produção é sem sombra de dúvida o que desfruta da melhor situação. Todos os engenheiros de produção vêm conseguindo boas colocações no mercado principalmente em função do seu perfil que coincide com o que se está demandando nos dias de hoje: um profissional com uma sólida formação científica e com visão geral suficiente para encarar os problemas de maneira global. O mercado de trabalho para o engenheiro de produção tem-se mostrado extremamente diversificado. Além do mercado tradicional (empresas e empreendimentos industriais), altamente instável e dependente da estabilidade econômica, uma série de setores/áreas passaram a procurar os profissionais formados pelas melhores universidades em engenharia de produção. O ponto em comum entre todas as áreas da Engenharia de Produção é o dinamismo e sua alta taxa de crescimento. São setores que têm crescido mesmo quando a economia como um todo tem se estagnado e todas as previsões são unânimes em considerá-los como extremamente promissores no futuro (próximos 5 anos)."[98]

Segundo a sabedoria do homem do campo do Nordeste seco, o leite é o principal produto econômico do empreendimento familiar agrícola, pois, ao contrário de todos os outros produtos, "dá o ano inteiro". A carência de profissionais especializados nesta cadeia produtiva a torna pouco rentável e significativamente instável, mas o desenvolvimento da Engenharia de Produção Agroindustrial deverá produzir grande agregação de valor aos produtos, gerando renda para o homem do campo.[99]

Neste sentido, a ênfase do Curso será voltada, fundamentalmente, para o equacionamento de duas áreas estratégicas da produção agroindustrial do semi-árido, a produção de forragem e a indústria de laticínios, e será estruturado por uma intensa articulação entre teoria e prática propiciada pela instalação no *Campus* de Sumé de duas unidades produtivas modelo, a **Fábrica de Ração** e o **Laticínio-Escola**.

O curso de Engenharia de Produção Agroindustrial terá 3.600 horas e será oferecido em período integral, com duração de nove semestres letivos e um semestre de estágio supervisionado curricular.

Pólo de Desenvolvimento Tecnológico em Recursos Hídricos – POLOÁGUA

Com a efetivação do projeto de transposição do Rio São Francisco, a gestão de recursos hídricos torna-se, mais do que nunca, estratégica para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, pois ainda que a água seja destinada primordialmente ao abastecimento de

---

[98] http://www.abepro.org.br/interna.asp?p=399&m=440&s=1&c=417 (acessado em 22/05/2008).

[99] A UFCG mantém uma longa tradição de cooperação com instituições francesas de ensino e pesquisa em ciências agrárias e, atualmente, mantém um convênio com o CIRAD (http://www.cirad.fr/fr/index.php), no âmbito do qual deverão ser desenvolvidas ações de intercâmbio científico e tecnológico com alunos e professores do curso.

pequenas, médias e grandes cidades da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, "nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado poderá ser ampliado, contribuindo para o aumento da garantia da oferta de água para múltiplos usos"[100]. Assim, além de garantir a segurança hídrica das populações urbanas, o projeto poderá vir a potencializar algumas vocações produtivas do Estado, como a agricultura irrigada e a criação de peixes nos açudes que receberão as águas do rio.

Como se sabe, Paraíba será beneficiada pelos dois eixos da transposição e, desta maneira, a capacitação em gestão e desenvolvimento de recursos hídricos desempenhará um papel importante para o desenvolvimento do Estado como um todo. Neste sentido, a UFCG propõe a criação, no âmbito do CDSA, do Pólo de Desenvolvimento Tecnológico em Recursos Hídricos (POLOÁGUA), que deverá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em duas áreas, a Engenharia de Recursos Hídricos e a Engenharia de Aqüicultura.

De maneira a otimizar a aplicação dos recursos públicos bem como aproveitar a *expertise* já existente no Estado, propomos a instalação do POLOÁGUA no município de Itaporanga, no Vale do Piancó, onde se localiza a maior bacia hídrica da Paraíba, com 27 açudes públicos, além dos reservatórios privados, que somam 1,83 bilhões de metros cúbicos de capacidade, destacando-se entre esses o sistema Coremas/Mãe D'água, o maior da Paraíba.

No POLOÁGUA funcionarão os seguintes cursos:

- **Curso de Engenharia Civil – Habilitação em Recursos Hídricos**

  O Engenheiro de Recursos Hídricos será, em síntese, o profissional que vai se valer das ferramentas conceituais metodológicas e técnicas desta tecnologia para desenvolver projetos de irrigação e drenagem, a serviço de organizações tanto públicas como privadas. Seu foco primordial será a sustentabilidade do empreendimento agropecuário no semi-árido. Com ajuda do espírito empreendedor que lhe será inculcado durante o Curso e possuidor de valores éticos, nacionais e regionais, e consciência de sua função na sociedade, desempenhará um papel muito importante no desenvolvimento do Brasil. Nele será cultivada a consciência de sua responsabilidade para com o meio ambiente, na busca do desenvolvimento sustentável, isto é, não apenas econômico, mas também social e ambiental.

  O curso de Engenharia de Recursos Hídricos terá 3.600 horas e será oferecido em período integral, com duração de nove semestres letivos e um semestre de estágio supervisionado curricular.

- **Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem**

  O Tecnólogo em Irrigação e Drenagem planeja, executa e supervisiona projetos de irrigação e drenagem. Para isso é necessário avaliar solos, executar o levantamento topográfico, selecionar equipamentos e analisar os impactos ambientais. Esse profissional é responsável, ainda, por orientar o manejo adequado de sistemas de irrigação e drenagem, objetivando a sustentabilidade ambiental e a otimização do

[100] http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp

uso dos recursos hídricos. A aplicação de produtos químicos, a gerência de perímetros irrigados e a orientação de quando, quanto e como irrigar ou drenar o solo constituem a base para a atuação desse profissional. [101]

O Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem terá a duração de 2.400 horas, com 7 semestres letivos e, inicialmente, será aberta uma turma anual no período diurno. O curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado através de convênios de formação.

- **Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura**

  O Tecnólogo em Agrimensura atua na execução de levantamentos topográficos em áreas rurais e urbanas, gerando como produto final mapas topográficos - digitais e analógicos - que subsidiarão estudos na elaboração de projetos, tais como loteamentos rurais e urbanos, estudo do traçado de estradas, redes elétricas, de água e esgoto, hidrovias, obras de irrigação e drenagem, enfim todas as obras de infra-estrutura na área da construção. Esse profissional atua na demarcação de propriedades, reservas legais e de preservação, executando avaliações e perícias técnicas. Equipamentos de medição, de fotografias aéreas, satélites e sistema de posicionamento global, são instrumentos de trabalho desse profissional.[102]

  O Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem terá a duração de 2.000 horas, com 6 semestres letivos e, inicialmente, será aberta uma turma anual no período diurno. O curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado através de convênios de formação.

- **Curso Superior de Tecnologia em Aqüicultura**

  O Tecnólogo em Aqüicultura atua na produção de peixes e de outros animais aquáticos, em cultivos, desde a produção de alevinos, engorda, processamento até a comercialização e distribuição dos produtos para o mercado consumidor. Piscicultura, ranicultura, ostreicultura, mitilicultura, carcinicultura e cultivo de peixes ornamentais são algumas das possibilidades de atuação desse profissional, aplicando conhecimentos de tecnologia para gerenciar e explorar, de forma sustentável, o potencial das unidades de criação em tanques, açudes e lagoas. [103]

  O Curso Superior de Tecnologia em Aqüicultura terá a duração de 2.000, com 6 semestres letivos e, inicialmente, será aberta uma turma anual no período diurno. O curso poderá ser oferecido em regime especial com ingresso diferenciado através de convênios de formação.

Pólo de Informática – POLOINFO

Segundo Eric Hobsbawn, um dos mais respeitados pensadores da contemporaneidade, "Há aspectos revolucionários no processo de produção das últimas duas décadas. Porque existe uma revolução em andamento na informação e também na comunicação. A Revolução dos Computadores é – de longe – a mais dramática como forma de comunicação. É

---

[101] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

[102] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

[103] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

preciso notar também a enorme mudança sofrida pela produção biológica, em técnicas que já afetam a produção agrícola. Isto pode, no tempo devido, afetar igualmente a produção industrial. Eu diria que a maior conseqüência destes dois fatos é produzir uma grande mudança na distribuição internacional de atividades econômicas".[104] Isto é, as ferramentas da informática associadas aos processos de bioprodução e à produção agroindustrial compõem o fundamento do mais promissor cenário de desenvolvimento para as nações emergentes.

A implantação do Pólo de Informática no âmbito da UATEC, portanto, é indispensável para a configuração do que denominamos "diamante do desenvolvimento sustentável do semi-árido", pois não há como dar sustentação a um projeto de desenvolvimento renovador sem as ferramentas da tecnologia da informação. Por outro lado, é preciso ressaltar que o mercado de trabalho nessa área é, talvez, o mais aquecido na atualidade, oferecendo um extenso leque de oportunidades no mundo da ciência e tecnologia e nos setores primário, secundário e terciário da economia.

A escolha de Itabaiana para sediar esta unidade descentralizada deve-se a vários fatores anteriormente abordados neste Projeto, mas há que se destacar que a cidade está situada numa posição geográfica estratégica, no centro do triângulo formado por João Pessoa (83 km), Campina Grande (105 km) e Recife (135 km). Embora essa relativa proximidade a centros universitários importantes não tenha se refletido na taxa de acesso ao ensino superior de jovens de 18 a 24 anos, uma vez que a microrregião apresenta o menor índice entre as três que compõem o CDSA e um dos menores do Estado da Paraíba (0,69%)[105], a pequena distância que a separa da terceira maior cidade nordestina, da capital do Estado e da maior cidade do interior do Nordeste abre um amplo mercado de trabalho para os egressos dos cursos, bem próximo à residência de seus familiares.

O POLOINFO terá uma estrutura acadêmica mais enxuta que os outros dois pólos, pois ali serão implantados exclusivamente Cursos Superiores de Tecnologia, numa proposta pedagógica piloto na UFCG, afinada com os recentes debates sobre a Universidade Nova[106] e com as diretrizes do REUNI. A idéia é que todos os estudantes ingressem para fazer um básico comum para, posteriormente, optarem por uma das quatro áreas. Após concluírem o curso, eles poderão "migrar" para o Curso de Ciências da Computação no CEEI e completar a formação para obtenção do grau de Bacharel. Desta maneira, a relação alunos/professores será otimizada, as taxas de evasão e retenção diminuirão e a taxa de concluintes poderá até duplicar.

No POLOINFO funcionarão os seguintes cursos:

- **Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação**

  O Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação atua num segmento da área de informática que abrange a administração dos recursos de infra-estrutura física e lógica dos ambientes informatizados. O profissional egresso desse curso define parâmetros de utilização de sistemas, gerencia os recursos humanos envolvidos,

---

[104] http://www.geneton.com.br/archives/000143.html (acessado em 22/05/2008).

[105] Esse paradoxo, aliás, reforça a justificativa para a implantação do pólo, pois demonstra a relatividade das distâncias rodoviárias numa região de população majoritariamente pobre.

[106] http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos (acessado em 22/05/2008).

implanta e documenta rotinas, controla os níveis de serviço de sistemas operacionais e banco de dados, gerenciando os sistemas implantados.[107]

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação terá a duração de 2.000 horas, com 6 semestres letivos no período diurno e 7 semestres no período noturno, com o oferecimento de duas turmas anuais (uma em cada turno).

- **Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação**

  O Tecnólogo em Segurança da Informação zela pela integridade e resguardo de informações das empresas, protegendo-as contra acessos não autorizados. Assim, dentro dos princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade, esse profissional realiza análises de riscos, administra sistemas de informações, projeta e gerencia redes de computadores seguras, realiza auditorias, planeja contingências e recuperação em sinistros. Atua nos aspectos lógicos e físicos, controlando os níveis de acesso aos serviços dos sistemas operacionais, banco de dados e redes de computadores.[108]

  O Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação terá a duração de 2.000 horas, com 6 semestres letivos no período diurno e 7 semestres no período noturno, com o oferecimento de duas turmas anuais (uma em cada turno).

- **Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores**

  O Tecnólogo em Redes de Computadores é o profissional que elabora, implanta, gerencia e mantém projetos lógicos e físicos de redes de computadores locais e de longa distância. Conectividade entre sistemas heterogêneos, diagnóstico e solução de problemas relacionados à comunicação de dados, segurança de redes, avaliação de desempenho, configuração de serviços de rede e de sistema de comunicação de dados são áreas de desempenho desse profissional. Conhecimentos de instalações elétricas, teste físico e lógico de redes, normas de instalações e utilização de instrumentos de medição e segurança são requisitos à atuação desse profissional.[109]

  O Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores terá a duração de 2.000 horas, com 6 semestres letivos no período diurno e 7 semestres no período noturno, com o oferecimento de duas turmas anuais (uma em cada turno).

- **Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet**

  O Tecnólogo em Sistemas para Internet ocupa-se do desenvolvimento de programas, de interfaces e aplicativos, do comércio e do marketing eletrônicos, além de sítios e portais para internet e intranet. Esse profissional gerencia projetos de sistemas, inclusive com acesso a banco de dados, desenvolvendo projetos de aplicações para a rede mundial de computadores e integra mídias nos sítios da internet. Este profissional atua com tecnologias emergentes como computação móvel, re-

---

[107] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

[108] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

[109] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

des sem fio e sistemas distribuídos. Cuidar da implantação, atualização, manutenção e segurança dos sistemas para internet também são suas atribuições.[110]

O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet terá a duração de 2.000 horas, com 6 semestres letivos no período diurno e 7 semestres no período noturno, com o oferecimento de duas turmas anuais (uma em cada turno).

[110] ***Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia***. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

PROGRAMAÇÃO DE INÍCIO DOS CURSOS

INÍCIO	CURSO	CAMPUS	U.A.	TURNO	C.H.	DURAÇÃO semestres	VAGAS
2009.1	Curso de Licenciatura em Educação do Campo	SUMÉ	UAEDUC	Noturno	2800	9	60
	Curso de Licenciatura em Ciências Sociais	SUMÉ	UAEDUC	Noturno	2800	9	30
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Desenvolvimento Rural	SUMÉ	UAEDUC	Diurno	1600	5	50
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	SUMÉ	UAEDUC	Noturno	1600	6	50
2009.2	Curso de Bacharelado em Engenharia de Biossistemas	SUMÉ	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50
	Curso de Bacharelado em Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos	SUMÉ	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50
	Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção Agroindustrial	SUMÉ	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50
2010.1	Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	ITABAIANA	UATEC-ITB	Noturno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação	ITABAIANA	UATEC-ITB	Noturno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores	ITABAIANA	UATEC-ITB	Noturno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	ITABAIANA	UATEC-ITB	Noturno	2000	6	50
	Curso de Bacharelado em Engenharia Civil - Hab. Recursos Hídricos	ITAPORANGA	UATEC-ITP	Diurno	3600	10	50
	Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem	ITAPORANGA	UATEC-ITP	Diurno	2400	7	50
2010.2	Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	ITABAIANA	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação	ITABAIANA	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores	ITABAIANA	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	ITABAIANA	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura	ITAPORANGA	UATEC-ITP	Diurno	2000	6	50
	Curso Superior de Tecnologia em Aqüicultura	ITAPORANGA	UATEC-ITP	Diurno	2000	6	50

CRIAÇÃO DE VAGAS, CORPO DOCENTE E RELAÇÃO ALUNOS/PROFESSORES (RAP) – PROPOSTA ORIGINAL

CURSO	U.A.	TURNO	C.H.	DURAÇÃO semestres	VAGAS	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
						2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.1	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2
Lic. Educação do Campo	UAEDUC	Noturno	2800	9	60	60		120		180		240		300	
Lic. Ciências Sociais	UAEDUC	Noturno	2800	9	30	30		60		90		120		150	
Tec. Gestão do Des. Rural	UAEDUC	Diurno	1600	5	50	50		100		150		150		150	
Tec. Gestão Pública	UAEDUC	Noturno	1600	6	50	50		100		150		150		150	
Eng. de Biossistemas	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50		50		100		150		200		250
Eng. de Biotecnologia	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50		50		100		150		200		250
Eng. de Produção	UATEC-SM	Diurno	3600	10	50		50		100		150		200		250
Eng. Civil	UATEC-ITP	Diurno	3600	10	50		50		100		150		200		250
Tec. Irrigação e Drenagem	UATEC-ITP	Diurno	2400	7	50		50		100		150		200		200
Tec. Agrimensura	UATEC-ITP	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
Tec. Aqüicultura	UATEC-ITP	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
Tec. Gestão da Tec. da Inf.	UATEC-ITB	Noturno	2000	7	50		50		100		150		200		200
Tec. Seg. da Informação	UATEC-ITB	Noturno	2000	7	50		50		100		150		200		200
Tec. Redes de Computadores	UATEC-ITB	Noturno	2000	7	50		50		100		150		200		200
Tec. Sist. para Internet	UATEC-ITB	Noturno	2000	7	50		50		100		150		200		200
Tec. Gestão da Tec. da Inf.	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
Tec. Seg. da Informação	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
Tec. Redes de Computadores	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
Tec. Sist. para Internet	UATEC-ITB	Diurno	2000	6	50			50		100		150		150	
TOTAL					**940**	**190**	**450**	**680**	**900**	**1170**	**1350**	**1560**	**1800**	**1650**	**2000**
				VAGAS/ANO		**640**		**1580**		**2520**		**3360**		**3650**	
				PROFESSORES		**35**		**70**		**120**		**150**		**150**	
				RAP		**18,3**		**22,6**		**21,0**		**22,4**		**24,3**	

VAGAS, DOCENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, CDS E FGS

CAMPUS DE SUMÉ – CONFORME PACTUAÇÃO UFCG/MEC/SESU

VAGAS	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL CUMULATIVO	340	680	1020	1260	1500

DOCENTES		2008	2009	2010	2011
TOTAL	83	33	30	20	0

STA-NÍVEL MÉDIO	30	2008	2009	2010	2011
Assistente Administrativo	19	9	10	0	0
Técnico em Contabilidade	3	3	0	0	0
Técnico de Laboratório	8	0	8	0	0
TOTAL - NM		**12**	**18**	**0**	**0**
STA-NÍVEL SUPERIOR	**12**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Administrador	3	2	1	0	0
Contador	2	2	0	0	0
Secretário Executivo	1	1	0	0	0
Técnico em Ass. Educacionais	2	2	0	0	0
Assistente Social	1	0	1	0	0
Nutricionista	1	0	1	0	0
Bibliotecário	1	1	0	0	0
Analista de TI	1	0	1	0	0
TOTAL - NS		**8**	**4**	**0**	**0**
TOTAL GERAL	**42**	**20**	**22**	**0**	**0**

CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	2008
CD 3	1
CD 4	1
FG1	7
FG 2	5
TOTAL	14

Para detalhes, Ver Anexos 1 e 8.

CONDIÇÕES

Infra-Estrutura para a Implantação do *Campus*

O *Campus* de Sumé

Por intermédio do Decreto Municipal Nº 807/2008, o Prefeito Municipal de Sumé, Genival Paulino de Sousa, desapropriou um terreno de 25 hectares, doando-o para a UFCG para a construção do *Campus* de Sumé. Este terreno é contíguo á Escola Agrotécnica de Sumé (EAS), instalada numa área de 25 hectares, também doada à UFCG por intermédio da Lei Nº 900/2005.

A EAS possui uma excelente estrutura física para o início das atividades de ensino pesquisa e extensão do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (CDSA) a partir do 2º Semestre de 2008, bastando para isso a realização de reformas em algumas estruturas já existentes. A UFCG discute com a Prefeitura Municipal de Sumé um plano de co-gestão para a EAS, de maneira que as atividades do ensino básico mantenham uma interação permanente e dinâmica com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFCG (Ver Anexos 2 e 3). Também estão em andamento conversações com a Diretoria da EAS no sentido da criação do Ensino Médio Técnico Agrícola, também em regime de parceria com a UFCG.

O Pólo de Itaporanga

No município de Itaporanga há três equipamentos públicos que serão cedidos à UFCG para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, conforme entendimentos em processo avançado com o Governo do Estado: a Estação de Piscicultura de Itaporanga, a Estação Experimental Fazenda Veludo, o Laboratório de Solos e Produção de Mudas, além do Colégio Padre Diniz, colocado à disposição da UFCG pela Diocese. Ademais, a Prefeitura Municipal desapropriou e doou um terreno para a instalação definitiva do Pólo (Ver Anexo 4).

O Pólo de Itabaiana

A Prefeitura Municipal de Itabaiana doou para a UFCG um conjunto de edificações com uma área construída de 2.748 m² (além de um ginásio de esportes), onde funcionava o CAIC, construído no início dos anos 1990 e desativado há alguns anos. Com reformas e adequações similares às executadas pela Universidade Federal de Sergipe no CAIC de Itabaiana (SE) e a construção de algumas outras edificações o POLOINFO poderá iniciar suas atividades no segundo semestre de 2009 (Ver Anexo 5).

Financiamento

O Congresso Nacional aprovou uma Emenda do Senador José Maranhão ao Plano Plurianual 2008-2011 no valor de R$ 60.000.000,00 para o Plano de Expansão Institucional da UFCG, sendo R$ 36.000.000,00 em recursos de capital e R$ 24.000.000,00 em recursos de custeio. Estes recursos serão divididos entre o CDSA (R$ 52.000.000,00) e o Colégio Agrícola de São João do Rio do Peixe (R$ 8.000.000,00).

ORÇAMENTO GERAL

Elemento de Despesa		Valor (R$)					%
Código	Descrição	2008	2009	2010	2011	TOTAL	
Despesas Correntes		**R$ 5.110.303,21**	**R$ 5.215.276,77**	**R$ 5.222.253,00**	**R$ 5.224.472,90**	**R$ 20.772.305,88**	**100,00%**
3390.14	Diárias - Pessoal Civil	R$ 15.000,00	R$ 60.000,00	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 225.000,00	1,08%
3390.18	Programa de Bolsas	R$ 50.000,00	R$ 200.000,00	R$ 350.000,00	R$ 400.000,00	R$ 1.000.000,00	4,81%
3390.30	Material de Consumo	R$ 673.704,47	R$ 1.102.814,07	R$ 1.643.476,59	R$ 2.236.449,57	R$ 5.656.444,70	27,23%
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 15.000,00	R$ 50.000,00	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 215.000,00	1,04%
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 20.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 170.000,00	0,82%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 4.332.598,74	R$ 3.742.462,70	R$ 3.018.776,41	R$ 2.378.023,33	R$ 13.471.861,18	64,85%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 4.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 34.000,00	0,16%
Despesas de Capital		**R$ 7.748.521,12**	**R$ 7.749.420,90**	**R$ 7.749.872,51**	**R$ 7.747.841,24**	**R$ 30.995.655,78**	**100,00%**
4490.51	Obras e Instalações	R$ 5.480.167,28	R$ 4.566.986,20	R$ 4.980.790,08	R$ 5.328.617,84	R$ 20.356.561,40	65,68%
4490.52	Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.268.353,84	R$ 3.182.434,70	R$ 2.769.082,43	R$ 2.419.223,40	R$ 10.639.094,38	34,32%
	Total (Despesas Correntes + Despesas de Capital)	**R$ 12.858.824,34**	**R$ 12.964.697,67**	**R$ 12.972.125,51**	**R$ 12.972.314,14**	**R$ 51.767.961,66**	

Obs. Este Orçamento contempla o Campus de Sumé com os Pólos de Itabaiana e Itaporanga

ORÇAMENTO DO CAMPUS DE SUMÉ

Elemento de Despesa		Valor (R$)					%
Código	Descrição	2008	2009	2010	2011	TOTAL	
Despesas Correntes		**R$ 1.499.816,75**	**R$ 2.499.986,10**	**R$ 2.499.993,93**	**R$ 2.499.975,99**	**R$ 8.999.772,77**	**100,00%**
3390.14	Diárias - Pessoal Civil	R$ 15.000,00	R$ 35.000,00	R$ 35.000,00	R$ 50.000,00	R$ 135.000,00	1,50%
3390.18	Programa de Bolsas		R$ 150.000,00	R$ 250.000,00	R$ 350.000,00	R$ 750.000,00	8,33%
3390.30	Material de Consumo	R$ 666.800,71	R$ 876.852,27	R$ 879.782,21	R$ 824.764,27	R$ 3.248.199,46	36,09%
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 15.000,00	R$ 35.000,00	R$ 35.000,00	R$ 50.000,00	R$ 135.000,00	1,50%
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00	R$ 40.000,00	0,44%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 791.016,04	R$ 1.391.133,83	R$ 1.288.211,72	R$ 1.213.211,72	R$ 4.683.573,31	52,04%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00	R$ 8.000,00	0,09%
Despesas de Capital		**R$ 4.249.712,39**	**R$ 4.249.691,37**	**R$ 4.249.833,96**	**R$ 4.249.946,52**	**R$ 16.999.184,24**	**100,00%**
4490.51	Obras e Instalações	R$ 3.049.252,08	R$ 2.604.798,00	R$ 2.269.931,72	R$ 2.829.171,52	R$ 10.753.153,32	63,26%
4490.52	Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.200.460,31	R$ 1.644.893,37	R$ 1.979.902,24	R$ 1.420.775,00	R$ 6.246.030,92	36,74%
	Total (Despesas Correntes + Despesas de Capital)	**R$ 5.749.529,14**	**R$ 6.749.677,47**	**R$ 6.749.827,89**	**R$ 6.749.922,51**	**R$ 25.998.957,01**	

Para Detalhes, Ver Anexo 6 (Memória de Cálculo: Despesas Correntes) e Anexo 7 (Memória de Cálculo: Despesas de Capital).

ANEXOS

ANEXO 1 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CDSA – CAMPUS DE SUMÉ

ANEXO 2 INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO CAMPUS DE SUMÉ

ANEXO 3 PLANTAS DO TERRENO DO CAMPUS E DA ESCOLA AGROTÉCNICA DE SUMÉ

ANEXO 4 INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO POLOÁGUA

ANEXO 5 INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO POLOINFO

ANEXO 6 MEMÓRIA DE CÁLCULO: DESPESAS CORRENTES

ANEXO 7 MEMÓRIA DE CÁLCULO: DESPESAS DE CAPITAL

ANEXO 8 ATA DA REUNIÃO DE PACTUAÇÃO UFCG/SESU/MEC

ANEXO 9 CERTIDÃO E EXTRATO DE ATA DA APROVAÇÃO DO CAMPUS DE SUMÉ NO COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFCG

ANEXO 1

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CDSA

ANEXO 2

INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO CAMPUS DE SUMÉ

A ESCOLA AGROTÉCNICA DE SUMÉ

A Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz, situada a Rua Luiz Grande s/nº, bairro Frei Damião na cidade de Sumé, PB, foi fundada no ano de 1991 através do decreto 328/91, inaugurada em 1998 e autorizada sob a Resolução nº 211/2001-CEE, em 20/09/2001. Funcionando há 10 (dez) anos atendendo ao Ensino Fundamental Agrotécnico do 6º ao 9º ano, atualmente conta com 295 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde. O seu quadro docente é composto por 21 professores qualificados, sendo ainda acrescido de 27 funcionários para seu quadro de servidores. A área possui 25 hectares devidamente distribuídos e em pleno funcionamento, sendo que 2,5 hectares abrigam o Parque de Exposições de Sumé.

É uma das poucas Escolas em atividade no Estado da Paraíba oferecendo ensino agrotécnico essencial para o desenvolvimento sustentável local e regional. Esta importância é justificada pelo fato de 80% dos alunos serem filhos de agricultores familiares da zona rural do município. Seria uma forma de fixação do jovem, proporcionando-lhe condições de optar sobre o lugar onde deseja viver, intervindo na lógica de se estudar para sair do campo ou ficando neste e criando meios de sobrevivência.

Levando em consideração a sustentabilidade agrícola, ambiental, social, econômica e política, o aluno faz uso dos conhecimentos adquiridos e agrega as técnicas repassadas pela escola, as atividades produtivas do seu lugar, garantindo, assim, uma melhoria na renda familiar e na qualidade de vida.

Mediante a exposição dessas informações, a escola está em plena fase de crescimento, tendo, além das disciplinas de núcleo comuns (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Física, Artes e Ensino Religioso) as da parte diversificada, como Práticas Agrícolas, Práticas Zootécnicas e Práticas Industriais. Como suporte técnico para essas disciplinas, a escola dispõe de unidades demonstrativas de: Caprinocultura, Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Cunicultura, Horticultura, Fruticultura e Grandes Culturas, além de criações de animais nativos da fauna nordestina, como mocó e pássaros.

O objetivo da escola é qualificar o aluno para o trabalho na agropecuária, bem como implantar projetos agropecuários que sirvam para uma mudança de concepção do campo, proporcionando vivências das etapas do processo de produção, desde o planejamento à comercialização. Nesse sentido, a instituição visa contribuir na formação de cidadãos participativos, altivos, e determinados, que busquem por sua identidade com a terra e ajudem na transformação de realidades.

A pedagogia da Escola Agrotécnica de Sumé centra-se no conceito da gestão de conhecimento, o qual amplia a visão empírica dos alunos e os métodos de capacitação e formação, desenvolvendo processos de aprendizagens coletivas. Nessa filosofia, todos os aprendizes são sujeitos ativos na transformação do seu próprio conhecimento. Possui um caráter articulador, a partir do qual o saber popular e o saber técnico não são hegemônicos, mas trabalham de maneira construtiva com o saber e a lógica de cada grupo, na direção de um conhecimento coletivamente apropriado à realidade. O professor é o agente multiplicador desta idéia, auxiliado por todo o pessoal de apoio, em campanhas e atividades pedagógicas diárias.

Segundo a Secretaria de Educação, a Escola Agrotécnica de Sumé é mantida, exclusiva-

mente, com recursos municipais, tendo, portanto, dificuldades, já que os mesmos são escassos. O sistema de parceria é antigo, porém novo para a realidade da escola. Atualmente, a instituição mantém parcerias com a UFCG (*campus avançado*, onde é desenvolvido o Projeto UniCampo desde 2003), o SEBRAE, a EMATER, o INCRA, o Pacto Novo Cariri, a EMBRAPA, a SAIA, a EMEPA, a UEPB, o Banco do Brasil, o BNB, o PEASA, o Projeto Dom Hélder Câmara (MDA) e outros.

Os que fazem a escola acreditam que o sucesso das ações estão baseado, também, num trabalho sistemático, planejado e contínuo, voltados para atender às necessidades dos alunos e objetivos da escola. Tem como suporte e princípios a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação/MEC, que subsidiam e fortalecem as atividades diversas, obtendo envolvimento e respaldo de todos os que compõem esta unidade de ensino e profissionalização.

Existente há 10 anos, a Escola Agrotécnica é referência, não só para o Cariri Ocidental paraibano, mas para todas as regiões do Estado e outros circunvizinhos, como por exemplo, Pernambuco.

Infra-Estrutura[111]

1. Ambiente Administrativo (1);
2. Cozinha e Refeitório (2);
3. 2 pavilhões de salas de aula (3 e 4);
4. Alojamento (28);
5. Ambientes Administrativos do *Campus* Avançado (29, 30);
6. Central de Aulas com Auditório para 150 pessoas (à disposição da UFCG) (35);
7. Centro Vivo de Documentação (MDA/UNICAMPO) (18);
8. Centro de Formação da Agricultura Familiar (MDA/UNICAMPO) (em construção);
9. Parque de Exposições (11);
10. Ginásio de esportes (8), campo de futebol (7) e quadra de vôlei (6);
11. 4 casas (9, 10, 16, 50);
12. Estação Meteorológica (25);
13. 3 Barragens (24);
14. 2 Barragens subterrâneas (39);
15. Caixa d'água elevada com cisterna e chafariz (15);
16. Caixa d'água (51) e fossão (52);
17. Poço Amazonas (43);
18. Unidades demonstrativas (13, 14, 17) (ver detalhamento abaixo);
19. Central de Reprodução de Espécies Vegetais Nativas (MDA/UNICAMPO) (12);
20. Estufa (19);
21. Pomares (20, 21, 22, 40) (ver detalhamento abaixo);
22. Mandala (48);
23. Videira (49);
24. Farmácia Viva (12)
25. Viveiros de espécies animais nativas (25, 31, 32, 33, 34);

[111] O número entre parênteses refere-se à legenda da Planta Geral da EAS (Anexo 3)

26. 4 Tanques para criação de peixes (23);
27. Ambiente pala processamento de peixes (47);
28. Pocilga (36);
29. Baias para Caprinos (37);
30. Centro de Manejo de Caprinos (38);
31. Área Experimental de Produção Forrageira (41, 42, 44);
32. Silos Trincheiras (45);
33. Estábulos (53);
34. Galpões (54);
35. Olaria (46).

Unidades Demonstrativas

Como suporte para as atividades práticas das disciplinas **Práticas Agrícolas, Práticas Zootécnicas, Práticas Industriais e Práticas Comerciais**, a EAS conta com as seguintes unidades demonstrativas:

- Caprinocultura;
- Suinocultura;
- Cunicultura;
- Avicultura;
- Piscicultura;
- Horticultura;
- Fruticultura e Grandes Culturas;
- Viveiro de Mudas;
- Estufa
- Plantas Fitoterápicas
- Criações de animais nativos da fauna nordestina, cuja finalidade é o repovoamento destas espécies nas propriedades rurais, com fins de preservação.

Infra-Estrutura Produtiva (detalhamento)

1. Agricultura

1.1. Pomar 1

- Maracujá
- Coqueiro
- Goiabeira
- Limão
- Oliveira
- Atimóia
- Mangueira
- Laranja

1.2. Pomar 2

- Parreiral (Uva)
- Acerola

- Bananeira
- Graviola
- Tamarindo
- Pinha
- Goiabeira

1.3. Pomar 3

- Limão
- Laranja
- Atimóia
- Mangueira
- Bananeira

1.4. Estufa

- Feijão
- Cebolinha
- Alho
- Coentro
- Cenoura
- Alface
- Inhame
- Pepino
- Alho-poró
- Beterraba
- Melão

1.5. Horta

- Batata-doce
- Tomate
- Couve-flor
- Brócolis

1.6. Mandala

- Milho
- Macaxeira
- Cenoura
- Espinafre
- Rúcula
- Alho-poró
- Cebola
- Cebolinha
- Couve-flor
- Repolho
- Abobrinha

- Pimentão
- Berinjela
- Mamão
- Pinha
- Alface
- Beterraba
- Coentro

1.7. Sementeira

- Local destinado à produção de mudas de hortaliças

1.8. Farmácia Viva

- Hortelã
- Erva-cidreira
- Capim santo
- Saião
- Capim limão
- Louro
- Manjericão
- Confrei

1.9. Produção de mudas de árvores

- Viveiro 1 (com sombrite)
    - Mangueira;
    - Cajueiro;
    - Neem;
    - Fícus.

- Viveiro 2
    - Licurí
    - Angico
    - Mulungú
    - Faveira
    - Favela
    - Neem

2. Pecuária

2.1. Piscicultura;

2.2. Caprinocultura;

2.3. Suinocultura;

2.4. Cunicultura;

2.5. Avicultura Alternativa;

2.6. Área Experimental de Produção de Suporte Forrageiro:

- Banco de Proteína de Leucena;
- Palma forrageira;
- Capim Elefante;
- Capim Buffel;
- 2 silos tipo trincheira;
- Caatinga (área nativa).

3. Fauna Silvestre e Espécimes Ornamentais

- Criatório de Mocó;
- Criatório de Asa-Branca;
- Criatório de Rolinha;
- Criatório de Aves Aquáticas (marrecos, patos, gansos);
- Criatório de Cágados e Jabutis.

4. Silvicultura

4.1. Plantas nativas

- Angico
- Craibeira
- Canafístula
- Juazeiro
- Umbuzeiro
- Baraúna
- Aroeira
- Pau-brasil
- Catingueira
- Cinamomo
- Moringa
- Gliricidias

4.2. Plantas exóticas:

- Eucaliptos
- Neem
- Algaroba
- Pau-brasil
- Sisal

5. Experimentos em Andamento

5.1. Parceria com o INSA (Instituto Nacional do Semi-Árido):

- Consórcio de Capim Buffel com Faveleira.

5.2. Parceria com a UFPB (Campus de Areia):

- Plantio de Figo;
- Projeto Cactus.

5.3. Parceria com a ONG Jurema:

- Fogão Agroecológico;
- Forno agroecológico para carvão vegetal.

5.4. Parceria com a EMBRAPA:

- Consórcio de Sisal com Feijão Guandu;
- Consórcio de Sisal com Palma Forrageira;
- Consórcio de Sisal com Algodão Colorido;
- Consórcio de Sisal com Capim Buffel;
- Consórcio de Milho com Feijão.

6. Outras Parcerias

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT);
- UFCG (Projeto UniCampo);
- Associação dos Alunos da UniCampo (AAUC);
- Banco do Nordeste do Brasil;
- Banco do Brasil;
- Projeto Dom Helder Câmara (MDA/SDT);
- COOPAGEL;
- HOLUS;
- SEBRAE;
- ONG Arribaçã;
- Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba;
- Van Der Hoeven;
- INCRA.

DEP EVALDO G. DE QUEIROZ

DEP EVALDO G. DE QUEIROZ

Centro Vivo de Documentação

MUNICÍPIO DE SUMÉ

BOLETIM OFICIAL

Instituido pela Lei N.º 314, de 17.03.74

ANO III - EDIÇÃO N.º 29 - SUMÉ (PB) - 01 a 31 de Maio de 2005

CARIRI LUTA PELA UFCG

O Cariri passa por um momento de profunda reflexão, de buscas, de comprometimento cada vez maior com a nossa educação. E o município de Sumé reflete de forma extraordinária o seu momento. É importante fazer uma retrospectiva da realidade educacional em nosso município. No final de 2002 contactamos o Professor Márcio Cannielo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – juntamente com o Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC e, pensando de forma coletiva, foi feito um estudo para a possível implantação da UNICAMPO – Universidade Camponesa - O que se descobriu foi um Cariri pulsante, sofrido, mas muito trabalhador e com um alto nível de Capital Social. No final de 2002, foi realizado um seminário internacional, envolvendo vários pensadores da pluralidade do semi-árido. O resultado foi a instalação Universidade Camponesa. O lugar escolhido foi a Escola Agrícola de Sumé – EAS - , por já possuir toda a infra estrutura necessária, e o que é mais importante: ser o ponto central do cariri. A experiência foi de grande impacto e hoje, após 02 anos de funcionamento, a UNICAMPO é uma experiência êxitosa em todos os aspectos. Uma articulação institucional muito bem amarrada, uma interação com a sociedade civil muito bem costurada e um ótimo produto pedagógico.

A UNICAMPO criou uma repercussão muito grande, tanto local quanto nacional, e o mais importante: com uma demanda legítima do povo do cariri. A presença da UFCG é o fator dinamizador de todo esse processo. A partir deste fato, que não é político, é social extremamente mobilizador, criamos um fato Institucional. Essa discussão foi levado ao Reitor e ainda mais, o projeto foi apresentado no dia 07 de abril de 2005 em sessão especial na Assembléia Legislativa do Estado pelo Reitor Thompsom Mariz e pelo Professor Márcio Cannielo.

A proposta é criar 08 cursos por campus, com funcionamento nos 03 turnos. Isso significa abertura de 120 vagas por semestre. O campus do Cariri, instalado em Sumé, será, pela proposta de expansão da UFCG, o primeiro de 04. a idéia é acessar 1.800 (mil e oitocentos) jovens por ano na universidade. Ao final do 4° ano, serão mais de 7.600 (sete mil e seiscentos) alunos. Assim, em 2010, teremos 22.000 (vinte e dois mil) jovens com curso superior no Cariri.

Sabemos que vai dar certo porque a UNICAMPO é um campus avançado e está dando certo.

Já existe um Conselho Deliberativo formado pela Sociedade Civil, Governos, Pactos Locais, Regionais, Nacionais e Internacionais. O CODECAP Consórcio de Desenvolvimento do Cariri Paraibano já abraçou a causa porque tem uma visão de gestão extremamente evoluída e criou a Câmara Técnica de Educação porque sabe que a proposta não é vazia, é a mobilização da sociedade civil em prol do coletivo.

O projeto de Lei n° 182 já foi enviado a Câmara de Vereadores, pela Prefeita de Sumé Dra. Niedja, fazendo cessão de todo o espaço físico da EAS à UFCG.

Conclamamos assim, todas as pessoas, agentes políticos, físicos e institucionais para tirarmos esse plano do papel e instalar o Campus da UFCG em 2006 no município de Sumé.

"O CARIRI PRECISA PERMANECER UNIDO NESTA LUTA".

D.O 22/02/08

Universidade Federal de Campina Grande/PB.

Diário dos Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB

DECRETO MUNICIPAL Nº 807/2008.

EMENTA: Declara Utilidade Pública imóvel urbano para fins de Implantação do CAMPUS da UFCG em Sumé e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Sumé, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal art. 73 inciso I, alínea "d", combinado com as disposições do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941 e do art. 46 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação nos termos da Legislação vigente, os terrenos situados no Bairro Frei Damião, Município de Sumé-PB, nas seguintes dimensões: 1º terreno: 19,65 ha., e o 2º terreno: 5,35 ha., tido como proprietário o Espólio de Augusto Francisco da Silva Filho.

Art. 2º - Objetiva-se a supracitada desapropriação futura implantação do CAMPUS da UFCG neste município de Sumé – PB.

Art. 3º - O proprietário (Espólio) do supramencionado imóvel será indenizado em moeda corrente nacional, de conformidade com Art. 182 § 3º da Constituição Federal.

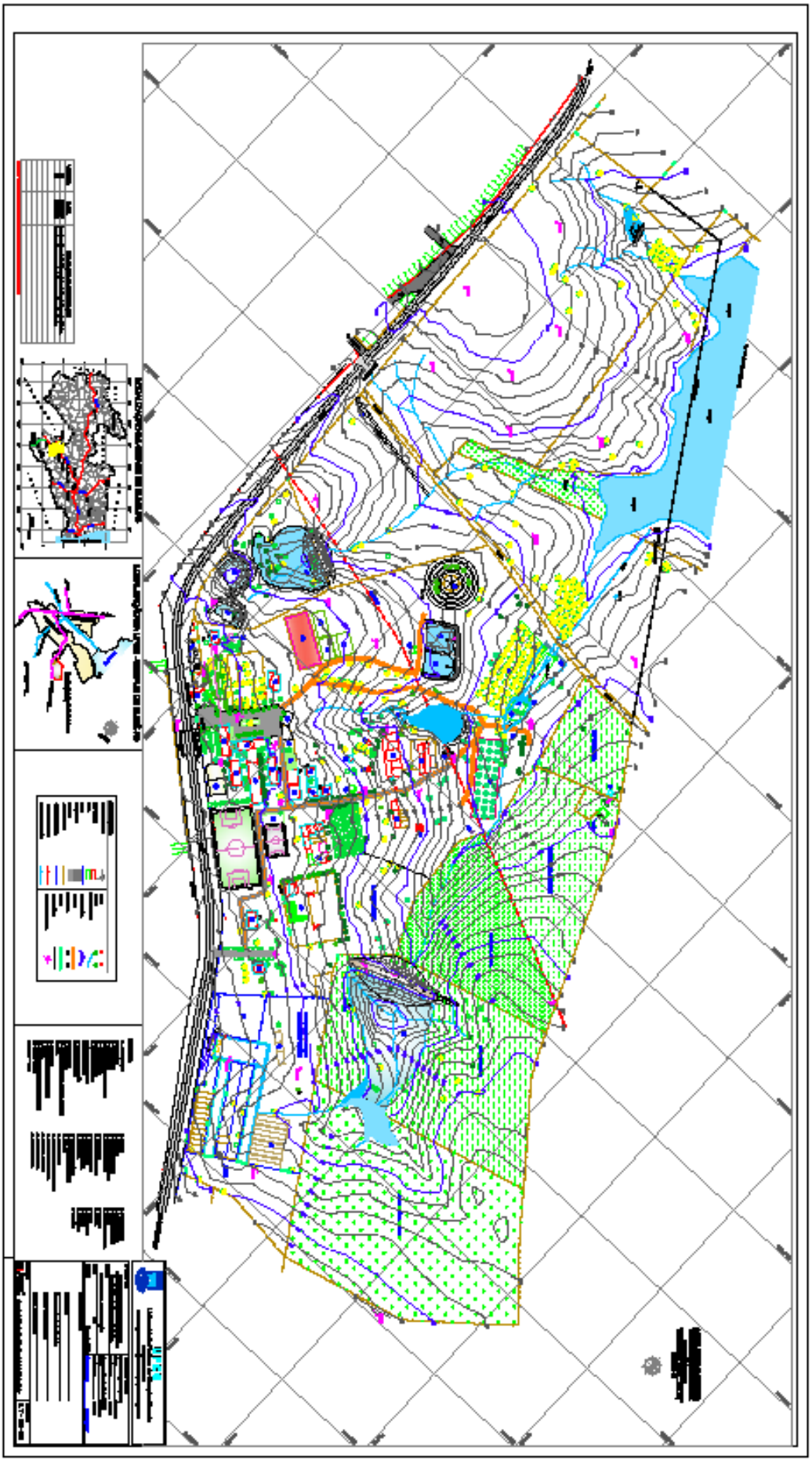
Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM, 20/02/2008.

GENIVAL PAULINO DE SOUSA
Prefeito

ANEXO 3

PLANTAS DO TERRENO DO CAMPUS E DA ESCOLA AGROTÉCNICA DE SUMÉ



ANEXO 4

INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO POLOÁGUA

1.0 – ESTAÇÃO DE PISCICULTURA DE ITAPORANGA

- Localização: Km 08 - antiga estrada que liga à Conceição.
- Órgão a que pertence: Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA).
- Corpo Técnico: 01 Coordenador; 03 Técnicos de nível superior; 04 Técnicos de nível médio e 08 funcionários de apoio.

1.1 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

- Estação de Bombeamento;
- Estações elevatórias, canais de abastecimento e escoamento d'água;
- Recepção e Administração;
- Casa de hóspedes;
- Depósito de petrechos de pesca;
- Galpão de estocagem e embarque de alevinos;
- Sala de Hipofisação (propagação artificial de peixes);
- Fábrica de Ração (mistura e peletização);
- Tanques de depuração de peixes;
- Sistema de reversão sexual em tilápias;
- Viveiros de alevinagem (20 Unidades)
- Viveiros de manutenção de reprodutores (05 unidades);
- Viveiros de engorda (03 unidades)

1.2 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- Área Total: 25.6 hectares;
- Área de viveiros: 8,0 hectares;
- Quantidade de viveiros : 28 unidades
- Espécies Exploradas: Tambaqui, Tilápia Tailandesa, Carpas e Curimatãs;
- Capacidade de produção: 5 milhões de alevinos/ano.

2.0 – ESTAÇÃO EXPERIMENTAL FAZENDA VELUDO

- Localização: Km 11 à sede do município-estrada que liga Itaporanga ao sítio chatinha;
- Órgão a que pertence: Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA)
- Corpo Técnico: 01 Coordenador, 01 Gerente geral, 02 Técnicos de nível superior, 04 Técnicos de nível médio e 09 funcionários de apoio.

2.1 – CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

- Recepção e Administração;
- Casas colono (05 unidades);
- Galpões de armazenamento e guarda de máquinas e implementos (04 unidades)
- Casa de hóspedes;
- Estação agrometeorológica via satélite;
- Estação de bombeamento com 03 piscinas de capacitação interligadas;
- Pivot central capacidade 20 hectares (01 unidade);
- Centro de manejo de pequenos animais com 130 cabeças de ovinos da raça Santa Inês.

2.2 – CARACTÉRISTICAS TÉCNICAS

- Área total: 165.85 hectares;
- Área experimental: 30,0 hectares;
- Área de pastagem artificial: 18,0 hectares;
- Culturas experimentadas: Banana nanicão, abacaxi, urucum, caju, manga, goiaba, coco, umbu, algodão colorido;
- Teses de Doutorado em andamento: 02 trabalhos em execução envolvendo as culturas de goiaba e algodão colorido;
- Teses de Mestrado em andamento: 02 trabalhos em execução envolvendo as culturas de goiaba e algodão colorido;
- Sistemas de irrigação adotados em pesquisas: Gotejamento, micro aspersão e pivot central;
- Estação Agrometeorológica Veludo - Parâmetros observados: pluviosidade digital via satélite, velocidade e direção dos ventos, umidade relativa do ar, umidade relativa do solo e temperatura ambiente;
- Teste de infiltração do solo através do tanque classe “A”.

3.0 – LABORATÓRIO DE SOLOS E PRODUÇÃO DE MUDAS:

- Localização: 7° Núcleo da SAIA - PB.
- Órgão a que pertence: Secretaria da Agricultura, Irrigação e abastecimento do Estado da Paraíba;
- Laboratório de solos: Estrutura composta de equipamentos e instrumentos capazes de realizar análises de fertilidade de solo bem como análise físico-químico-biológica de solos.
- Laboratório de produção de mudas: Estrutura composta de casa de vegetação com temperatura e umidade controladas, com capacidade de produção para 120 mil mudas/ano.

4.0 COLÉGIO PADRE DINIZ:

4.1 – CARACTERÍSTICA ORGANIZACIONAL:

- Localização: Sede do município;
- Órgão a que pertence: Ordem Carmelitas-Cajazeiras-Pb;
- Administração: Irmãs Carmelitas;

4.2 – CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS:

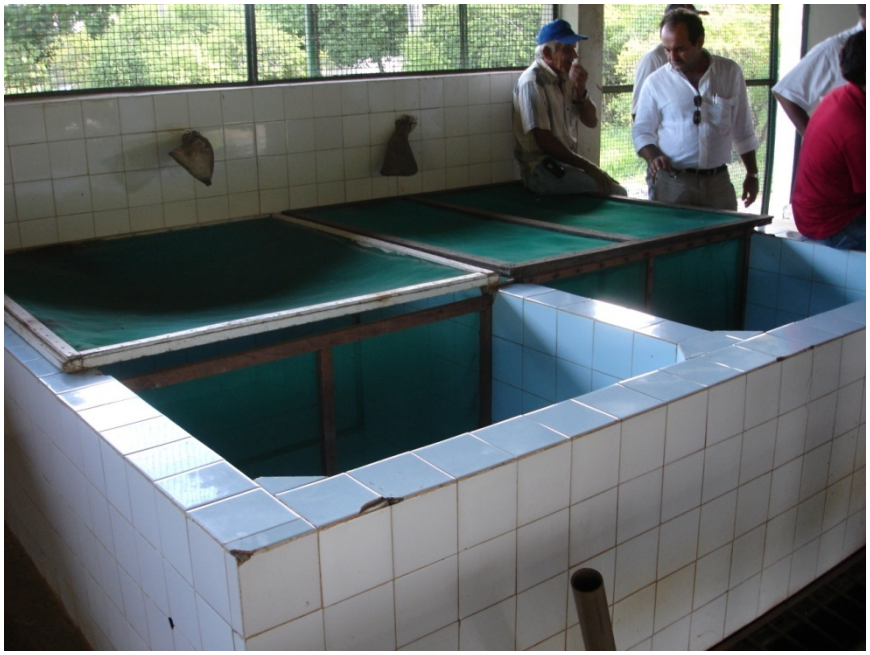
- Área total: 6 mil m²;
- Área construída: 3.6 mil m²
- Dependências físicas: Sala de recepção, secretaria, laboratório de informática, biblioteca, auditório, salão de eventos, cantina, refeitório, sala de professores, banheiros masculinos e femininos (08 unidades), capelas (02 unidades), ginásio poli-esportivo, quadra de esportes e salas de aula (20 unidades, medindo 64m², cada).

FAZENDA VELUDO

FAZENDA VELUDO

FAZENDA VELUDO

ESTAÇÃO DE PISCICULTURA



ESTAÇÃO DE PISCICULTURA

COLÉGIO PADRE DINIZ

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GABINETE DO GOVERNADOR

Arquive-se

Cópia para:
Prof. Gilmar Fernandes
SPE (Marcio Cavalcanti)
31/08/07

João Pessoa, 16 de agosto de 2007
OFÍCIO GG Nº 234

Thompson Fernandes Mariz
Reitor da UFCG
SIAPE nº 3350343

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho informar, em referência ao Ofício nº 082/R/GR/UFCG, de 11 de agosto de 2007, que a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Infra-Estrutura já adotaram os procedimentos necessários à aquisição e à doação, para essa Universidade, do terreno destinado à instalação do Campus de Itaporanga, o qual subsidiará a formação de profissionais de nível superior em toda a extensão do Vale do Piancó.

É imperioso lembrar a importância da instalação do referido Campus na região do Vale do Piancó, que já conta com uma população de cerca de 300 mil habitantes e dispõe de um alto potencial de terras e de água, a serem aproveitadas.

Na oportunidade, registro ainda que, no Município de Itaporanga, existem a Estação Experimental do Veludo, o Laboratório de Solos e Reprodução Vegetal e a Estação de Pesquisa e Reprodução de Peixes, os quais, através de convênios com essa Universidade, serão disponibilizados para atividades de ensino e pesquisa.

Certo de estar contribuindo com a expansão qualitativa e quantitativa da UFCG e com o progresso e o fortalecimento de nossa terra, expresso a Vossa Magnificência votos de continuado sucesso e protestos de inequívoco respeito.

Atenciosamente,

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador

A Sua Magnificência o Senhor
THOMPSON FERNANDES MARIZ
Reitor da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande – PB

CORREIO DA PARAÍBA

B6 Paraíba ▪ Segunda-feira, 31 de março de 2008

Porcino pede união por campus da UFCG

Itaporanga – O prefeito Antônio Porcino (PMDB) já se mostra disposto a mobilizar toda a classe política estadual, independentemente do fator partidário, para tentar evitar a perda do campus da Universidade Federal de Campina Grande. A posição do gestor se deve a rumores de que a UFCG não mais implantará o campus, que havia programado para Itaporanga, no Alto Sertão paraibano.

De acordo com Porcino, ainda hoje, ele contactará o senador José Maranhão e o deputado federal Wilson Santiago (ambos do PMDB), a respeito da questão, e pedirá o empenho de todos os demais políticos da Paraíba, votados na região (Vale do Piancó), ou não, no sentido de fortalecer essa luta, ainda mais.

"O que se está discutindo, com inominada surpresa, não é a formação de palanque eleitoral, mas, sim, um projeto que abre as melhores perspectivas de progresso para nossa terra", enfatiza o prefeito, para quem a universidade pressupõe, antes de mais nada, uma consciência.

As informações, ainda oficiosas, que têm chegado a Porcino até o presente momento indicam que a bancada da Paraíba não apresentou um volume de emendas ao Orçamento Geral da União (OGU) capaz de assegurar a viabilização da fase inicial de implantação do campus. Isso, embora muitas gestões neste sentido tenham sido registradas no decorrer dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional.

> **Porcino**
>
> ***O Vale do Piancó não pode prescindir dessa conquista para o seu povo***

"Como estávamos sabendo que a questão estava consumada, achamos não ser preciso montar guarda aos pés da Comissão", desabafa o prefeito itaporanguense, reconhecendo o esforço que vem sendo empreendido por seu vice, o engenheiro José Silvino (PSDB), no que visa à consecução do projeto.

Entrave e histórico

O único entrave que vinha sendo verificado, nos últimos dias, na administração do projeto, segundo o prefeito Antônio Porcino, prendia-se à aquisição do terreno em que o campus deve ser implantado. Ele argumenta, no entanto, que tal problema já foi resolvido, posto que o Governo do Estado decidiu doar uma área destinada a tal fim, a pouco mais de 2 quilômetros da cidade. Para o prefeito, o Vale do Piancó - como um todo - não pode prescindir desse benefício.

Segundo ele, aguarda-se um campus dotado de seis cursos de nível superior, em Itaporanga, enquadrando-se, todos, com as potencialidades econômicas e vocação profissional da região. "Nessa nova etapa da nossa luta, por mais que se nos pareça inglória, não vamos hesitar em arregimentar, do mais simples agricultor da nossa terra, à fina flor da nossa comunidade acadêmica, todo um contingente humano que possa evitar tamanha perda", diz o prefeito itaporanguense.

ANEXO 5

INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA INSTALAÇÃO DO POLOINFO

Frente da edificação principal, com dois pisos e telefone público.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Fotos de dois prédios com a entrada principal.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Foto do terceiro equipamento predial.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Foto com destaque para a instalação da quadra de esportes.

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Visão de cima do ginásio de esportes para o prédio de dois pisos.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Diferentes pontos de visão do equipamento predial.

Fotos: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Visão interna do equipamento predial principal, segundo pavimento.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Sala de aula com 45 carteiras universitárias.

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Visão de um dos banheiros.

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Indicadores das salas especializadas (desativadas atualmente).

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Elevador para o andar superior para atendimento a deficientes.

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Escadaria interna para o andar superior.

Foto: Maria José V. de Barros

Data: 18/02/2006

Escadaria externa para o andar superior Foto: Conrad Rodrigues Rosa Data: 18/02/2006	Salão amplo para abrigar atividades diversas Foto: Conrad Rodrigues Rosa Data: 18/02/2006

Infra-estrutura relativa à energia, abastecimento d’água e incêndio. Foto: Conrad Rodrigues Rosa Data: 18/02/2006	

Amplo espaço interno abrigando diversas salas.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Amplo espaço interno abrigando diversas salas.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

Salão para abrigar a Biblioteca.

Foto: Conrad Rodrigues Rosa

Data: 18/02/2006

A FOLHA

Órgão Oficial do Município de Itabaiana-Paraíba

Fundador: Dr. Fernando Pessoa **Administração: Eurídice Moreira da Silva**

ANO LXXX **22 de Março de 2007** **Nº 19**

Lei N.º 498/2007.

EM BRANCO

"Faz Doação das Instalações do CAIC de Itabaiana-PB. Na Rua do Jucuri Bairro do Jucuri e dá outras providências".

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Itabaiana-PB aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica doado à Universidade Federal de Campina Grande-PB, UFCG as instalações do CAIC de Itabaiana-PB, situada na Rua do Jucuri no Bairro do Jucuri, compreendendo uma área de construção = 4.490,50 m^2, a área do terreno é correspondente a: (80,00 m x 249,00 m = 19.920,00 m^2), ou seja, 1,992 ha; o índice de ocupação (I.O) é de aproximadamente 22,54%. Limitando-se ao Leste com o Sítio Santa Clara, ao Sul e ao Oeste com a Fazenda Santa Maria e a Fazenda Campo Alegre ambas de propriedade do Sr. Cláudio Roberto Correia de Lucena e ao Norte com terras da Prefeitura Municipal de Itabaiana e Fundação Nacional de Saúde.

Art. 2º - A presente doação tem por finalidade a instalação do Campus Universitário de Itabaiana e, tem caráter definitivo até quando perdurar o Campus em Itabaiana, voltando ao patrimônio Municipal a qualquer tempo em que se encerrarem as atividades universitárias da UFCG.

Art. 3º - Se no espaço de dois anos não for ultimado o processo de instalação dos cursos universitários a doação em tela perderá seu efeito total, voltando a presente doação ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir de seu publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA-PB, 22 DE MARÇO DE 2007

EURÍDICE MOREIRA DA SILVA
- Prefeita Constitucional -

ANEXO 6

MEMÓRIA DE CÁLCULO: DESPESAS CORRENTES

ANEXO 7

MEMÓRIA DE CÁLCULO: DESPESAS DE CAPITAL

ANEXO 8

ATA DA REUNIÃO DE PACTUAÇÃO UFCG/SESU/MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES

ATA DE REUNIÃO

Assunto: **Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus de Sumé - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.**

Aos 30 dias do mês de maio de 2008, às 11hs, reuniram-se na Secretaria de Educação Superior, especificamente na Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES – DIFES/SESu/MEC, a Diretora da DIFES, Profª Maria Ieda Costa Diniz, a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior, Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal, o Técnico em Assuntos Educacionais, Rafael Perseguini Del Sarto, o reitor da Universidade Federal de Campina Grande, Profº Thompson Mariz e o Profº. Marcio de Matos Caniello, Secretário de Projetos Estratégicos da UFCG, cujo tema abordado foi a implantação do *campus* de Sumé da UFCG no âmbito do Programa de Expansão das Instituições de Ensino Superior. Iniciados os trabalhos foram apresentadas pelo reitor a proposta de implantação do referido *campus*.

Iniciou-se com exposição do projeto, que propõe a criação de duas unidades acadêmicas com sete cursos, de modo que a primeira denominada Unidade Acadêmica de Educação do Campo ofereça os cursos e vagas dispostos respectivamente a seguir: Licenciatura em Educação do Campo - 60, Ciências Sociais – 30, Tecnólogo em Gestão de Desenvolvimento Rural – 50 e Tecnólogo em Gestão Publica – 50. A Unidade Acadêmica de Engenharia do Desenvolvimento contará com 3 pólos, são eles: POLOBIO, POLOÀGUA E POLOINFO, sendo que o primeiro será no município de Sumé e oferecerá os seguintes cursos; Engenharia de Biossistemas – 50, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos – 50, Engenharia de Produção Agroindústrial – 50. O reitor menciona ainda a proposta de ingresso diferenciado, para essas unidades com previsão de inicio de todos os cursos para o primeiro semestre de 2009.

A oferta de vagas anuais será 340 e quanto da plena implantação do *campus* serão totalizadas 1.500 vagas. Além do município de Sumé, pretende-se ainda beneficiar os municípios de Itabaiana - PB e Itaporanga – PE, no entanto a presente pactuação refere-se apenas aos cursos e recursos necessários aos que serão instalados no município de Sumé.

Desta forma, depois de discutidas e apontadas as necessidades e o quantitativo dos cargos que atenderão à demanda do *campus* de Sumé, ficou pactuado conforme segue abaixo:

PACTUAÇÃO

	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Docente	33	30	20		83
*TA**	20	22			42
Investimentos**	4.250.000,00	4.250.000,00	4.250.000,00	4.250.000,00	17.000.000,00

- Os recursos de investimentos serão oriundos de emenda ao PPA, Programa 1073, ação 7L83.
- Quanto aos cargos de Técnicos serão 12 – NS e 30 N/M

Cargos*	2007
TOTAL	42

* A instituição informará posteriormente os cargos e quantitativos anuais.

Cargos de Direção	2008
CD3	1
CD4	1
FG 1	7
FG2	5
TOTAL	14

Ademais, depois de definidos os quantitativos referentes à pactuação dos cargos do Campus de Sumé da Universidade Federal de Campina Grande, a reunião foi encerrada às 13h. Deste modo, eu Eliane Vieira da Costa, da Assessoria Técnica da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES lavrei a presente Ata, que será por todos lida e assinada.

Brasília, 30 de maio de 2008.

Maria Ieda Costa Diniz
Diretora do Departamento de Desenvolvimento
do Ensino Superior

Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento
das Instituições de Ensino Superior

Rafael Perseguini Del Sarto
Técnico em Assuntos Educa

Thompson Mariz
Reitor da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Marcio de Matos Caniello
Secretário de Projetos Estratégicos da UFCG

ANEXO 9

CERTIDÃO E EXTRATO DE ATA DA APROVAÇÃO DO CAMPUS DE SUMÉ NO COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFCG

Universidade Federal de Campina Grande
Fls. 156
Rubrica
REITORIA

UFCG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES
COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

C E R T I D Ã O

PROCESSO: Nº 23096.014040/08-10

INTERESSADO: Secretaria de Projetos Estratégicos – Secretário Márcio de M. Caniello

ASSUNTO: Encaminha projeto de criação do *Campus* de Sumé – UFCG.

Certificamos, para os devidos fins, que, na 36ª reunião ordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, realizada no dia **10 de junho de 2008**, o **plenário aprovou**, por maioria de votos, com vinte e cinco (25) votos favoráveis, nenhum contrário, e quatro (04) abstenções, o parecer do Conselheiro Bráulio Maia Júnior, **favorável** ao pleito do solicitante conforme consta na respectiva Ata.

Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores
Campina Grande, 10 de junho de 2008.

Maria do Socorro Pereira
Coordenadora da SODS
Matrícula: 0335551

Universidade Federal de Campina Grande
Fls. 197
Rubrica
REITORIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES
COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Extrato da Ata da 36ª Reunião Ordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, realizada no dia 10 de junho de 2008.

Aos dez dias do mês de junho de 2008, às 9hs, no Auditório Guillardo Martins, da Universidade Federal de Campina Grande, iniciou-se a 36ª reunião ordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, sob a presidência do Professor **Thompson Fernandes Mariz** – Reitor da UFCG. Atendendo à convocação, compareceram os Conselheiros: **José Edílson de Amorim** – Vice-Reitor; **Paulo de Freitas Monteiro** – Diretor do CCBS; **Rosilene Dias Montenegro** – Vice-Diretora do CH; **Antônio Berto Machado** – representante do CH; **Bráulio Maia Junior** – Diretor do CCT; **Manassés da Costa Agra e Gelmires de A. Neves** – representantes do CCT; **Wellington Santos Mota** – Diretor do CEEI; **Ademir Montes Ferreira** – Vice-Diretor do CTRN; **Vera Lúcia Antunes** – representante do CTRN; **Joaquim Cavalcante de Alencar** – Diretor do CCJS; **José Irelânio L. de Ataíde e Henaldo Moraes Gomes** – representantes do CFP; **Márcio de Matos Caniello** – Diretor do CES; **José Carlos Oliveira Santos** – representante do CES; **Martinho Queiroga Salgado** – Diretor do CCTA; **Adrián José Molina Rugama** – representante do CCTA; **Paulo de Melo Bastos** – Diretor do CSTR, **Ricardo da Silva Nascimento, Sanduel Oliveira de Andrade, Claudiano Lopes Diniz, Flaubert Holanda, João Trigueiro da Rocha Neto, Melquesedek da Silva Pereira e Anderson Maia Leandro** – representantes do DCE; **João Luis dos Santos e José Pereira da Silva** – representantes do Corpo Técnico-Administrativo da UFCG; **Alana Candeia de Melo** – representante da Câmara Superior de Ensino; **Josenira dos Santos França** – representante da Câmara Superior de Pós-Graduação; e **Jaime Barbosa Sobrinho** – representante da Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira. (...) Verificando existir a presença do *quorum* regulamentar, o Senhor Presidente iniciou a reunião, apresentando suas boas vindas a todos, desejando-lhes um bom dia de trabalho. (...) Após as comunicações e propostas, o Senhor Presidente deu início à Ordem do Dia: (...) Acatada a inversão da pauta, passou-se à apreciação do ponto **4.08. PROCESSO Nº 23096.014040/08-10** – Em que a Secretaria de Projetos Estratégicos – Secretário Márcio de

Universidade Federal de Campina Grande
Fls. 148
Rubrica
REITORIA

Matos Caniello encaminha projeto de criação do *Campus* de Sumé, desta Universidade. Relator: Consº Bráulio Maia Júnior, cujo parecer favorável foi aprovado por maioria de votos, sendo 24 (vinte e quatro) favoráveis, nenhum contrário, e 04 (quatro abstenções). (...) Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a participação de todos, e encerrou a reunião, da qual eu, Maria do Socorro Pereira, Coordenadora da SODS, lavro a presente Ata, para ser assinada pelo Senhor Presidente, por mim, e pelos demais Conselheiros, após lida e aprovada. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 10 de junho de 2008.

Maria do Socorro Pereira
Coordenadora da SODS/UFCG
Matrícula SIAPE Nº 033555-1